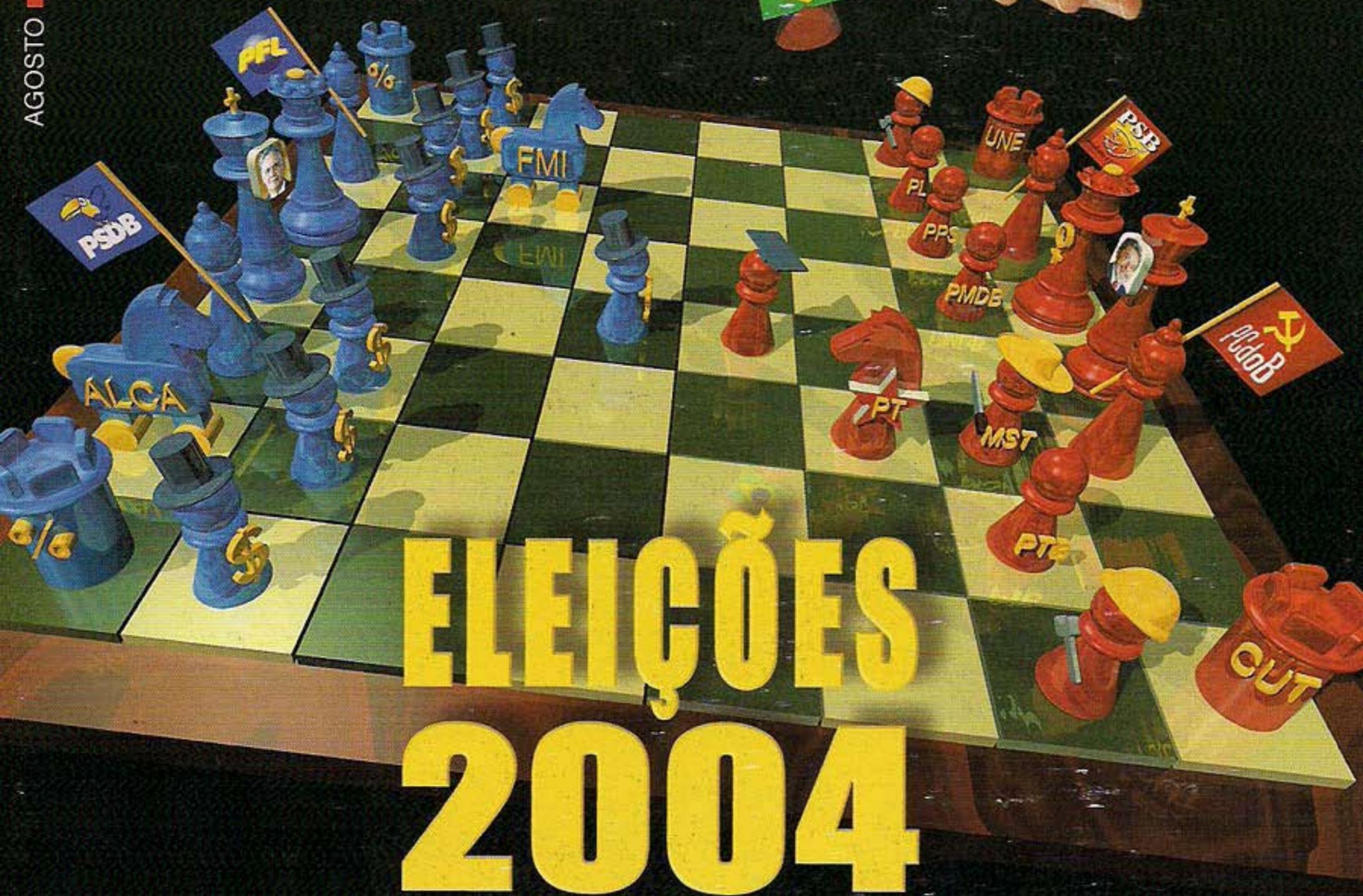


Centenário
de Pablo Neruda

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO



ELEIÇÕES 2004

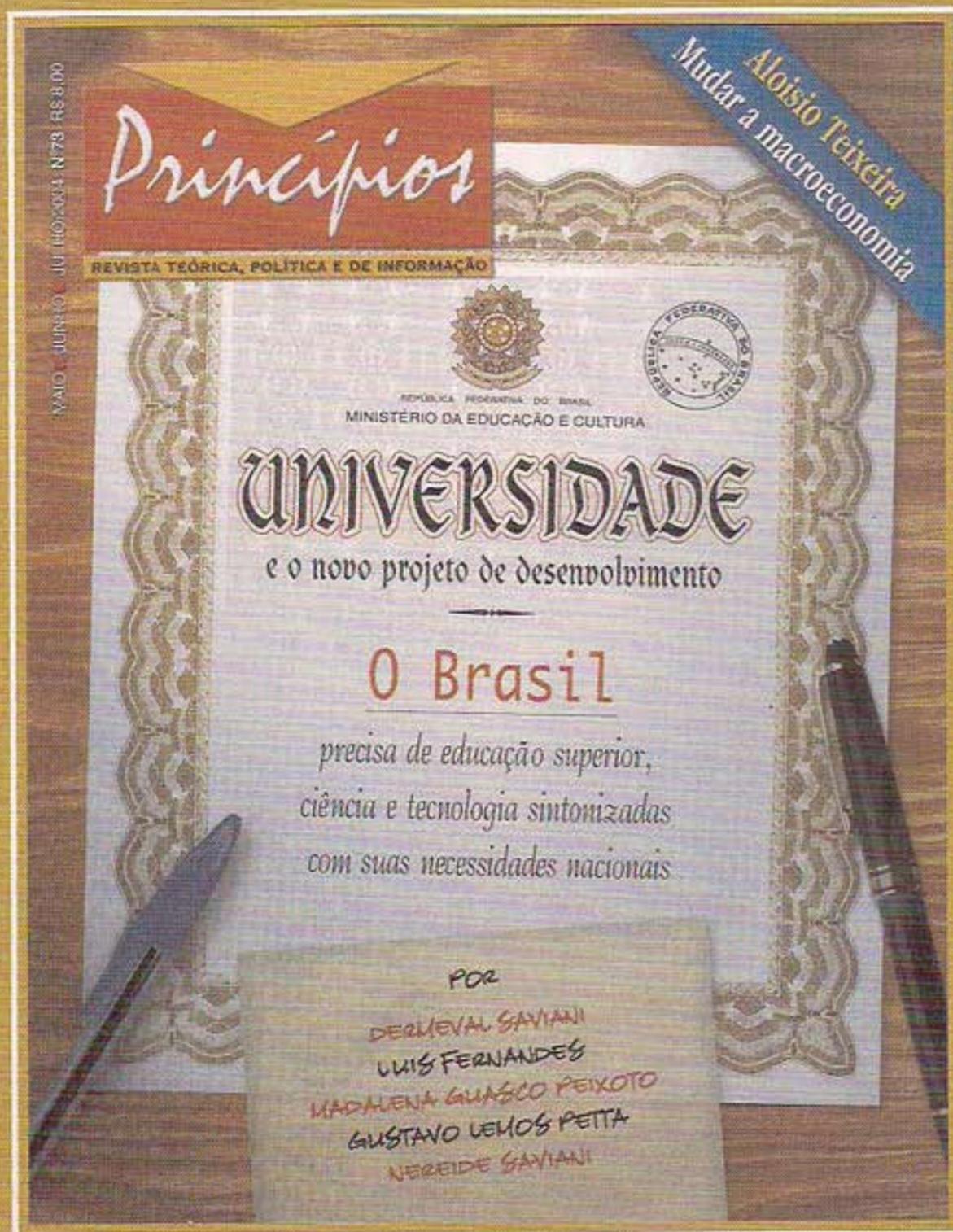
As forças da mudança e do retrocesso
novamente em confronto

Renato Rabelo
Aldo Rebelo
Luciano Siqueira
Walter Sorrentino

Luciana Santos
Inácio Arruda
Marta Suplicy

Jandira Feghali
Raul Pont
Vanessa Grazziotin
Robert Rios

Assine



Agora bimestral!

fone: (11) 3266-4312

anita.garibaldi@uol.com.br

www.anitagaribaldi.com.br

Numa batalha, os destinos das cidades e do país

Há dois anos o povo brasileiro, ao dar vitória à Frente Lula Presidente, protagonizou uma viragem na política brasileira. Pela vez primeira elegeu um líder operário para presidir o mais importante país da América do Sul e alçou ao núcleo do governo da República um bloco de forças novas e avançadas. Com esse gesto histórico, o povo disse não ao conservadorismo neoliberal e apostou na mudança – depositou sua esperança num novo projeto de país.

Agora, em outubro, quando é convocado às urnas, o eleitorado brasileiro, novamente, está chamado a fazer uma opção entre aqueles dois caminhos. Embora sejam eleições municipais, o seu resultado fortalecerá as forças políticas da mudança, lideradas por PT, PCdoB e PSB, ou dará um fôlego novo ao bloco político do retrocesso, da oposição conservadora, capitaneado por PSDB e PFL.

Exatamente isto está em jogo nesta jornada eleitoral já em aceso andamento. Ao decidir sobre os destinos de suas cidades, os eleitores também estarão decidindo, em certa medida, sobre os destinos de seu país.

É grande, portanto, a responsabilidade das legendas partidárias, do movimento sindical e social, dos intelectuais e expoentes da cultura comprometidos com o Brasil e os trabalhadores. Impõe-se barrar o plano da oposição conservadora de retomar posições e, dessa forma, qualificar-se para um possível retorno ao governo da República em 2006.

É preciso, pois, conquistar o eleitorado para a reafirmação pela alternativa de um país democrático, soberano e socialmente justo. Tarefa que encerra assegurar a vitória das forças políticas lideradas pelo presidente Lula, que disputam as prefeituras e as cadeiras das Câmaras Municipais.

Tal vitória, necessária para fortalecer a jornada pelas mudanças, está ao alcance das forças progressistas e democráticas. Contudo, o confronto se apresenta difícil em várias capitais e em importantes municípios e sem largo favoritismo a nenhum dos blocos em contenda.

A oposição conservadora – por representar os interesses dos grandes grupos financeiros do país e do exterior, por ser o canal de representação dos latifundiários e outros setores reacionários da sociedade brasileira –, tem volumosos recursos financeiros e materiais, apoio escancarado dos meios de comunicação; portanto, grande poder de fogo. Daí sua competitividade. Ademais, desalojados do governo central em 2002 e se julgando já refeitos da derrota que sofreram, esses setores das classes dominantes estão dispostos a usar todas as armas e, com energias redobradas, lançam-se para dar êxito a um projeto que poderia ser denominado de “operação-retorno”.

Uma dessas armas é o velho ardil da hipocrisia e da falsidade. Os candidatos do bloco PSDB-PFL, liderado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, apresentam-se,

Princípios

num passe de mágica, como os paladinos da justiça social, da democracia e dos interesses do país, dizendo terem deixado um legado bendito e um país pronto para crescer.

Uma campanha eleitoral, por excelência, é luta de idéias, conflito de argumentos. Nesse sentido, cabe ao campo das forças lideradas pelo presidente da República, com serenidade e firmeza, apresentar o julgamento que a nação já fez dos dois governos neoliberais de FHC: eles golpearam a soberania nacional, mutilaram a democracia e impuseram à nação o autoritarismo; eliminaram ou mitigaram direitos dos trabalhadores; e condenaram o povo ao desemprego, ao arrocho salarial, à violência, à miséria. A herança é maldita. Não há marqueteiro ou mistificador que consiga ocultar esta verdade.

Se a oposição conservadora merece ser enfrentada com essa vigorosa contundência, em relação ao povo, as candidaturas e coligações progressistas devem, simultaneamente, apresentar as realizações frutíferas do governo, os compromissos que já foram resgatados, e ter a humildade de ouvir e considerar as críticas e as insatisfações da população.

Essa atitude política poderá ajudar os eleitores a compreenderem o fato de ser impossível em um ano e meio de governo consertar “os estragos” da herança maldita e mudar por completo a face de um país do porte e da complexidade do Brasil.

De qualquer maneira, apesar dessas limitações da política macroeconômica ortodoxa, há um conjunto de feitos e realizações que permitem uma prestação de contas ativa, e mesmo de justificado orgulho, pelo trabalho até aqui realizado. Insuficiente, mas grandioso.

Com o governo Lula o país se reencontrou com a democracia. Democracia não apenas de criticar, se opor, sugerir, participar da elaboração das políticas públicas, mas, sobretudo, democracia que assegura aos trabalhadores o direito à organização e à luta – como é o caso da luta pela reforma agrária, que teve um ascenso desde a posse do novo governo.

O governo batalha com altivez pela soberania do país, cujo exemplo emblemático é a ação hábil e eficiente contra o projeto da Alca no formato neocolonialista proposto pelos Estados Unidos. O governo empreende significativos esforços para melhorar a qualidade de vida do povo, buscar enfrentar a imensa dívida social acumulada num longo processo de exclusão e concentração da renda.

É claro que as cidades serão o tema central desse embate. Suas riquezas, seus problemas e dilemas e, sobretudo, suas potencialidades. A questão fulcral apresentada, usando um verso de Carlos Drummond de Andrade, é se “as cidades podem vencer”, se elas podem oferecer uma vida digna, alegre e decente a todos os que as habitam, sobretudo, ao povo – alvo de tantas exclusões e privações. Essa questão exige uma resposta exaustiva, segundo a singularidade de cada município.

Mas, o que deliberadamente se sublinha é o significado político nacional destas eleições municipais. As conseqüências de seu resultado às cidades e ao país. Dois campos em confronto: a mudança e o retrocesso.

Comissão Editorial

revista.principios@terra.com.br

Princípios bimestral

Partilhamos com os leitores e assinantes de *Princípios* a alegria por duas conquistas: a revista a partir deste número passa a ter periodicidade e cara novas. De trimestral, passa a circular de dois em dois meses, com um novo projeto gráfico. Assim oferecerá mais informações e análises aos seus leitores e participará mais intensamente do debate teórico e político em curso.

Índice

<i>BRASIL</i>		
Pela vitória das idéias renovadoras		
<i>Renato Rabelo</i>	06	
Governo Lula: êxitos e desafios		
<i>Entrevista com Aldo Rebelo</i>	12	
Dez anos pós-Real: desnacionalização, dívidas e desemprego		
<i>A. Sérgio Barroso</i>	15	
<i>INTERNACIONAL</i>		
Capitalismo e desemprego nos Estados Unidos		
<i>José Carlos Braga</i>	19	
Manifesto de apoio a Hugo Chávez		
<i>Chico Buarque, Antonio Candido, Celso Furtado e outros</i>	23	
<i>ELEIÇÕES E QUESTÃO URBANA</i>		
O município e a questão nacional		
<i>Luciano Siqueira</i>	24	
Eleições 2004: o discurso progressista		
<i>Walter Sorrentino</i>	26	
Mundo urbano brasileiro		
<i>Rosana Miranda</i>	29	
A juventude não pode esperar		
<i>Danilo Moreira</i>	33	
“Olinda: captar recursos, democratizar o governo e investir em prioridades”		
<i>Entrevista com Luciana Santos</i>	38	
“Em Fortaleza planejamento será coisa popular”		
<i>Entrevista com Inácio Arruda</i>	40	
“O governo FHC ignorou as necessidades de São Paulo”		
<i>Entrevista com Marta Suplicy</i>	43	
“Desenvolvimento e segurança para Teresina”		
<i>Entrevista com Robert Rios</i>	45	
		“Unir as ações do governo federal às do município”
		<i>Entrevista com Raul Pont</i>
		46
		“O governo Lula favorece os municípios”
		<i>Entrevista com Vanessa Grazziotin</i>
		48
		“Segurança pública como política social”
		<i>Entrevista com Jandira Feghali</i>
		50
		<i>UNIVERSIDADE</i>
		Diretrizes do MEC à reforma da educação superior
		<i>Nereide Saviani</i>
		53
		Educação superior é questão de Estado nacional
		<i>Ana Lúcia Gazzola</i>
		59
		<i>HISTÓRIA</i>
		50 anos da morte de Getúlio Vargas
		<i>Carta-Testamento de Vargas</i>
		64
		A luta pela autonomia
		<i>José Carlos Ruy</i>
		66
		Radicalização e crise do segundo governo Vargas
		<i>Augusto C. Buonicore</i>
		69
		<i>CULTURA</i>
		Cultura e desenvolvimento social: partilhando responsabilidades
		<i>Gilberto Gil</i>
		73
		<i>LITERATURA</i>
		Pablo Neruda – cem anos
		<i>Volodia Teitelboim</i>
		77
		Cartas.....
		82

Pela vitória das



idéias renovadoras

As eleições municipais, apesar de uma disputa política local, ocorrem num contexto de embate entre as forças comprometidas com o governo Lula e as forças conservadoras

RENATO RABELO



À esquerda, lançamento da candidatura de Inácio Arruda (Fortaleza/CE).

O embate eleitoral de 2004 se realiza num momento político em que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai definindo sua fisionomia real – carregada de aspectos contraditórios quanto ao rumo e à forma de governar e dirigir suas ações.

A base de sustentação do governo na Câmara e no Senado – com caráter político heterogêneo – e o PT, partido hegemônico – em meio a redefinições e disputas internas –, requer uma coesão mais explícita e constante, sobretudo no Senado.

A base de sustentação social (influenciada pelos partidos de esquerda, organizações sociais e camadas inorgânicas que votaram em Lula), na sua maioria, demonstra seu apoio. Uma parte, todavia, questiona a falta de cumprimento dos compromissos assumidos e aumenta o descontentamento com o rumo do governo. O movimento social, sem uma recomposição definida, vai se reorganizando e busca suas bandeiras comuns diante do novo ciclo político vivido pelo país.

A oposição conservadora, cujo núcleo está no PSDB, tem conseguido se estruturar, e aumenta a pressão dos setores políticos e econômicos conservadores para a manutenção da política macroeconômica neoliberal. Neste sentido, edificam-se centros de pensamento estratégico neoliberal, como o Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), em São Paulo, e o Instituto de Estudos de Política

Econômica (IEPE/Casa das Garças), no Rio de Janeiro. Em outro plano, é nítida a má vontade de grande parte da mídia em relação ao governo.

Contudo, são muitas as vozes que clamam por um novo pensamento econômico, que possa forjar um novo projeto de desenvolvimento com soluções não-ortodoxas – que, porém, ainda não se constituíram em uma saída concreta. A mídia tem dado grande dimensão às contradições no núcleo político do governo, sendo isto, na realidade, a expressão existente, no seio do PT, de concepções exclusivistas, de partido onipresente, de governo petista versus governo de coalizão e de projetos próprios que aguçam o apetite na relação de poder.

De modo simbólico na conjuntura presente, os conservadores fazem grande alarde sobre a “comemoração dos 10 anos do Plano Real” e, por outra parte, o governo Lula destaca a celebração de seus 18 meses de existência. Na comemoração do Plano Real esteve implícita ou explícita a herança encontrada pelo novo governo. É importante considerar que, em relação a essas duas questões – a herança deixada pelos oito anos de FHC e o resultado até agora obtido, bem como a perspectiva do governo atual – é que vão se plasmando as tendências políticas atuais. A tendência conservadora, apesar das nuances existentes, mesmo reconhecendo as dificuldades legadas, chega a afirmar que grande parte dos obstáculos decorreu da própria vitória de Lula, que gerou desconfianças nos agentes econômicos dominantes e que o saldo da herança é positivo – teve muito de “bendita”. Quanto ao novo governo, seria “despreparado para governar” e não teria nenhum projeto novo que leve à mudança⁽¹⁾.

No âmbito do governo, existe uma tendência predominante que aposta na combinação do velho com o novo; encampa parte significativa da herança e renega outra. Mais precisamente, procura conciliar a política macroeconômica ortodoxa convencional com políticas de protagonismo estatal para o desenvolvimento (política industrial, PPP, modelos e agências reguladoras, função do BNDES

etc). Ademais, o núcleo de defesa e aplicação da política ortodoxa (equipes do Ministério da Fazenda e Banco Central) chega a exprimir que a herança é até satisfatória, divergindo quanto ao papel protagonista do Estado no processo desenvolvimentista, intrometendo-se em todos os assuntos que definem o rumo a ser tomado. Outras tendências no seio do governo, que não se constituem ainda num sistema configurado, buscam reforçar o papel do Estado na retomada do desenvolvimento e encontrar novas saídas macroeconômicas para o país – a construção de novo modelo de desenvolvimento.

A busca de conformação de um novo modelo de desenvolvimento, distinto do neoliberalismo, que no âmbito governamental é diversificada, aparece na sociedade como um esforço para definição de um novo pensamento econômico e a defesa de alternativas à atual orientação econômica. Em resumo, a luta entre a tendência progressista e a tendência conservadora está composta, entre outras, pelas seguintes disjuntivas políticas e econômicas: Estado ou mercado na direção do desenvolvimento; saída macroeconômica ou microeconômica (melhor funcionamento dos mercados e redução das ineficiências na alocação de recursos); controle seletivo da conta de capitais ou sua liberalização completa, chegando à conversibilidade do real (dolarização); políticas sociais de caráter universalizante ou focalizante. É claro que, em torno dessas disjunções na definição de um novo caminho, há também posições com forte ardor voluntarista, que já defendem de imediato saídas anticapitalistas, distantes da realidade vigente.

Mas há um esforço objetivo, resultante da situação em evolução, que pode permitir que brote na atualidade um pensamento renovador, que sustente a construção de um novo projeto desenvolvimentista para o Brasil. A realidade indica que a construção de uma alternativa ao neoliberalismo, na fase atual do capitalismo, compreende uma luta difícil e prolongada que pode ir além do mandato atual do governo Lula. Esse

A construção de uma alternativa ao neoliberalismo compreende uma luta difícil e prolongada, teórica e ideológica, política e econômica

confronto abarca os âmbitos da teoria, da ideologia, da política e da economia

É nos marcos dessa compreensão mais ampla e da situação presente que devemos nos situar e reforçar a tendência renovadora. A volta das forças conservadoras, com uma nova direita de marca tucana, barraria essa tendência, adiando-a imprevisivelmente – o fortalecimento dos conservadores nos levaria ao retrocesso político. No entanto, a possibilidade de existir uma alternativa revolucionária conseqüente e viável, capaz de impedir a volta conservadora, não está posta – colocar na ordem do dia uma saída revolucionária nos isolaria e teria conseqüência política negativa. Então, a luta pela configuração do pensamento renovador, que sustente um novo projeto desenvolvimentista, ainda tem seu leito nos marcos do governo Lula, no bojo de suas contradições e no entrechoque político e social atual. Portanto, é em consonância com essa linha que nos orientamos para a batalha eleitoral em curso.

As eleições municipais

As eleições municipais, apesar de serem uma disputa política local, necessariamente se darão num contexto do embate entre dois campos básicos de forças que buscam seu fortalecimento, tendo em vista o rumo político futuro: as forças comprometidas com o governo Lula e as forças conservadoras derrotadas em 2002. Não obstante, prevalece certa dispersão nas alianças num campo e noutro. Considerando-se o conjunto da campanha eleitoral, que se compõe das batalhas do primeiro e do segundo turnos, o objetivo central do PCdoB é fortalecer, com a vitória, o campo da base de sustentação do governo Lula e derrotar as forças conservadoras que, alijadas do centro do poder, lutam por viabilizar seu retorno. Nossa tática indica que se amplie ao máximo a aliança com as forças capazes de compor o campo do governo atual, tentando também neutralizar alguns setores conservadores.

Nas eleições municipais, por serem primordialmente um grande embate político e voltadas aos assuntos da cidade, a mensagem do Partido deve ser política e administrativa: 1) assenta-se

no desafio impostergável de que o Brasil precisa crescer de forma sustentável com distribuição de renda; um ano e meio de governo é ainda pouco tempo para resultados apreciáveis (o que implica antes de tudo na definição de rumo), diante de uma herança de um país comandado pela dívida pública – leia-se rentistas e grandes credores financeiros – e submetido a forte vulnerabilidade externa, vivendo profunda crise social; 2) deve ter como centro a defesa de uma plataforma clara com projetos concretos voltados para a resolução dos problemas candentes da vida do povo local e da condição da cidade, tendo como base o desenvolvimento econômico e social do município, sua modernidade e a qualidade de vida de seus habitantes.

No embate político, que advirá da marcha eleitoral, devemos demarcar nitidamente a responsabilidade das forças oposicionistas (PSDB e PFL) no legado de crise recebida pelo governo Lula, a sua tentativa de aparecer como defensoras dos anseios populares; a defesa do governo Lula, destacando seu aspecto democrático e as iniciativas positivas; a perspectiva defendida pelo PCdoB de um Pacto Nacional pelo Desenvolvimento e Emprego para sustentar e impulsionar o desenvolvimento.

Na apresentação feita pelo ministro da Casa Civil, José Dirceu, por ocasião da celebração do ano e meio de governo, foi alinhada uma série de dados confirmando a retomada do crescimento econômico, a recuperação industrial, o controle da inflação, o crescimento do emprego com Carteira assinada e a elevação das vendas de bens de consumo não duráveis, além dos êxitos alcançados pela política externa e comércio exterior.

Há, efetivamente, uma retomada do crescimento da economia, já esperada. Em 2003, a variação do Produto Interno Bruto caiu a zero. Com os últimos dados da expansão industrial, a “maior nesses 14 anos”, prevê-se inclusive que o crescimento chegará a 4% do PIB neste ano. A retomada do crescimento é benéfica ao país. Vamos saudá-la, mas sabemos dos seus limites. A taxa de investimento que garantirá a sua sustentabilidade é muito baixa, em decorrência da política fortemente contracionista em curso e da sua impossibilidade de superar a vulnerabilidade

externa. É um crescimento cíclico, dentro do velho modelo – insuficiente para fazer frente às necessidades do país. Este debate é importante, ele está em marcha, mas no contexto da luta eleitoral devemos ressaltar a nossa contradição antagônica com a oposição conservadora. Ainda, de modo afirmativo, destacar a necessidade de construir um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, reafirmando nossa proposição de Pacto Nacional pelo Desenvolvimento e o Emprego.

As forças políticas

Depois da realização das conferências partidárias – demonstração de grande movimentação política –, podemos avaliar a disposição das forças políticas para o embate eleitoral. As alianças formadas apontam para uma certa dispersão do campo das forças políticas lideradas pelo presidente Lula. O PT lançou candidatos próprios a prefeito em 23 capitais e em 77 dos 95 municípios com mais de 150 mil eleitores. Realizou coligação com o PCdoB em 17 capitais. Dividiu-se com relação ao PCdoB em Fortaleza e Teresina. Atraiu o PTB em capitais como São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Curitiba; o mesmo se deu em relação ao PL em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Florianópolis e Belém. As forças do PMDB nas capitais de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e algumas outras optaram prioritariamente por demarcar campo próprio. Tal foi o caso do PSB em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e, mesmo, em Fortaleza e Manaus (onde Inácio Arruda e Vanessa Graziotin, do PCdoB, encabeçam a chapa).

O PSB lançou candidaturas próprias em 15 capitais e só em duas apóia partidos de oposição ao governo Lula. Já o PTB lançou cinco candidatos próprios e apóia adversários do governo Lula em três capitais. O PL apostou em seis candidatos próprios e, em três cidades, participa de chapas encabeçadas pela oposição. O PSB apoiará os candidatos petistas em outras sete capitais. Outro partido da base aliada que empata com o PL e com o PSB, no apoio a candidatos petistas, é o PTB. Os acordos entre o presidente do PTB, Roberto Jefferson, e o do PT, José Genoíno, fizeram com que o PTB aumentasse seu apoio ao governo. O PMDB tem 11 candidaturas próprias e apóia partidos da oposição ao governo Lula em outras seis. Já com o PPS, o PT só terá

o apoio em Belo Horizonte e Palmas. O PPS se aliou, no entanto, com a oposição à base do governo no Congresso em cinco capitais.

Por isso, espera-se que o campo de sustentação do governo saiba apreciar, no decurso do processo político eleitoral, as exigências de acordos para garantir a eleição de alguém desse campo no segundo turno. Impõe-se ainda, nas localidades onde as forças do nosso campo saíram divididas, ter claro que o alvo, notadamente, é o campo da oposição conservadora. O conjunto das forças do campo do governo deve compreender essa necessidade, sobretudo o PT, uma vez que lançou o maior número de candidaturas.

Pelo lado oposicionista, não se cumpriu a promessa anunciada pelo PSDB de que as figuras mais proeminentes do tucanato entrariam na disputa para “derrotar o governo”. Apenas José Serra, em São Paulo, e Beto Richa, em Curitiba, comparecem para isso. Mas seu objetivo é inequívoco: derrotar o governo. Esta é sua estratégia em capitais tão importantes como as de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Pernambuco, entre outras.

Sem dúvida, as atenções estarão concentradas nos principais colégios eleitorais, com destaque às capitais de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Ceará. Nelas, por ora, surge uma tendência de forte disputa, sem claro favoritismo, de saída, das forças aliadas ao governo Lula. No Paraná, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Acre, Pernambuco, Amapá, Espírito Santo, Goiás e Pará há boas chances de eleger prefeitos do campo governista nas capitais.

Desde 1996, só PSDB, PMDB, PFL, PPB (hoje PP) e PT conseguiram mais de 10% dos votos para prefeito no país inteiro, obtendo cada qual em torno de 15%. Não deve haver grande mudança neste quadro, decantando as legendas maiores. Devem crescer PTB, PL e, em outra escala, PCdoB e PSB. PPS pode crescer, mas está fraturado. Quanto ao PDT, não há elementos disponíveis. Ressalte-se que a decisão do Senado de enterrar a PEC relativa ao número de vereadores, fazendo prevalecer a resolução leonina do TSE, deverá produzir efeitos ulteriores impossíveis de apreciar por ora. A medida teve sentido antidemocrático, seja pela redução da representação, seja pela mudança das

regras do jogo durante a própria partida. Nos municípios médios, a redução das vagas é de 28%.

Os comunistas no pleito

Quanto ao PCdoB, está em 17 capitais aliado ao PT, indicando o candidato a vice-prefeito em sete; em quatro vai com candidaturas próprias competitivas; em três, com PSB; em uma, com o PPS; noutra, com o PDT; e outro a vice-prefeito em Boa Vista, capital de Roraima, com o PPS. Lança 105 candidatos próprios a prefeito, em 21 estados, e 156 a vice-prefeito. Nas cidades com mais de 100 mil habitantes, tem candidatos a prefeito em sete e a vice-prefeito em 17. Do total de municípios onde temos candidaturas majoritárias a prefeito, temos por vice 49 do próprio PCdoB, 12 do PT, 7 do PL, 5 do PV, 2 do PPS, 13 do PDT, 2 do PCB e 2 do PMDB e outro do PTB. Esses municípios representam 8,25% da população brasileira.

O Partido Comunista do Brasil apresentará quase 4.800 candidatos a vereador, 362 dos quais em capitais, em 1.543 municípios. Tem atualmente 305 vereadores. Concorrerá com 81 chapas próprias de vereador, 4 delas em capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Teresina, com 163 candidatos). Nas eleições proporcionais em capitais, em 13 (metade do total) estamos em coligação formal com o PT.

Quanto ao quadro de alianças a proporcionais, nas cidades com mais de 100 mil habitantes estamos em 106 com o PT; 20 com o PMDB; 17 com o PPS; 14 com o PSB; 12 com o PDT; dez com o PTB; sete com o PL; cinco com o PSDB; além de outros municípios ainda não computados. Nas cidades onde temos candidatos a vice-prefeito, 42 são com o PT, a prefeito; 15 com o PMDB; 11 com o PSB; 6 com o PL e 4 com o PPS.

O PCdoB, desde 2000, vem em franco crescimento, acelerado a partir da posse de Lula. Crescemos, nestes 18 meses, 72% em militância e quase 100% no número de municípios onde estamos presentes. Fomos 200 mil filiados e 60 mil militantes reunidos nas conferências ordinárias de oito meses atrás. Agora, comprovando essa extensão da influência e fileiras comunistas, com respeito às eleições similares de quatro anos atrás, aumentamos em 275% o número de candidatos a prefeito que lançamos (105 contra 28). Em 2000 elegemos a prefeita de Olinda e sete vice-prefeitos, dos quais dois em capitais. Em 2004

aumentamos em 128% o número de candidatos a vereador (4.800 contra 2.097) e em 100% o de municípios onde participamos de eleições (757 contra 1543).

Quanto ao esforço partidário na preparação das conferências das capitais deste ano, mobilizaram-se 15.500 militantes, em 633 assembleias de base. Isso representa um crescimento de 12% na mobilização, desde outubro passado, mostrando que o Partido assimila as orientações do 1º Encontro Nacional sobre Estruturação Partidária.

As prioridades do Partido, no quadro da batalha eleitoral, estão nas eleições majoritárias de Fortaleza, Manaus, Rio de Janeiro, Teresina e em Olinda (importante cidade de Pernambuco, onde a atual prefeita, Luciana Santos, do PCdoB, concorre à reeleição). Em Fortaleza e Manaus, com chapas encabeçadas por Inácio Arruda e Vanessa Grazziotin, os comunistas conformaram alianças amplas, envolvendo partidos e forças políticas de grande expressão estadual. No Rio de Janeiro, a candidatura de Jandira Feghali apresenta considerável potencial de crescimento. Em Teresina, Robert Rios pode se transformar em pólo importante do voto progressista. Em Olinda há nítida tendência para uma decisão no segundo turno, quando um leque bem mais amplo de forças poderá garantir a vitória de Luciana Santos.

Também são importantes para o PCdoB os pleitos de Salvador, São Paulo, Recife, Aracaju, Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, Rio Branco e de várias cidades espalhadas pelo Brasil, onde o Partido pretende eleger prefeitos. No seu conjunto, por sua envergadura e por ser a primeira batalha eleitoral disputada pelo Partido em situação de força integrante do governo federal, esta eleição se revestirá de um papel fundamental, pois contribuirá para fortalecer as forças progressistas em geral, e o Partido Comunista em particular, para prosseguir a luta por um Brasil soberano, democrático e de bem-estar para seu povo.

Renato Rabelo é presidente do Partido Comunista do Brasil, PCdoB.

Nota

- (1) Entrevista de Fernando Henrique Cardoso à revista *Primeira Leitura*, 29/7/2004.

ENTREVISTA COM ALDO REBELO

Governo Lula: êxitos e desafios



POR ADALBERTO MONTEIRO

O ministro da Coordenação Política e Assuntos Institucionais falou à Princípios sobre os três primeiros semestres do governo Lula, o que está por trás dos ataques da oposição conservadora (PSDB e PFL) e sobre as perspectivas para as eleições

Recentemente o governo fez um balanço de seus primeiros 18 meses de mandato. Quais realizações você destacaria neste período? Qual compromisso tem se revelado mais difícil para a implementação do governo?

Aldo Rebelo – O governo do presidente Lula e das forças políticas, sociais, econômicas e intelectuais reunidas em torno de seu projeto, tem como principal objetivo ampliar os horizontes da vida democrática do nosso país, estender os direitos do nosso povo e aumentar a presença comercial e geopolítica do Brasil na América do Sul e no mundo, como parte do esforço pelo fortalecimento da soberania do nosso país.

É evidente que essa tarefa apresenta grandes desafios e obstáculos. O Brasil é um país marcado por desequilíbrios, por deformações e desigualdades regionais, sociais, culturais e por preconceitos de classe, de raça e de região. E essas dificuldades estão sendo enfrentadas com determinação.

Creio que os 18 meses de balanço apresentam êxitos inquestionáveis.

O nosso programa social é um dos mais ousados do mundo. Pretendemos atingir com ele uma população equivalente à população da Argentina. A nossa meta é a proteção social de 30 milhões de brasileiros situados numa condição muito desfavorecida.

Todos conhecem a difícil herança que recebemos na economia. O presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu de seu antecessor, Itamar Franco, uma dívida de R\$ 60 bilhões e nos deixou como herança uma dívida de R\$ 800 bilhões. Encontramos o país à beira da inflação, o risco-Brasil espalhando descrédito entre os nossos parceiros comerciais e os nossos credores em todo o mundo.

O novo governo fez um grande esforço para recuperar a capacidade do país de controlar a inflação, baixar a taxa de juros – que hoje ainda é muito elevada, mas é a mais baixa dos últimos 12 anos –, preparar o país para voltar a crescer, retomar a capacidade do mercado interno e ampliar os horizontes do nosso comércio exterior. Nesse último aspecto se situa a vitória mais importante. O Brasil mudou de status como país exportador. Hoje nosso país tem uma presença consolidada e com grande expectativa de crescimento no comércio mundial.

O governo atuou com muita firmeza para unir a América do Sul num projeto político comercial e cultural comum. A determinação do governo é para viabilizar uma infra-estrutura que faça a ligação física entre os países da América do Sul. Basta dizer que enquanto na América do Norte o Pacífico e o Atlântico estão ligados por ferrovia desde meados do século XIX, um objetivo como esse ainda não foi alcançado por nós até hoje. Provavelmente isso se dará ainda sob o governo do presidente Lula, quando a ligação ferroviária entre o Porto de Santos (SP) e o Porto de Antofagasta (Chile) percorrerá 4.280 quilômetros, ligando os países e atravessando o nosso subcontinente.

Acho que com as possibilidades da retomada do crescimento da economia o governo terá mais liberdade para afirmar uma política que combine a busca de um projeto nacional que, além de gerar empregos e renda, afirme o nosso mercado interno como patrimônio insubstituível na nossa proposta de tornar o país mais justo e mais independente.

A posição do governo brasileiro em face às negociações da Área de Livre Comércio das Américas

(Alca) parece também um movimento importante no sentido do resgate da soberania do país...

Aldo Rebelo – Na verdade, e a bem da justiça, o Brasil nunca viu a Alca como um destino. E essa posição foi mantida e ampliada pelo governo do presidente Lula e pelo chanceler Celso Amorim: priorizar o Mercosul e fortalecer as instituições e os caminhos para que a presença e a integração do Brasil no mundo tenha como primeiro passo a integração com os países sul-americanos.

A oposição conservadora, por ocasião da passagem dos dez anos do Plano Real, disseminou a mensagem de que, ao contrário de uma herança maldita, o governo Lula teria recebido uma herança benigna de seu antecessor. Qual sua posição sobre isso?

Aldo Rebelo – Esse é o discurso que restou para os tucanos e o PFL: de que o governo simplesmente deu prosseguimento à política herdada do governo anterior.

Rigorosamente, são duas opções opostas.

O governo do presidente Fernando Henrique buscou a integração de fora para dentro, a partir de capitais e das tecnologias de fora, acumulando déficits monumentais na balança comercial, arruinando as contas externas do país. O governo do presidente Lula buscou outro caminho e alterou a relação cambial da nossa moeda, o real, com o dólar. O nosso caminho é o da integração com o mundo de dentro para fora; ou seja, a partir do Brasil, buscando o apoio nas exportações, no superávit comercial e não no déficit. Numa relação favorável ao país na política cambial, num esforço para que o Brasil retome a possibilidade de constituir um mercado interno capaz de dar suporte ao desenvolvimento sustentável do país.

O Brasil aposta na ampliação da sua infra-estrutura, o governo apresentou a Integração Regional Sul-Americana para facilitar o acesso do Brasil aos mercados sul-americanos e o acesso dos países sul-americanos ao mercado brasileiro. E através do Pacífico o caminho de acesso do Brasil e dos demais países sul-americanos ao mercado asiático.

O governo pôs como uma questão decisiva baixar a taxa de juros, que nós encontramos em patamar estratosférico quando o presidente Lula assumiu em janeiro de 2003. Os juros, repito, ainda são

elevados, mas o governo vai continuar fazendo esforço para que a taxa de juros no Brasil seja compatível com as necessidades do financiamento do nosso desenvolvimento e com o financiamento da nossa dívida pública.

A oposição conservadora ameaça “nacionalizar as eleições municipais”, forçando um julgamento do governo Lula nas urnas. O governo teme essa federalização do pleito?

Aldo Rebelo – Não. O governo não tem como escolher o tema das eleições. Vai enfrentar de acordo com aquilo que também foi escolhido pelos adversários. São eleições municipais. A gestão das cidades é o que mais importa nessa batalha, mas o governo e os partidos do governo estão preparados para enfrentar o embate, demonstrar o que as forças conservadoras nos deixaram como herança e mostrar o esforço que o governo tem feito para mudar o rumo do país. Naturalmente isso não está sendo alcançado no ritmo que todos desejávamos, e desejamos. Mas as medidas adotadas são coerentes com o nosso propósito de tornar o Brasil um país mais democrático, mais justo e mais independente.

Qual seu prognóstico geral sobre o resultado eleitoral?

Aldo Rebelo – Tenho confiança em que as forças que sustentam o governo do presidente Lula sairão amplamente vitoriosas nessa batalha. E que diminuirá ainda mais o espaço político do PFL e do PSDB.

E acho que essa ameaça às posições do PFL e do PSDB é que leva essas correntes em certas circunstâncias a adotarem posições desesperadas no seu confronto com o governo e com as forças políticas que apóiam o presidente Lula.

Houve uma certa dispersão do campo das forças lideradas pelo presidente Lula ao menos no plano do primeiro turno das eleições. Como essas forças deveriam se portar tendo em vista uma batalha que é definida em dois turnos?

Aldo Rebelo – Na verdade, seria preferível que a aliança das forças que sustentam o governo se

desse em dois movimentos. No primeiro, garantir a unidade do núcleo histórico dessa aliança, formado pelo PT, PCdoB e PSB e no segundo movimento incorporar os demais aliados no maior número possível de capitais e de cidades para disputar as eleições. Essa operação não foi totalmente vitoriosa, embora em certa medida tenha ocorrido, como no caso da aliança do PT com o PCdoB, que percorre pelo menos 17 das 26 capitais do país.

Há de se buscar um compromisso entre os partidos que formam a base do governo de preservação das suas relações no primeiro turno e de busca das alianças no segundo para enfrentar os candidatos do PFL e do PSDB.

Entre as razões que levaram o presidente Lula a convidá-lo para exercer o Ministério da Coordenação Política parece se destacar a motivação de dar uma feição mais plural ao núcleo de coordenação do governo. Tal concepção de um governo sustentado por amplas forças – um governo de coalizão – tem sido assimilada pela base governista, em especial o partido hegemônico, o PT?

Aldo Rebelo – O processo das alianças políticas e da construção de um governo de coalizão nunca é um processo acabado. Ou seja, é um processo em construção permanente, de aprendizado de sentido educativo.

Além dos princípios que devem nortear essa aliança, do respeito entre os aliados, há o princípio segundo o qual quem apóia o governo deve participar do governo, e ter sua importância reconhecida e sua presença assegurada na formulação das políticas e nas funções de governo.

E creio que esse aprendizado está em curso. Há incompreensões, há resistências, mas penso que prevalece a convicção do próprio presidente Lula de que o país pode, e deve, ser governado pela mais ampla união de forças políticas, sociais, intelectuais, de caráter democrático e patriótico – que assegurem a maioria social, a maioria política e a maioria parlamentar, que garantam a governabilidade e que dêem ao presidente as condições de cumprir o seu projeto de avançar na construção da democracia, da ampliação dos direitos do povo e da soberania nacional.

Adalberto Monteiro é jornalista e editor de Princípios.

Dez anos pós-real: desnacionalização, dívidas e desemprego

O Plano Real tornou o país mais dependente e prisioneiro da especulação rentista

A. SÉRGIO BARROSO

Mistificação, cinismo e deboche à nação: eis o que se pode dizer das declarações, artigos e entrevistas, dos autores do sofisticado engodo da “estabilização” da economia – dez anos do Plano Real.

Fartamente badalado na mídia, revelou-se indisfarçável o esforço ideológico dos submissos à “globalização financeira” – em malabarismos nada gratuitos –, e justificativas que têm a ver com a reorganização da passagem a uma outra etapa da ofensiva ultraliberal contra o Brasil.⁽¹⁾

Nos discursos (como que combinados) de comemorações dos dez anos do plano, FHC, Edmar Bacha, Armínio Fraga, Pedro Malan e Pêrsio Arida, especialmente, orquestraram um simulacro explicativo: o objetivo do Plano Real reduziu-se essencialmente ao da “estabilização da moeda”, ou a “uma reforma monetária”, com objetivo de debelar a inflação.

Segundo FHC, o Real levou nosso povo a uma “mudança de atitude geral”, para além da moeda: os brasileiros “passaram a perceber o quanto vale o dinheiro”. Aplaudindo a própria afetação narcísica – coi-

sa de intelectual burguês sem capital –, e ainda declarando o intuito manipulatório do plano econômico conduzido por ele como presidente da República, diz FHC que “quando a população passou a sentir que tinha ganho, que foi a partir de julho, os dados de pesquisa começaram a mudar”. E prosseguindo a deliciar-se: “Não há dúvida: sem o Real, não seria possível [sua reeleição]. Nem popularizar meu nome”, afirmou em entrevista (*Folha de S. Paulo*, 27/6/2004, p. B-8).

De acordo com Bacha – um dos principais mentores do Plano, junto com Winston Fritsh –, o Real teria começado em 1993 (Fundo Social de Emergência e URV), e terminado em 1996, com o fim da indexação salarial, quando passara a funcionar a nova moeda numa economia desindexada: “Ou seja, uma economia com uma inflação baixinha. O Plano foi isso”, enfatizou; até porque não se deve confundir a reforma monetária com a política econômica que se seguiu, acrescenta em sua enrolação, Bacha (*Folha de S. Paulo*, idem, p. B-9). A mesmíssima cantilena é enfatizada por Fraga, para quem, “O Plano Real, por si só, foi um mecanismo de estabilização da economia pré-anunciado, com a URV” (*Folha de S. Paulo*, idem, p.

B-6). Fazendo contas de uma inflação de “mais de 1000%” entre 1988-1992, Malan engrossa o coro para dizer que a queda sustentada da inflação”, somada à “relativa abertura às importações” (!!) e as privatizações, levaram a “maior eficiência e competitividade” um número expressivo de empresas brasileiras (*Valor Econômico*, 30/6/2004, p. F6)

Definindo os objetivos principais do plano, o afirmado por Bacha tem o inteiro aval de Pêrsio Arida, para quem houve remoção do “componente da indexação automática, que conferia a inflação um caráter fortemente inercial à inflação brasileira. Desapareceu, assim, a especificidade da nossa inflação”, diz (*Valor Econômico*, idem, p. F5). Já para Gustavo Franco, o arrogante ex-presidente do BC, tornado o crupiê da maior jogatina financeira⁽²⁾ de que se tem notícia em nossa história, “não houve nenhum erro muito sério” com o plano; “acho que falhamos no terreno fiscal”, diz ele (*Folha de S. Paulo*, idem, p. B-7). Elogiado por FHC, na entrevista acima citada, como tendo “enorme capacidade de resolver problemas”, Franco, acusado inclusive por inúmeros economistas conservadores em manter uma política cambial de supervalorização da moeda, quebrando o país e levando-o à recessão após a crise asiática, repete num raro cinismo: “Não faria um milímetro diferente” (*Valor Econômico*, idem, p. F7).

Um festival de mentiras

São mentirosas as afirmações de que o Plano Real se limitava ao combate à inflação. Como tinha escrito Malan, além da inflação sob controle, a “melhoria continuada das condições de vida da maioria da população”, o Plano Real visava ao “crescimento sustentado, como mudança estrutural e aumento da produtividade média da economia”.⁽³⁾ O próprio Franco chegou a teorizar que, no Plano, a estabilização, “para ser bem sucedida”, deveria enunciar “um novo modelo de desenvolvimento”; e os recursos que advieram das privatizações – “síntese das mais importantes na reforma do Estado”, complementara – estavam servindo para “reduzir a dívida pública e elevar a poupança pública”.⁽⁴⁾ Indo mais além, conforme dois outros formuladores destacados da “teoria” do Plano, José Roberto Mendonça de Barros e Lídia Goldenstein⁽⁵⁾, “O ponto de partida do Real foi a retirada da inércia inflacionária e a desindexação. O

ponto de chegada deve ser o crescimento sustentado, entendido como uma elevação importante na taxa de investimento – suficiente para elevar o produto, a renda e o emprego com simultânea redução das desigualdades que caracterizam o país”. Perfeito!

Ora, o Plano Real, elaborado por inegável criatividade de brasileiros apátridas, inseriu-se completamente nas diretrizes do Consenso de Washington, tendo como metas fundamentais as chamadas reformas liberais de abertura comercial, as privatizações e a desregulamentação e liberalização financeira. Por muito pouco não levou o país aos primórdios coloniais.

Seus trágicos resultados podem assim ser comprovados, na seguinte síntese:

I. O que Luciano Coutinho advertira cursar uma “especialização regressiva”, materializou-se no maior processo de desnacionalização da história da economia brasileira. O que significou uma transferência de propriedade de empresas nacionais para investidores e sem contrapartida proporcional do investimento brasileiro no exterior; internacionalização que aprofundou a participação estrangeira na indústria e desnacionalizou atividades de serviços antes dominadas por empresas de capital nacional, públicas ou privadas.⁽⁶⁾ Como concluiu Laplane, apesar de uma estrutura produtiva “mais eficiente” que a do início dos anos 90, as mudanças profundas na estrutura produtiva brasileira tornaram-na “mais desnacionalizada e mais dependente de insumos importados a produzir” (idem, p. 51).

Note-se que a enganação neoliberal apostava no financiamento externo como supridor da poupança doméstica. Entre 1990-95 e 2001, o IDE (Investimento Direto Estrangeiro) no Brasil passou de US\$ 2 bilhões (média anual) para US\$ 22,4 bilhões, respectivamente. Entretanto, foi intensa a desnacionalização da economia brasileira, bem como o aumento da vulnerabilidade externa: apesar desse fluxo considerável, a taxa de investimento produtivo da economia brasileira oscilou, com tendência declinante, entre 21 e 19% do PIB; exatamente entre 1994 e 2002, a taxa caiu de 20,8% para 18,7% do PIB. Voltados fortemente à aquisição de empresas públicas nas privatizações, o IDE aprofundou muito o grau de internacionalização produtiva da economia brasileira, o que, longe de aumentar o potencial de crescimento, “agravou a restrição externa”.⁽⁷⁾

Na linguagem mais direta de Reinaldo Gonçalves⁽⁸⁾, nos governos de FHC verificou-se um tipo

de processo de desnacionalização “inusitado na história da economia brasileira”, por ter envolvido “o enfraquecimento generalizado dos blocos de capitais nacionais”, e cuja particularidade encontra-se na perda de posição relativa de empresas estatais e privadas nacionais; ao lado de crescente importância relativa de grupos estrangeiros, no movimento geral de concentração de capital.

2. O que seguiu a implacável lógica liberal, registrado pelo vertiginoso endividamento público. Entre 1994 e 2002, a dívida pública brasileira subiu como em nenhuma época, passando de 30% do PIB para 56,5% no final do período considerado. Além disso, a parte da dívida dolarizada atingiu 49% do seu estoque, passando a ser altamente concentrada em empréstimos para pagamento de curto prazo.

Por outro lado, exatamente entre 1996 e 2002, enquanto a renda das empresas consideradas não-financeiras aumentou em 20%, o excedente operacional do setor financeiro cresceu nada menos que 178%, em função da elevadíssima taxa de juros e a política do câmbio valorizado que explodiu a dívida pública, desde o início do Real. Decorreu precisamente daí 30% do valor total do crescimento das contas nacionais (R\$ 157 bilhões no PIB do período) terem sido apropriados por credores na forma de juros: “O país se transformou na república dos rentistas!”, enfatizou corretamente M. A. Cintra.⁽⁹⁾

Sob outro ângulo, e de acordo com estatísticas do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a dívida externa bruta, que em 1994 era de pouco mais de US\$ 148 bilhões, saltou para US\$ 241 bilhões em 1998. E o que se tem afirmado como sendo a causa originária da flagrante vulnerabilidade externa, aparece com nitidez na recente declaração do ex-ministro de FHC e economista Bresser Pereira, que vale a pena transcrever:

“De repente, Washington, Nova Iorque começaram a dizer que nós devíamos crescer usando mais recursos do exterior, ou seja, entrando em déficit em conta corrente e aumentando o nosso endividamento externo: endividamento externo financeiro e endividamento externo patrimonial, que é com empresas que fazem investimentos diretos. Ora, essa política foi desastrosa para o Brasil. Por quê? Por dois motivos fundamentalmente: primeiro, porque o Brasil já estava muito endividado e você sabe muito bem que, a partir de uma relação dívida/exportação de um e meio, uma

vez e meia, torna-se muito mal para o desenvolvimento, torna-se muito perigoso para o desenvolvimento aumentar a dívida”.⁽¹⁰⁾

3. Segundo o IBGE, em fins de 1994 o desemprego vitimava 4,5 milhões de trabalhadores, ou 6,1% da força de trabalho no país. Encerrado o primeiro mandato de FHC (1998) avançara para 7 milhões de brasileiros, ou 9,2% da PEA: leia-se, em seu primeiro mandato FHC foi responsável por mais 2,5 milhões de desempregados. Em 2000, o desemprego emerge explosivamente: 11,5 milhões de trabalhadores, ou quase 15% da PEA. De acordo com o economista M. Pochmann, comparando-se os dados do Censo Demográfico de 2000 com os de 1994, encontra-se um adicional fantástico de 7 milhões de novos desempregados gerados durante sete anos de governo FHC; quer dizer, um milhão de desempregados a mais para cada ano de governo.⁽¹¹⁾

4. Fenômeno perverso, conhecido em todos os países dependentes que se tornaram vassallos do receituário neoliberal – e confirmando definitivamente que vivemos a época da especulação rentista e à custa da massacrante exploração do trabalho –, a vertiginosa queda na renda dos trabalhadores, teve nos governos de FHC exemplo mais que nítido. Assim, constatou-se que, nos anos referidos acima (1996-2002), a renda per capita disponível caiu 5,2%, a renda média familiar anual disponível regrediu de R\$ 19,9 mil para R\$ 17,4 mil (queda de 12,4%), o que representou uma queda no consumo familiar per capita de 13,7% e 6,6%, respectivamente (Cintra, idem). Em 1992, a renda do trabalho (salários e remuneração) correspondia a 44% do PIB; em 2002 caiu para 36%.⁽¹²⁾

5. De 1990 a 2002, a produtividade do trabalhador na indústria cresceu 2,6% ao ano, entretanto “isso à custa de um acentuado decréscimo do nível de emprego e com baixo investimento”, revelou o IEDI



Fonte: Recuperação e Crescimento, Pereira, Edgar A. CECON/Unicamp, nº 3, 2004

(Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial); produtividade desde 1999 “estagnada” a partir da desvalorização do real (*O Estado de S. Paulo*, 23/05/2004). Desvalorização, aliás, que não fez reagir as exportações. Como bem resumiu o industrial E. Staub, “de repente, com o Plano Real e a sobrevalorização da moeda, de 1994 a 1998, destruiu-se esse esforço [exportador]. A conta foi zerada e voltamos a ter déficit. Retrocedemos na história. A surpresa seguinte foi as exportações não reagirem à desvalorização forte de janeiro de 1999”.⁽¹³⁾

Em suma: a “estabilização” inflacionária do Real jogou no fundo do poço os salários dos trabalhadores, elevando a recordes absolutos as taxas de desemprego no Brasil. Um liberalismo de contrabando – ou o “cosmopolitismo” de cócoras – decompôs acentuadamen-

te a indústria nacional, tornando o país prisioneiro da especulação rentista e muito mais dependente.

Aliás, não é à toa que, com o habitual sarcasmo, o ex-ministro Delfim Neto recorda que ainda em janeiro de 1995, alertara ir o Brasil “pagar caro” pela política cambial adotada, vez que a indústria sofreria “consequências devastadoras”. Claro, acrescentando reconhecer a “excelência” do programa de controle inflacionário: fora baseado no “sutil e inteligente congelamento da estrutura de rendimentos” (*Valor Econômico*, 15/6/2004, p. A2).

A. Sérgio Barroso é economista e membro do Comitê Central do PCdoB

Notas

- (1) Grandes banqueiros e ex-dirigentes da Fazenda e do Banco Central do Brasil, dos governos de FHC aninham-se desde o final de 2003 num “aparelho” conhecido como “Casa das Garças” (Núcleo de Estudos de Política Econômica, Casa das Garças, Rio de Janeiro). Persistindo em intentos nefastos ao país, Edmar Bacha, Pérsio Arida e André Lara Resende, agora teorizam sobre uma nova bateria de “reformas” ou um desdobramento do Plano Real: o principal problema do país agora é “a incerteza jurisdicional” – leia-se: “a resistência de indivíduos e firmas a tornar sua poupança disponível para aplicações financeiras no país”, escreve Bacha (“Lições de uma década”, *Folha de S. Paulo*, 24/6/2004). Ninho de garças ou valhacouto de hienas?
- (2) É simplesmente emblemático estar Gustavo Franco atualmente sofrendo processo judicial para condenação por “crime de improbidade administrativa”, instaurado em dezembro passado pelas procuradoras da República, Valquíria Nunes e Raquel Branquinho. Artífices (circulares, carta-circulares do BC etc), para burlar legislação existente (e eficiente), datada de 1962 (Lei 4.131), que regula a evasão de divisas, representariam cerca de US\$ 80 bilhões desviados irregularmente, via as contas CC-5, fundamentalmente a liberalização havida entre 1996 e 2002 (“Uma manipulação extraordinária”, de Raimundo Rodrigues Pereira, *Revista Reportagem*, nº 53, fevereiro de 2004).
- (3) Ver o megalomânico artigo, de Pedro Malan: “As perspectivas do Real no limiar do novo século”. In: *O Brasil e o mundo no limiar do novo século*, volume II, de Velloso, J. P. R. (org), José Olympio, 1998, p. 42-43.
- (4) Ver, de G. Franco, “O Plano Real em perspectiva de médio prazo”. In: *O Brasil e o mundo no limiar do novo século*, volume II, de Velloso, J. P. R. (org), José Olympio, 1998, p. 68.
- (5) Ver: “Economia competitiva, solução para a vulnerabilidade”, de J. R. Mendonça de Barros e L. Goldenstein, In: *O Brasil e o mundo no limiar do novo século*, volume II, de Velloso, J. P. R. (org), José Olympio, 1998, p. 140.
- (6) Cf. Mariano Laplane & Fernando Sarti, “O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90”. In: *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*, de Mariano Laplane, Luciano Coutinho e Célio Hiratuka (org.). Trata-se da mais importante e consistente pesquisa sobre o tema (Unesp/ Unicamp, 2003, p. 49).
- (7) Cf. Sarti, F. & Laplane, M., “O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990”, *Economia e Sociedade*, jan./jun. 2002.
- (8) Em: *Globalização e desnacionalização*, de R. Gonçalves, Paz e Terra, 1999, p. 137.
- (9) Ver: “Os limites da retomada”, de Cintra (*Folha de S. Paulo*, 5/7/2004, p. b-3), sobre dados da resenha de Renda, Consumo e Crescimento, de Dupas, G. (org.), Publifolha, 2004.
- (10) Ver: *Para Bresser, erro nos anos 90 foi país tentar crescer com poupança dos outros*, depoimento de Bresser Pereira à Agência Brasil, 1º/7/2004.
- (11) Os dados e referências encontram-se em *Questões sobre a nova situação brasileira*, de A.Sérgio Barroso, mimeo. Ao III Seminário Internacional – Crisis, Revolución y Socialismo. Cuadernos Marxistas, Buenos Aires, 127 a 29 de maio de 2004.
- (12) Cf. Pochmann, M., entrevista “Renda do trabalho migra para bancos e governo”. In: *Valor Econômico*, 1º, 2 e 3/8/2003, p. A-3.
- (13) Entrevista de Eugênio Staub, *O Brasil Diante de uma Oportunidade Histórica*, Carta do Iedi, 4 de julho de 2003.

Capitalismo e desemprego nos Estados Unidos

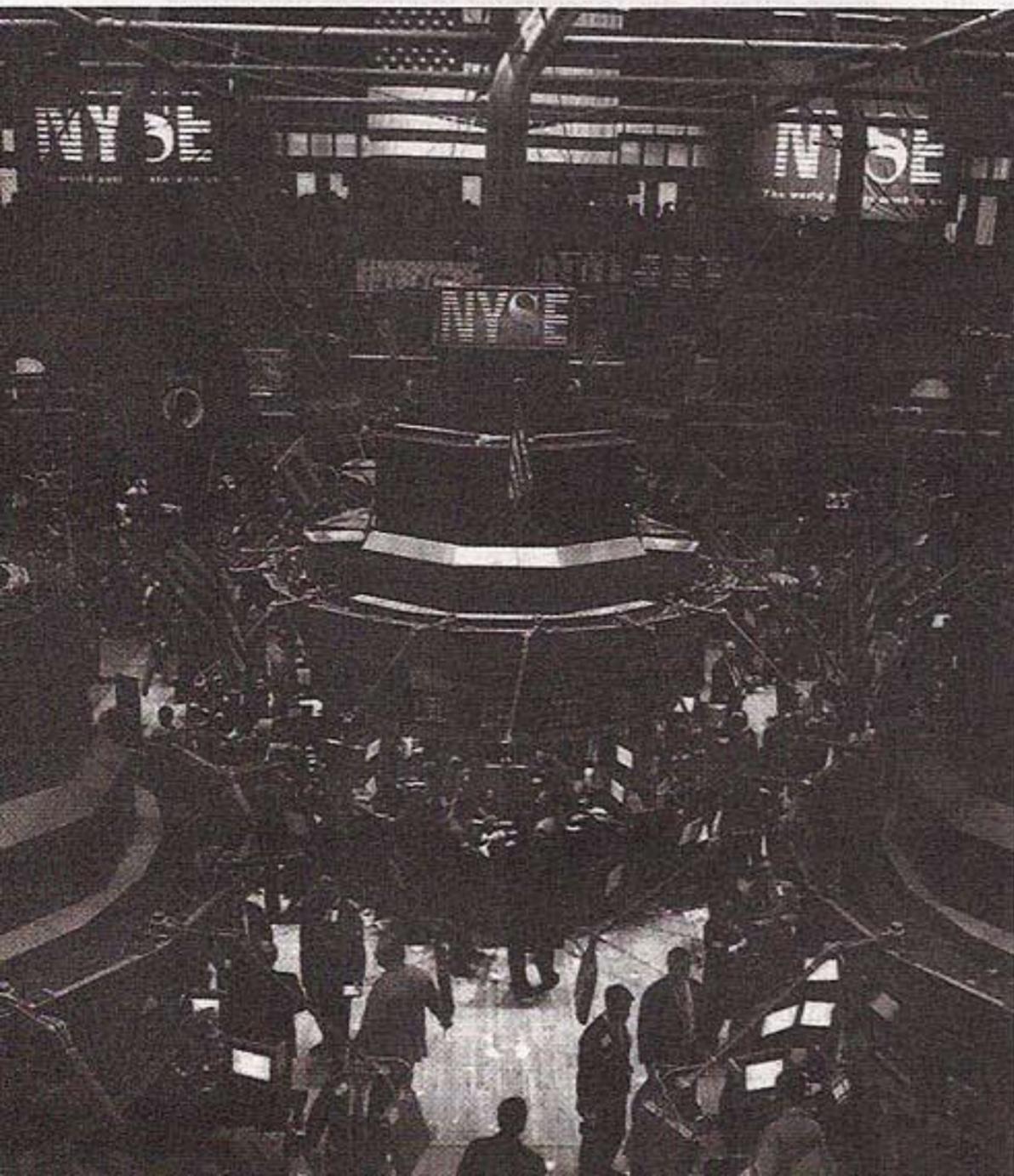
Comentários do economista José Carlos Braga, Diretor do Centro de Relações Internacionais do Instituto de Economia da Unicamp, ao artigo “A estagnação do emprego” da revista norte-americana *Monthly Review*

Bolsa de Nova
York.

JOSÉ CARLOS BRAGA

“A estagnação do emprego” é o título do artigo, na *Monthly Review* de Abril de 2004, de autoria de Harry Magdoff, John B. Foster, Robert W. McChesney. Magdoff, como se sabe, é um importante pensador de esquerda, nos Estados Unidos, que se dedica com seus companheiros, nesse artigo, a mostrar como a evolução do capitalismo dá sinais nada alentadores para os trabalhadores assalariados de todos os setores da economia.

As contínuas flutuações econômicas



nos Estados Unidos têm demonstrado, nos últimos tempos, uma agravante: após cada recessão é menor a geração de oportunidades de trabalho. Para se ter uma idéia, desde que Bush assumiu a presidência, o país já perdeu 2,3 milhões de empregos. A dificuldade é tal que parte dos trabalhadores acaba desistindo de procurar trabalho, pelo menos por um tempo; com isso, deixam de compor a força de trabalho e, por isso, em parte, a taxa de desemprego não é maior, estando, hoje, “oficialmente”, em 5,6%.

O artigo mostra que o problema está numa reestruturação do mercado de trabalho que produz mudanças profundas naquela sociedade. A desregulação dos mercados, o deslocamento para outros países – com salário real menor – de certas funções do processo de trabalho, as inovações tecnológicas, estão entre os fatores provocadores dessas mudanças.

Após análise acurada dos dados os autores concluem que a economia estadunidense passa por alterações que produzirão um incremento de longo prazo – denominado por Karl Marx de “exército industrial de reserva”. Em outras palavras, o número de trabalhadores desejosos de trabalhar e que não encontrarão oportunidades tende a crescer.

Assim como o processo de redução de postos de trabalho já atingiu secularmente a indústria e a agricultura, agora, atingirá o setor serviços que foi, no século XX, o grande gerador de emprego. As tecnologias de informação já vêm atuando nesse sentido há algum tempo mundo afora, inclusive no Brasil.

Para quem conhece o pensamento marxista sobre a questão é evidente que estamos diante de um aprofundamento da tendência inexorável e contraditória do capitalismo de ver-se “livre” do trabalho que é a fonte originária da própria valorização do capital. Ou seja, os tempos de capitalismo dito globalizado têm acelerado o movimento previsto por Marx, segundo o qual a combinação de acumulação de capital, progresso tecnológico e concorrência acirrada acabaria por conduzir o sistema a uma crescente dificuldade para a classe trabalhadora. É claro

que o progresso das técnicas é bem-vindo. O problema é que, no capitalismo, isso conduz a tornar desemprego aquilo que seria **tempo livre** para os trabalhadores, dado o aumento incrível da produtividade que torna possível ofertar mais bens e serviços com menor uso de mão-de-obra.

E então? Os autores abrem na seqüência a recorrente discussão dos economistas críticos: haverá uma estagnação econômica já que o consumo da economia não evoluirá positivamente com esse cenário de desemprego estrutural? A resposta deles parece ser afirmativa: estaríamos diante de uma tendência ao subconsumo que terminaria por levar a economia à estagnação. Afirmam eles: “(...) raramente o investimento cresce por longo tempo sem pelo menos existirem expectativas de um rápido crescimento do consumo”. É uma tese equivocada, desde as descobertas de Marx, Schumpeter, Keynes e Kalecki. O capitalismo depende essencialmente do investimento e do consumo dos próprios capitalistas, das altas classes médias, dos gastos militares com “guerras nas estrelas” (ou no Iraque,

entre outros), das incessantes inovações produtivas, financeiras etc. Portanto, não será por estagnação que o capitalismo, para escapar de um impasse econômico, acabará se redimindo face ao desemprego e à má distribuição de renda. Marx tinha claro que o desemprego estrutural não será resolvido no capitalismo ao longo da história. O capital explora o trabalho e depois o descarta. O capital gera suas crises acumulando demais, especulando demais, gerando dinheiro pelo dinheiro, independentemente da sorte das pessoas. Por isso, Marx concluiu que o capital é um modo de produção historicamente limitado e que **tenderia** a ser substituído por outro “socialmente superior”.

Nossa crítica à tese subconsumista, entretanto, não retira de forma nenhuma o alto valor do artigo de Magdoff e seus colegas. Mesmo um capitalismo portentoso e poderosíssimo como o americano já não oferece amplas chances de sociabilidade, é o que eles demonstram de maneira exemplar. Imaginem os capitalisms do tipo do brasileiro!

Mesmo um capitalismo portentoso e poderosíssimo como o americano já não oferece amplas chances de sociabilidade

A estagnação do emprego (extratos)

Monthly Review

Quando a carência em postos de trabalho coincide com uma crise estrutural mais profunda; quando a procura agregada e, por conseguinte, as oportunidades de investimento são obstruídas pela baixa taxa de emprego e por baixos salários, e quando a falta de emprego cria um problema político, desencadeia-se por vezes movimentos de contestações das massas e das sociedades. Nos EUA, tais contradições são visíveis em 2004.

Para tentar saber qual a atitude da administração Bush sobre a atual crise do emprego, seria lógico consultar o recente relatório do presidente sobre questões econômicas (Economic Report of the President).

É habitual o relatório do presidente sobre questões econômicas incluir um capítulo relativo ao mercado de trabalho, pelo menos uma vez em cada ano. A administração de George H. W. Bush publicou por duas vezes capítulos sobre o mercado de trabalho, e os quatro relatórios que elaborou continham uma média de 16 páginas dedicadas às questões do emprego; já nos oito anos da administração Clinton, foram publicados quatro vezes mais capítulos dedicados ao mercado de trabalho.

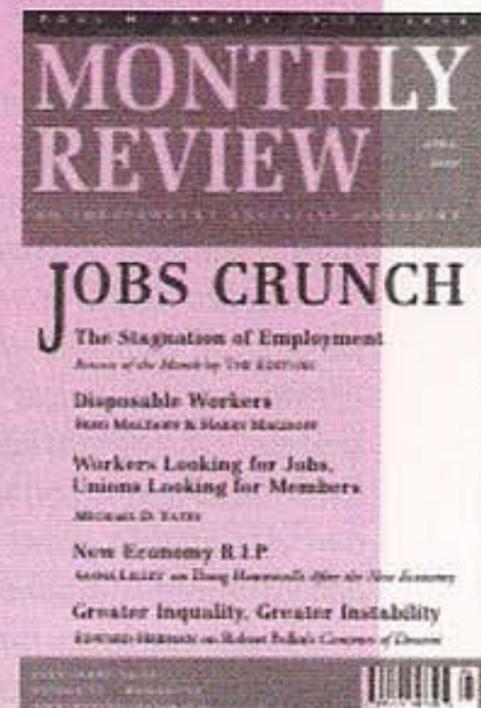
A negligência relativamente à vertente emprego não se deve ao fato de este tema se ter tornado uma não-questão. Na realidade, a omissão nesta matéria reflete o fato de se tratar de um calcanhar de Aquiles econômico da atual administração.

Esta situação remete para o que foi vulgarmente designado por "recuperação sem criação de emprego" na recessão de 1990-1991, pois apesar da economia norte-americana ter-se recuperado da recessão de 1990-1991, o crescimento do emprego foi quase nulo durante mais de um ano.

De acordo com o relatório do Economic Policy Institute para o mês de fevereiro de 2004 ("Understanding the Severity of the Current Labor Slump"), em todas as recessões anteriores desde os anos 30, "o defasamento entre o final de uma recessão e o ponto mais baixo do ciclo em matéria de emprego nunca tinha excedido três meses"; todavia, na atual quebra do emprego, só 21 meses depois do final da recessão (29 meses desde o seu início) esse ponto foi finalmente atingido.

Porém, o que mais atraiu a atenção no Economic Report of the President de 2004 foi uma sub-reptícia

previsão sobre o emprego, inserida sem comentários num quadro. Sob o título "previsões da administração", esse quadro mostra várias projeções relativas ao PIB, à inflação, às taxas de juros e à taxa de desemprego, incluindo igualmente as transformações previstas pela administração no que se refere ao emprego em atividades não agrícolas – que contribui para um aumento da média do número de postos de trabalho em cerca de 2,6 milhões em 2004. Dado que esta média se baseava em dados mensais e que o nível de novos postos de trabalho era já muito inferior nos primeiros meses do ano ao necessário para produzir este resultado final, era evidente que, para alcançar a média de 2,6 milhões de empregos em todo o ano de 2004, deveriam ser efetivamente criados muito mais de 3 milhões de postos de trabalho.



Reestruturação do mercado de trabalho

Como explicar esta estagnação do emprego? Obviamente, neste contexto isto não é apenas o resultado das flutuações normais do ciclo econômico, mas antes o resultado de mudanças estruturais mais profundas na economia capitalista.

Durante os três primeiros trimestres das quatro recessões anteriores à depressão do início dos anos 90, as dispensas permanentes representavam em média cerca de metade do total das dispensas, cerca de 70% na recessão do início dos anos 90 e perto dos 90% na recessão de 2001.

O impacto mais significativo da perda de postos de trabalho fez-se sentir no setor industrial. O emprego nesta área decresceu 16% entre junho de 2000 e dezembro de 2003 – a maior quebra cíclica em mais de 40 anos –, tendo continuado a decrescer em 2003.

Embora estejam a ocorrer mudanças estruturais invulgarmente significativas no mercado de trabalho, fica ainda por explicar o que se esconde por trás dessa realidade. A resposta mais evidente é que as empresas estão a utilizar a recessão como desculpa para reestruturarem a mão-de-obra,

de forma a reduzirem os custos unitários do trabalho e as despesas salariais.

As empresas não só reduziram o pessoal como passaram cada vez mais a recorrer a trabalhadores temporários e à externalização (outsourcing).

A amplitude da externalização da produção e da prestação de serviços em geral por parte das empresas é extremamente difícil de avaliar. No entanto, não há dúvidas de que vem se tornando cada vez mais persistente à medida que a reestruturação, com o objetivo de reduzir drasticamente os custos unitários do trabalho e as despesas globais, se tornou onipresente em toda a economia.

Stephen Roach, economista-chefe e diretor do departamento de economia mundial na Morgan Stanley, referiu-se às mudanças estruturais ocorridas em nível mundial e que afetam agora a economia norte-americana como "nova arbitragem mundial do trabalho". De acordo com esta análise, novas forças que estão a promover a deslocalização "atuam agora como um poderoso retardador nas fontes tradicionais de criação de emprego das economias com níveis salariais elevados".

Assim sendo, o capital multinacional é capaz de tirar partido das assimetrias mundiais para criar mais formas viciosas de concorrência entre grupos de trabalhadores que são geograficamente imóveis e conseqüentemente incapazes de se unirem.

Estagnação econômica

Em geral, as explicações dos conservadores e dos liberais sobre o fato de a recuperação ocorrer sem criação de emprego limita-se aos fatores expostos supra: 1) deslocações de mão-de-obra (em geral supostamente temporárias) decorrentes do crescimento da produtividade; e 2) reestruturação econômica, nomeadamente deslocalização para a China ou outros países, suscitando a questão da "proteção dos empregos norte-americanos". Todavia, uma explicação mais profunda não deveria limitar-se a estes fatores; deveria sim reconhecer que a quebra do emprego é uma manifestação de tendências inerentes ao próprio capitalismo.

O verdadeiro repto para o capital gerado pela elevada taxa de desemprego e subutilização da mão-de-obra não reside diretamente na carência de postos de trabalho ou no fato de muitos trabalhadores terem sido objeto de dispensas permanentes. O problema reside algures: no fato de o sistema, por mais dinâmico que seja na oferta (em termos de

produtividade, da sua capacidade de expansão e de geração de excedentes econômicos) não se poder expandir durante muito tempo sem que a procura agregada aumente.

Esse problema indica a persistência de problemas para a economia. Durante a recuperação, o emprego não só estagnou como decresceu, assim como os salários agregados e os salários reais dos trabalhadores ocupados diminuíram. Em dezembro de 2003, 33 meses após o início da recessão, os salários agregados e os salários reais situavam-se 0,7% abaixo do nível anterior à recessão.

Isto suscita a questão mais lata da natureza e lógica da acumulação no capitalismo monopolista globalizado. A estagnação do emprego analisada até suas raízes conduz ao problema da profunda estagnação da economia capitalista em geral. Isto pode ver-se na taxa de crescimento da produção mundial per capita, que tem vindo a decair desde a década de 60.

Numa economia madura monopolista, a estagnação, caracterizada por um crescimento relativamente lento e um desemprego e excesso de capacidade crescentes, transforma-se no estado para o qual a economia flete – falta de fatores específicos de desenvolvimento que contribuam para tirar a economia da depressão. A questão a explicar, neste caso, não é tanto a estagnação em si (como muitos economistas ainda pensam), mas antes a existência de um crescimento mais ou menos rápido durante determinados períodos breves.

Embora tendendo para a estagnação, a economia norte-americana foi estimulada por vários meios artificiais, muito semelhantes às máscaras de oxigênio utilizadas pelos alpinistas para escalar os picos mais altos. A maior fonte de estímulo nas últimas décadas tem sido um vasto fluxo de dívida privada e pública associada a uma época de especulação financeira. Outro tem sido o impulso providenciado por quantidades maciças de despesas militares.

Grandes inovações tecnológicas e a emergência de indústrias totalmente inéditas podem ajudar a injetar uma nova dinâmica na economia, porém podem se tornar insuficientes – tal como no caso da segunda vaga de automobilização da economia norte-americana na década de 60 ou o desenvolvimento das tecnologias da informação nos anos 90.

A íntegra do texto original, assim como as fontes de dados, encontram-se em <http://www.monthlyreview.org/0404editors.htm> e no volume 55, nº 11. Abril de 2004 da revista Monthly Review.

Manifesto de apoio a Hugo Chávez

Por ocasião do referendo decisivo para o futuro da Venezuela (em 15 de agosto), personalidades e intelectuais brasileiros subscrevem manifesto de solidariedade ao presidente Chávez, aqui reproduzido

“Os brasileiros que assinam este manifesto querem expressar sua solidariedade à luta que vem liderando o presidente Hugo Chávez e o povo venezuelano pelo direito de decidir seu destino. Ao mesmo tempo, denunciam a manipulação dos fatos orquestrada por grandes monopólios de comunicação para pintar como tirano um governante que cumpre à risca a lei e a Constituição.

Hugo Chávez foi o vencedor de eleições democráticas, em dezembro de 1998. Cumprindo o que prometera em campanha, desde então vem realizando profundas transformações no sistema político, econômico e social de um país que foi dominado por oligarquias durante séculos.

Levar a cabo essas mudanças transformou o presidente Chávez em alvo de uma guerra sem tréguas, movida por minorias políticas e econômicas da Venezuela, com o apoio declarado de grandes corporações empresariais e financeiras do exterior.

Somos testemunhas de seu compromisso com a

defesa dos interesses populares e a determinação de aplicar a Constituição de 1999, construída pelo mais amplo processo democrático.

A nova Carta venezuelana prevê o dispositivo constitucional do referendo revogatório, marcado para o próximo dia 15 de agosto, instrumento inédito em nosso continente, ao qual poucos governantes teriam a coragem de se submeter, como fez o presidente Hugo Chávez.

A democracia foi reforçada e agora os mesmos setores que já recorreram ao golpe, à sabotagem, ao locaute e à mentira para tentar derrotar o presidente Chávez vêm-se obrigados a aceitar os marcos da luta institucional.

Estamos certos de que, no próximo dia 15 de agosto, o povo venezuelano será vitorioso e construirá uma pátria livre e justa – a pátria com que sonhou Simon Bolívar.

Por tudo isso, estamos aqui para reafirmar: no dia 15 de agosto, se fôssemos venezuelanos votaríamos em Hugo Chávez”.

Chico Buarque, Antonio Candido, Celso Furtado, Fábio Konder Comparato, Fernando Morais, João Pedro Stédile, Roberto Requião, Ronaldo Lessa, Juca Kfoury, José Luis Fiori, entre outros.

O município e a questão nacional

É nas cidades que explodem as principais demandas da população

LUCIANO SIQUEIRA

O debate eleitoral deve ser “nacionalizado” ou “municipalizado”? A questão, recorrente nos meios de comunicação pela voz de analistas e mesmo de alguns protagonistas da peleja – candidatos e dirigentes partidários – prossegue no transcurso da atual campanha, apesar de um certo quê de bizantinice.

Apresenta-se em duas dimensões. Uma, subjetiva, diz respeito à conveniência tática de esta ou aquela corrente política explorar o desempenho do governo Lula no discurso dos candidatos. A outra, objetiva, relaciona-se com a impossibilidade, em qualquer análise séria, de se apartar os problemas estruturais de nossos municípios da problemática nacional.

No plano subjetivo tático, as opções variam conforme a realidade política de cada município e as motivações dos atores em presença. O PCdoB, por exemplo, que integra a base de sustentação do governo federal, manifesta a convicção de que, embora municipal, o pleito contém um irrecusável sentido nacional – sobretudo pelos seus resultados nas capitais e grandes e médias cidades, que pesarão na correlação de forças políticas no período pós-eleitoral. Daí ser necessário fazer da conexão dos problemas locais com a questão nacional um fator de esclarecimento e de mobilização do eleitorado. Informar sobre o complexo processo transitório do modelo de desenvolvimento herdado para um novo projeto nacional e destacar os avanços conquistados pelo governo e defender as bandeiras do crescimento da produção com expansão do emprego e valorização do trabalho impõem-se com

destaque na plataforma dos candidatos comunistas.

Costuma-se afirmar, com razão, que é no município que o cidadão vive, trabalha, luta, sofre suas agruras e alimenta suas esperanças. Os problemas do país se concretizam no município. Especialmente nos de perfil urbano.

Isto é tão evidente quando se examina o processo de urbanização verificado no Brasil a partir dos anos 30, quando começou a se inverter a relação entre o agrário e o industrial na evolução da sociedade brasileira, com a progressiva hegemonia do urbano-industrial (mesmo conservando intacto o monopólio da propriedade fundiária rural) na formulação e implementação das políticas públicas de incremento da economia.

Esse processo teve significativo rebatimento na distribuição espacial da população. Dos anos 40 ao final da década de 80, quando o país cresceu economicamente a taxas elevadas (comparando-se com a média mundial), exibindo um PIB anual de 7%, as cidades – sobretudo metrópoles emergentes, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte – passaram a exercer grande poder de atração em relação à população interiorana do próprio Sudeste e, em grande medida, do Nordeste. Verificou-se movimento migratório de grandes proporções que resultou num crescimento da população urbana da ordem de 125 milhões de habitantes em apenas seis décadas. Em 1940 apenas 18,8% da população brasileira eram considerados urbanos; em 2000 esse percentual se elevou a 82%, segundo os critérios do IBGE.

O crescimento da economia no período se deu sob

o padrão de um capitalismo dependente, concentrador da propriedade, da riqueza e da renda e engendrador da miséria, cujas conseqüências, hoje, fazem-se mais perversas em razão das duas últimas décadas de semiestancamento da economia e da crise financeira e fiscal do Estado brasileiro em tempos neoliberais, que reduziram drasticamente a capacidade governamental de investir em infra-estrutura e programas sociais.

Assim, é nas cidades, mormente nos grandes aglomerados urbanos como as Regiões Metropolitanas, onde explodem as principais demandas frustradas da população – sobressaindo-se o desemprego e a falta de segurança, a que se ajuntam carências referentes à infra-estrutura e a políticas sociais básicas – educação, saúde, moradia, transporte, lazer, cultura, esporte, preservação ambiental.

Hoje, no Brasil, há 15 grandes aglomerados urbanos, comportando cerca de 400 cidades de médio e grande porte. (O relativo desaceleramento do crescimento populacional nos grandes centros, que se verifica presentemente, produz certa redistribuição espacial da população, incluindo territórios interioranos, mas não altera a tendência à concentração da massa de deserdados nas periferias das suas cidades-pólo).

Esses aglomerados concentram pessoas e atividades econômicas em uma mesma área: cidades cujas malhas urbanas, interligadas fisicamente (conurbadas) ou não, realizam, entre si, intenso fluxo de bens e serviços e acentuada mobilidade de seus habitantes. Numa série de reportagens acerca desse fenômeno, o *Jornal do Commercio*, do Recife, cunhou a expressão “cidadão metropolitano” para caracterizar o indivíduo que reside em uma cidade, mas se desloca para trabalhar, freqüentar a escola ou fazer compras nas cidades circunvizinhas.

Força do poder local

Por outro lado, sob o impulso da globalização dos fluxos financeiros, produtivos, comerciais e tecnológicos e sob o estímulo da redução de custos de transporte e das facilidades de comunicação, as cidades são condicionadas a assumir a centralidade das ações nas mais diferentes esferas da vida social, envolvendo a sociedade civil, o Estado (nas suas diversas instâncias) e a iniciativa privada. Governos municipais, com a Constituição promulgada em 1988, assumem cada vez mais

a iniciativa e a responsabilidade sobre problemas como transporte, infra-estrutura, saúde, educação básica, defesa ambiental e até segurança, segundo a proposta do atual governo federal de implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Tais problemas, de natureza estrutural, compartilhados pelas cidades de uma mesma região, reclamam soluções que dependem, a um só tempo, de políticas públicas de âmbito federal e de encaminhamento intermunicipal, articulado sob forma consorciada, com a presença imprescindível do Estado e da União.

Essa emergência do poder local não nega, contudo, a afirmação de Milton Santos (*A Cidade nos Países Subdesenvolvidos*. Civilização Brasileira, 1965) de que “a cidade não tem poder para forçar a evolução regional de que depende o seu próprio desenvolvimento. As possibilidades de evolução regional são criadas fora da região e da cidade, de acordo com os interesses do mundo industrial” (poderíamos acrescentar agora: e do mundo financeiro).

Isto nos remete a fatores condicionantes situados no modelo de desenvolvimento do País. Vale dizer, a transição da situação atual, ainda palmilhada por obstáculos de cunho neoliberal, a uma situação futura, que se deseja venha a ser calcada num padrão de desenvolvimento soberano, democrático e progressista. Pois se as conseqüências do modelo de desenvolvimento fazem-se sentir cruéis sobre a vida nas cidades, nelas também se situa o palco privilegiado da luta pela mudança de rumos no país – seja pelo conflito social que abrigam (formato contemporâneo daquilo que já apontavam Marx e Engels em meados do século XIX: a cidade como locus da reprodução do capital e da luta de classes na sociedade capitalista), seja pelo poder de pressão que pode ser exercido pela rede de prefeitos das capitais e das cidades de grande e médio porte.

Prefeitos majoritariamente progressistas, sintonizados com os propósitos do governo Lula, poderão cumprir importante papel, como interlocutores qualificados, na viabilização de um pacto nacional pelo desenvolvimento com a expansão do emprego e a valorização do trabalho.

Luciano Siqueira é vice-prefeito de Recife (PE) e candidato à reeleição junto com o prefeito João Paulo.

Eleições 2004: o discurso progressista

Desenvolvimento, emprego, qualidade de vida e administração participativa – bandeiras para uma campanha democrática avançada

WALTER SORRENTINO

Quase 6000 municípios e 110 milhões de eleitores farão suas opções eleitorais em outubro próximo. Nestes 100 dias até lá, os políticos em geral, em particular uma multidão de candidatos, mais os profissionais de propaganda eleitoral, os técnicos e assessores, militantes e “cabos-eleitorais” iniciarão uma jornada em busca do voto. A imprensa repercutirá, com seus vieses próprios, os projetos em disputa. O certo é que as eleições monopolizarão as atenções nestes 3 meses, porque são o centro da luta política no país. Seus resultados confirmarão, ou não, o novo ciclo político vivido no país, oriundo da chegada de forças políticas e

sociais renovadoras que podem impulsionar o Brasil a um novo rumo ao centro do governo. Pela primeira vez na nossa história política, as forças avançadas, tendo por centro partidos de esquerda, enfrentam tal desafio, na condição de forças governantes.

Por ora, se incute na opinião pública que a montagem eleitoral reflete uma miscelânea de alianças eleitorais, que não permite ao eleitor distinguir forças. Entretanto, impõe-se reconhecer que há dois grandes campos em disputa, opondo a sustentação do governo Lula e as forças da oposição conservadora, capitaneadas pelo PSDB-PFL. Até certo ponto, as legendas são secundárias. Mas o fato substantivo é que essa disputa ocupa o centro da

A eleição está no centro da vida política do país.



luta política e projetada, a partir de seus resultados, o cenário da eleição presidencial de 2006.

Cada situação engendra o ajuste do discurso eleitoral que deverá caracterizar as campanhas. É ele que estipula os eixos das propostas de cada candidato e define o perfil e caráter de cada candidatura.

O PCdoB, consciente de suas responsabilidades enquanto legenda destacada da esquerda brasileira, procurou se preparar à acirrada luta de idéias dessa campanha eleitoral. Elaborou, em junho passado, a partir do Encontro Nacional de candidatos e dirigentes, as bases para esse discurso. Seja em pleitos majoritários, com candidatos próprios ou em coligação, seja para as candidaturas a vereador, o PCdoB tem larga tradição de um pensamento político ajustado às circunstâncias, traduzindo sua política para o âmbito concreto das disputas. Sintoniza, agora, esses eixos para o diálogo com os milhões de eleitores suas aspirações e anseios, no âmbito das polarizações que vão se constituindo no processo eleitoral em cada município.

A questão central é articular, num discurso que permita um diálogo politizador com o povo, os pontos entre as demandas próprias da administração municipal, com o lugar político ocupado pelo PCdoB no cenário das eleições, e com o caráter político nacional que terão os resultados eleitorais.

O discurso do PCdoB será político e administrativo. A primazia será ir ao encontro das aspirações sentidas da população, nos marcos de cada realidade municipal, emoldurando a batalha eleitoral nos marcos da presente situação nacional. O caráter unificado nacionalmente do discurso dos comunistas articula quatro planos concatenados.

A primeira chave é partir do fato concreto de que se trata de eleições municipais, com caráter local, voltado para a solução dos problemas candentes da vida do povo e da cidade. Mesmo quando se é oposição no plano municipal, é imperioso caracterizar a postura dos candidatos pelo aspecto propositivo, pois pela primeira vez fazemos campanha como parte das forças de governo. Não nos basta a denúncia, a agitação oposicionista, característica das campanhas anteriores. É preciso elaborar plataformas que se organizam em torno da exigência de levar desenvolvimento e empregos ao município, com maior qualidade de vida à população, e participação democrática na gestão da vida da cidade. Em cada município, deve-se cuidar de apre-

sentar projetos concretos que sintetizem esse rumo.

Sem dúvida, os aspectos mais marcantes da vida da população se aglutinam em torno das questões sociais da criação de empregos, e de maior segurança pública. Seguem-se as demandas no plano da saúde, educação, moradia, saneamento etc. Mas compõem também as questões urbanas, aspirações dos municípios por maior qualidade de vida, transportes civilizados, cuidados com as ruas e praças, revitalização de áreas urbanas degradadas etc, enfim, questões que mexem com a auto-estima dos cidadãos por sua cidade. São questões todas que envolvem distintas esferas administrativas, limitações orçamentárias e, por vezes, carências seculares. A questão do desenvolvimento é central para articular essas demandas.

Sabidamente, os municípios brasileiros pagaram a dura conta do ajuste fiscal promovido pela coligação conservadora nos últimos dez anos. Foram alguns dos custos indiretos do caminho adotado para a estabilidade da moeda. Afetaram duramente a vida da população, pois levaram ao sucateamento do aparelho público de prestação de serviços. E conduziram a pesado endividamento dos municípios, que foram renegociados em condições leoninas durante a gestão FHC. Na capital de São Paulo, por exemplo, 13% das receitas líquidas são destinados ao pagamento dos juros. As condições contratuais previram elevação da taxa de juros de 6 para 9% caso os pagamentos não sejam efetuados – e o mais assombroso é que a nova taxa passaria a incidir retroativamente sobre o principal se prazos não fossem cumpridos. Enfim, os municípios foram condenados a pesadas restrições orçamentárias, que limitam o papel das administrações locais. Impôs-se-lhes um torniquete, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, de um lado, e a Desvinculação de Receitas da União, de outro, que concentrou na União os recursos necessários ao bem-estar da população que vive nos municípios.

Por isso, viram-se limitadas as administrações locais para impulsionar medidas voltadas ao desenvolvimento dos municípios. Não raro, estabeleceu-se uma guerra fiscal, com isenções para atrair investimentos, onerando a arrecadação, opondo uns a outros. Não obstante isso, as gestões municipais devem se desdobrar em perseguir projetos de desenvolvimento, buscando novos investimentos e empregos, valorizando o patrimônio urbano, o fator trabalho e a função pública modernizada. A nova circunstância nacional, quando o

país trava uma cruzada pelo crescimento econômico com políticas de investimento em infra-estrutura; novos marcos regulatórios; política industrial e de incentivo à exportação; estímulos à parceria público-privada, colocam novas possibilidades para gestões avançadas no sentido do desenvolvimento local. Isso é o eixo articulador das plataformas eleitorais dos comunistas.

A segunda chave é a demarcação de campos com as forças de oposição, capitaneadas no mais das vezes pelo PSDB-PFL e seus aliados de circunstância. São essas forças as responsáveis diretas pela estagnação do desenvolvimento econômico nos últimos 20 anos. Elas buscam agora, mesmo em eleições municipais, uma revanche contra a vitória espetacular de Lula à Presidência. Expressam o preconceito social e a oposição política frontal contra as forças que sustentam o governo central. Deve esclarecer-se a hipocrisia de tal conduta, pois deixaram ao país uma herança perversa, após 8 anos de governo FHC. O país foi recebido por Lula em meio a uma crise, com imensa dívida social, com a economia estagnada, e monstruosas dívidas externa e interna que arrouchou a economia. Se buscarem nacionalizar o debate eleitoral, vão encontrar pela frente a conduta destemida daqueles que realizaram uma oposição patriótica e democrática, que conduziu à vitória de 2002.

A terceira chave é a defesa do governo Lula. Em um ano e meio apenas seria impossível, a quem quer que seja, sanear a grave herança recebida. O governo realiza um governo democrático avançado, que estimula a luta e participação do povo na solução dos problemas. Retoma medidas importantes de investimento, buscando recuperar a capacidade de o Estado brasileiro cumprir o papel de indutor do desenvolvimento. Realiza uma política integral voltada para isso, e colocou o Brasil no cenário externo como ator de primeira linha para sustentar esse caminho. Tem claros compromissos em melhorar a condição social de vida dos brasileiros. Realiza um governo sem conciliar com a corrupção, que marca a trajetória do Estado brasileiro governado por forças conservadoras desde sempre. O Brasil está em novo rumo, e é necessário perseverar em impulsionar as forças que sustentam Lula, para consolidar a maioria política que vai se construindo nesse rumo. Os resultados das eleições de outubro devem significar um novo passo para isso, porquanto forças conservadoras de oposição ainda predominam nos governos estaduais e

municipais, no Senado, nos meios de comunicação.

A quarta chave, própria dos comunistas, é apontar a perspectiva de um Pacto Nacional de Desenvolvimento, para sustentar e acelerar o desenvolvimento. Destina-se a dar sustentação à plataforma municipal apresentada. No entender dos comunistas, a política macroeconômica do governo Lula precisa e pode ser reorientada, constituindo outro enfoque de articulação entre taxa de juros, metas inflacionárias e superávit fiscal. Isso é indispensável para destravar os investimentos necessários ao desenvolvimento, e equacionar em bases mais sólidas a vulnerabilidade externa do país. As eleições de outubro são parte desse esforço, e precisam tornar vitoriosas as forças que lutam por esse rumo.

Com esses quatro eixos articulados, pode-se realizar uma campanha elevada, de sentido politizado. Pesquisa nacional nas capitais, realizada em maio, mostra que o PCdoB tem uma identidade política própria que vai se expandindo. Surge como alternativa eleitoral que vai de 3,5% (no geral) até 12% dependendo dos segmentos consultados (trabalhadores, jovens, negros). É identificado como importante aliado de Lula, tem grande visibilidade devido aos Ministérios que ocupa, e o caráter socialista de sua proposta política tem o respeito de amplas parcelas da população, principalmente entre os mais escolarizados e esclarecidos politicamente.

Nas presentes eleições se apresenta com perspectiva de conquistar governos de importantes capitais do país. Pode se configurar como força política que conquiste um dos maiores incrementos eleitorais relativos entre todas as agremiações do país. Esse poderá ser o fruto de uma orientação firme, ampla e flexível, que compreende o atual momento com visão histórica.

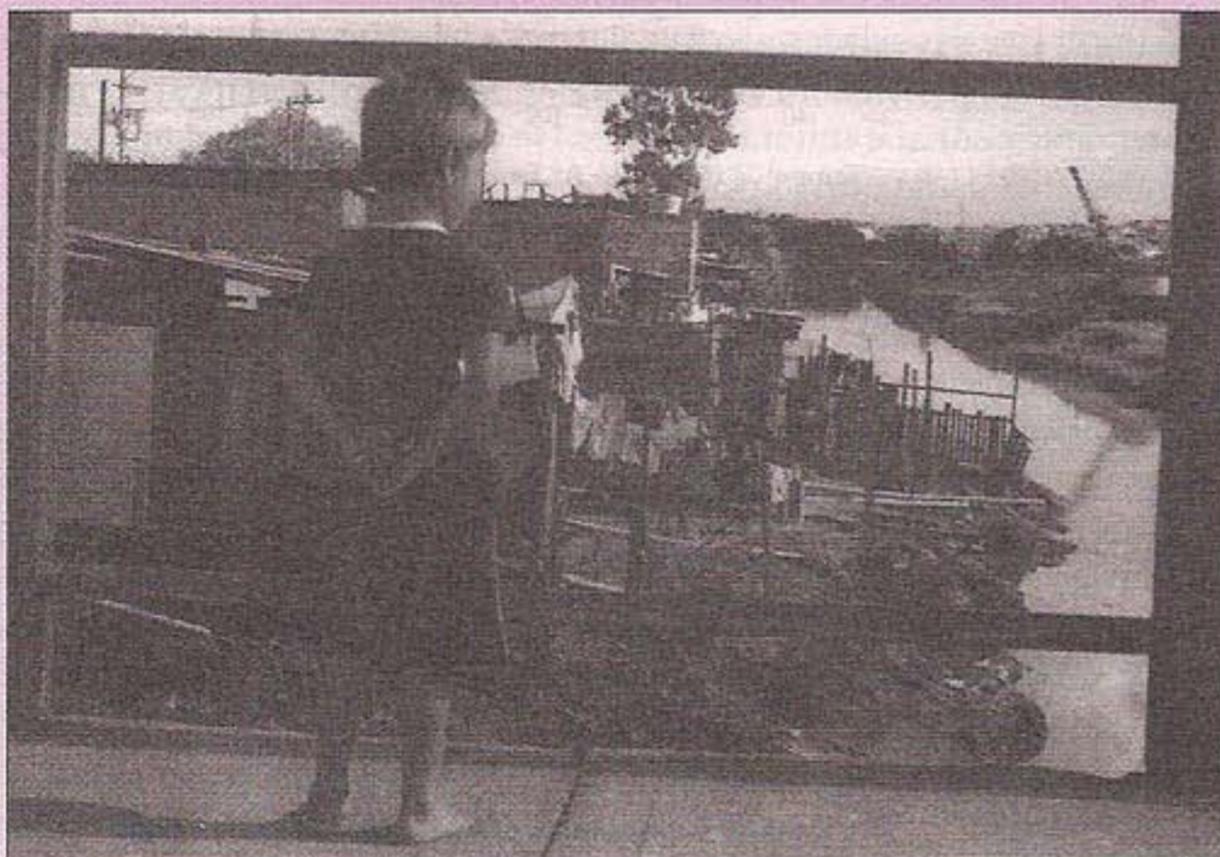
É com base nessa identidade e perspectiva que, partindo dos redutos eleitorais de seus candidatos, onde se concentra o esforço pelo voto, os comunistas dirigirão sua proposta política também aos mais amplos segmentos de opinião em cada município, mergulhando a fundo nos estratos populares, de modo ousado e criativo, para disputar seu posto político de alternativa avançada para a mudança que o município e o Brasil necessitam.

Walter Sorrentino é o secretário de organização do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Colaborou Sidnei Gobetti, vereador do PCdoB de Marília/SP.

Mundo urbano brasileiro

Espaços públicos, cultura e urbanismo: nas cidades se coloca o debate do desenvolvimento econômico nacional e uma nova geografia do território brasileiro

ROSANA MIRANDA



Existem poucas categorias de cidades brasileiras se analisarmos somente seus aspectos de localização, problemas sociais e econômicos e se quisermos agrupá-las para melhor entendê-las no contexto nacional.

Identificamos as cidades da costa brasileira que inclui a maior parte das regiões metropolitanas, as pequenas e médias cidades que gravitam em torno dos centros maiores no interior do país, as da floresta Amazônica, e dos conglomerados agropecuários voltados para a exportação.

Esta é a característica geográfica principal da ocupação urbana do território brasileiro. Uma grande concentração de cidades próximas à costa e alguns grandes pólos regionais no interior do país e, sem dúvida, a maior rede de cidades localizadas no sudeste.

A concentração da riqueza também reflete esta distribuição territorial, bem como a trajetória dos investimentos públicos e privados. Mesmo a riqueza oriunda das grandes propriedades rurais se conecta, remete e atrai investimentos em direção ao centro sul do país.

As tecnologias de informação e comunicação possibilitam conexões de negócios, de padrões de produção, de consumo e a reprodução de padrões de comportamento que se irradiam a partir da região sudeste influenciando o modo de viver de todas as regiões de maneira artificial; contudo, sem conseguir destruir as culturas locais, que passam a conviver com as "novidades", mas, mantêm seu saber, nem que seja no íntimo de seus lares e grupos sociais.

Já não é suficiente entender que a maior parte da população do Brasil vive nas cidades, são 85% dos nossos habitantes. Há realidades muito distintas do ponto de vista econômico, social e cultural.

Mário de Andrade na década de 30 percorreu o país recolhendo e registrando expressões culturais de diversas localidades, quase que prenunciando as mudanças que o desenvolvimento econômico e social do país poderia provocar na cultura popular.

As regiões metropolitanas que formam grandes cidades contínuas, independentemente dos limites políticos administrativos, concentram o interesse do mundo do trabalho.

Suas oportunidades são maiores do que o trabalho de carteira assinada. Sua localização e pulsação desdobram o mercado de trabalho em inúmeras atividades de uma extensa cadeia produtiva que vai dos serviços de alta tecnologia aos mais simples do mercado informal do comércio de alimentos nas ruas.

As ruas e praças são por si só locais de grande atração, pelo trabalho, pelo lazer e pela cultura.

A caracterização da especialização dos serviços muda hábitos e interesses culturais urbanos. O interesse pela informática, pelas práticas esportivas e pelo grafite em muros e edifícios são parte do mesmo universo dos jovens das grandes metrópoles que não têm a praia como ponto de encontro.

Quando São Paulo era a grande metrópole industrial, o movimento diurno dos operários das fábricas mostrava um outro modo de viver da metrópole e talvez a vida urbana não fosse tão noturna como é hoje, quando, a tendência de consolidação como metrópole de serviços se apresenta como o futuro da cidade.

Jovens saem do trabalho, dos escritórios, dos centros de serviços e se dirigem aos cursos noturnos. Bares e restaurantes da cidade geram conflitos com os bairros residenciais vizinhos, mas são a tônica do turismo de negócios da maior cidade da América do Sul, e quarto maior conglomerado urbano do mundo.

A presença da mulher no mercado de trabalho exige novas formas do uso do espaço urbano. Homens e mulheres saem cedo para trabalhar e a convivência com os filhos fica para o horário noturno.

Os filhos mudam suas referências com relação à vida familiar, onde a família passa a se estruturar em inúmeras atividades do mundo do trabalho e estudo para garantir melhores oportunidades de emprego, gerando necessidades do cuidado com as crianças e os adolescentes em período integral.

Nas cidades médias e nos pequenos municípios, o interesse pelas oportunidades de emprego também é uma motivação importante para as escolhas que se fazem para viver nesta ou naquela cidade. No entanto, o interesse pela evolução cultural e educacional também é fator importante nas escolhas. Muitos filhos de trabalhadores rurais não querem mais viver da terra.

Os problemas urbanos mais urgentes em todas as categorias de municípios se concentram na área de saúde, educação e transportes, em menor ou maior escala; estes são os problemas de sobrevivência das famílias que se colocam como um dos maiores reclamos, logo atrás do problema da busca por emprego.

Mas, o entendimento da realidade urbana necessita de um maior conhecimento de quais são as expectativas dos habitantes de cada cidade em relação à melhoria da sua qualidade de vida, a sua forma de enxergar a cidade, a seu modo de viver e como se espera que o poder municipal cuide da cidade e responda a suas expectativas.

Em São Paulo se corre muito, pois as distâncias são longas para conciliar emprego com estudo, com lazer e moradia; daí a importância do transporte de massa de qualidade. O metrô de São Paulo é muito valorizado pela população.

As preocupações dos habitantes de cada cidade se alteram de acordo com seu tamanho, localização e formação.

Nas regiões metropolitanas o problema de degradação do meio ambiente aparece com força ao lado dos problemas dos transportes públicos insuficientes, caros ou sem qualidade. Assim como o problema da segurança urbana.

Nos municípios pequenos com maioria da população idosa, a preocupação com a saúde e também com a herança histórica é mais palpável.

Nas pequenas cidades nordestinas que sofrem com a seca, o problema da fome, do emprego e da água têm destaque maior.

Nas metrópoles da região amazônica, ganha importância o debate da soberania nacional e a proteção da maior floresta do mundo, da biodiversidade e sua relação com a sobrevivência das populações ribeirinhas.

Nas cidades da orla nordestina, em São Paulo, Rio de Janeiro ou em Santa Catarina, o conflito entre turismo e qualidade de vida dos habitantes se reflete na solução de infra-estrutura como um grande problema a ser enfrentado.

As cidades portuárias, que dependem do turismo da orla, mas, que também dependem do movimento dos portos para gerar empregos e negócios, possuem uma especificidade na abordagem dos projetos urbanos para renovação de áreas degradadas.

Em todas as cidades se coloca o debate de questões relacionadas com o desenvolvimento econômico nacional e uma nova geografia do território brasileiro que se reflita no nível do emprego urbano e um debate de caráter local que aborde o dia-a-dia da cidade e sua qualidade de vida.

As grandes metrópoles, como São Paulo, apresentam uma forma urbana que delimita a segregação social e econômica das classes sociais, mas, ao contrário do que se prega sobre a existência de uma fragmentação do espaço urbano, da diversidade cultural existente, podemos dizer que a história de cada cidade é uma só, das relações e conflitos das diversas classes sociais que coabitam o mesmo espaço urbano. Não há várias histórias, mas, sim, várias histórias de seus habitantes que escolheram a cidade para transformar sua vida e uma história que reflete as decisões do poder político e dos investimentos públicos e privados na estruturação do espaço urbano.

No meu entender, a atração pelas grandes regiões metropolitanas de alguma maneira se estabilizou, havendo um movimento interno às regiões, de deslocamento das populações, em vista do empobrecimento, mas, que se dá geograficamente na mesma cidade ou núcleo urbano, esquecendo aqui dos limites políticos administrativos dos municípios.

Acredito também que não haverá um esvaziamento dessas metrópoles, pois as oportunidades de evolução cultural que se colocam – principalmente para as classes mais desfavorecidas –, vão além da mera busca pelo emprego.

Mudou o modo de vida, mas, a população quer ver respeitados sua cultura, seus valores e suas referências da terra natal. Não raro em São Paulo, famílias nordestinas reúnem-se para comemorar o São João como na sua terra. Portanto, a existência de lugares que recebam manifestações culturais de diversas culturas é uma boa prática para romper barreiras de segregação urbana.

Assim, cidades como São Paulo, que já nasceram com caráter metropolitano, ou cosmopolita, cuja extensão do seu território foi delimitada pelos antigos aldeamentos indígenas construídos pelos jesuítas para dominação daqueles, serviram para fomentar uma mistura de culturas nativas com estrangeiras e criar uma espécie de cultura própria que se reflete na solidariedade de absorver aqueles que aqui chegam de diferentes grupos culturais e nacionalidades.

Mudar a realidade urbana no Brasil é entender as cidades como espaço único e fomentar políticas e projetos que articulem os interesses gerais de seus habitantes com os projetos de desenvolvimento regional e local.

Deve-se procurar sempre as diversas escalas de abordagem, mas com uma visão integrada. Os garotos que procuram o futebol nos estádios querem fazer parte de uma tribo maior, que é sua cidade, seu time, sua torcida. Mas, eles também querem o “campinho” perto de casa para brincar com seus amigos do bairro, do prédio, ou da rua.

Todos querem freqüentar o parque mais importante da cidade e, além disso, ter a praça perto de suas casas para encontrar vizinhos e amigos.

Devemos buscar o ponto de vista cidadão. Identificar o que é importante para o cidadão em relação ao cuidado com a cidade; que lugares ele valoriza

como sendo centro da cidade e o seu centro de bairro.

A recuperação do espaço da moradia popular está na construção de praças bem cuidadas, mesmo que pequenas, na limpeza urbana, na iluminação pública e no aconchego para os idosos e crianças com ruas e calçadas generosas, sem grandes obstáculos, coloridas e arborizadas.

As pequenas cidades oferecem a rua com maior tranqüilidade para a convivência da vizinhança, e os habitantes das grandes metrópoles também buscam o espaço público, os parques, a praia, para o lazer, a cultura e o encontro das tribos.

As lutas urbanas da década de 1980 e dos anos 1990 conquistaram a aprovação do Estatuto da Cidade que abre uma nova perspectiva para o meio urbano brasileiro, mas as ações ainda são dispersas e não refletem um projeto nacional que garanta à vida nas cidades a qualidade para aqueles que buscam a vida urbana para transformar sua condição de vida.

Os problemas de falta de infra-estrutura ainda atingem todas as médias e grandes cidades, as ocupações de terra são a alternativa para a moradia popular. Todos procuram ficar mais perto de onde há escolas, postos de saúde e a possibilidade de vender suas "coisinhas" na feira ou na rua.

É preciso recuperar o espaço físico da vida urbana. É preciso criar espaços de cidadania a exemplo do CEU em São Paulo, onde, o que importa, além da sala de aula, são as possibilidades de lazer, de cultura, de aprender informática, de participar de um grupo de teatro, dança ou de uma banda.

A inserção em grupos culturais não necessita chegar a um produto artístico, mas, o processo de se sentir fazendo parte de algo em elaboração coletiva, que valoriza a atividade criadora, é que transforma as pessoas para a construção de uma visão crítica.

Ter um espaço público de qualidade urbanística estimula as pessoas a investirem no espaço da própria casa, movimenta a economia local, traz credibilidade para a gestão pública. As distâncias ficam menores, e cresce a auto-estima, mobilizando as pessoas para se inserirem numa vida mais comunitária, solidária e de participação política.

O desafio de governar ou legislar em benefício da maioria dos habitantes das cidades brasileiras coloca algumas questões que merecem ser enfrentadas.

Primeiro: há que se democratizar as relações de

gestão do espaço urbano. Criar conselhos de representantes que possam discutir e decidir sobre os projetos das cidades. Democratizar a cidade de um modo geral. Garantir a todos o acesso a equipamentos de qualidade oferecidos pela cidade na área de saúde, educação, lazer, e cultura; e, por isso, o transporte deve ser prioridade. Em São Paulo, há transporte gratuito para as crianças irem à escola, para os portadores de deficiências frequentarem seus tratamentos especializados e para os idosos.

Segundo: há que se entender a vocação de cada cidade, buscando entender as razões históricas e geográficas de sua formação e suas potencialidades futuras, segundo uma ótica de desenvolvimento econômico popular e progressista.

Terceiro: buscar formas de financiamento para os projetos urbanos através de uma política redistributiva dos ganhos resultantes da atividade econômica de maior peso nas cidades, da revisão da Lei de Responsabilidade Fiscal, da elaboração de Planos Diretores Urbanísticos, integrar projetos e programas para potencializar os recursos municipais disponíveis.

Quarto: valorizar as formas coletivas de apropriação do espaço urbano; portanto, dando maior valor aos espaços públicos sem restrições de acesso, ou seja, a rua, a praça, os parques, as calçadas, os monumentos históricos, os equipamentos públicos de lazer, de natureza cultural e esportiva. Deve-se cuidar da paisagem urbana para que ela seja despoluída e limpa.

Quinto: buscar os valores que traduzam e estimulem a identidade dos habitantes com a cidade, seus espaços de referência e que permanecem no tempo e no espaço construído da cidade, com a simbologia de seus usos e formação histórica. Valorizar também o patrimônio imaterial que inclui todas as manifestações culturais e científicas existentes nas cidades, os saberes populares na prática de construir, na culinária, na medicina, na religião. Para isso é necessário introduzir uma educação patrimonial no sistema educacional de um modo geral. Valorizar e promover as festas populares nas ruas com infra-estrutura digna de respeito ao cidadão.

Sexto: desenvolver práticas de educação e projetos voltados à preservação do meio ambiente urbano.

Rosana Miranda é arquiteta e doutora em urbanismo pela USP.

A juventude não pode esperar



Danilo Moreira
na mesa do
Diálogo.

"Queremos sonhar e o Brasil que nós sonhamos para a juventude significa oportunidade de emprego, acesso à escola pública de qualidade, esporte, cultura e lazer, menos violência nas ruas e em casa: significa resgatar uma condição de vida digna há muito tempo perdida".

Manifesto da Juventude Lula Presidente (2002)

DANILO MOREIRA

A eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva expressou a esperança de milhões na possibilidade de mudança e tinha nos jovens seus principais entusiastas. Se levássemos em conta apenas a intenção de voto deste segmento populacional, o candidato Lula teria vencido já no primeiro turno. Ainda hoje, passados um ano e meio desde a sua posse, o governo encontra entre os jovens suas maiores taxas de aprovação.

A derrota dos setores neoliberais nas eleições de 2002 teve um alcance histórico e significou a derrota de uma elite econômica que, por mais de quinhentos anos ditou os rumos do nosso país,

levando em conta, única e exclusivamente, os seus interesses em detrimento da grande maioria do povo brasileiro e da juventude em particular.

Nunca é demais lembrar

A década de 1990 foi desastrosa para a juventude brasileira. A combinação de fatores como a estagnação econômica, o desmonte do Estado Nacional, a crença cega no “deus mercado” e a submissão a interesses externos, se demonstrou extremamente nociva. Os resultados desta fórmula explosiva são visíveis nas filas de desempregados; nos dados sobre homicídios; nas mortes decorrentes de abortos; na exclusão do sistema educacional; no baixo acesso a atividades de cultura, esporte e lazer; no crescente uso de drogas legais e ilegais; e em tantos outros indicadores sociais que transformam a juventude em uma das principais vítimas da chamada “herança maldita” do neoliberalismo.

O governo FHC baseava-se numa ótica instrumental-oportunista de criação de serviços específicos para jovens, priorizando metas quanto a números de atendidos e não se cuidando da qualidade. Assim tem-se a expansão de matrículas no ensino fundamental e médio, sem atenção a formação de professores, infraestrutura escolar, recursos de laboratórios, computadores e outros meios para o acesso a avanços tecnológicos, ginásios desportivos e disponibilidade de bens culturais. Aumentou-se o número de jovens no ensino médio e vem se alertando simultaneamente para o deterioro da qualidade do ensino público. Criaram-se centros e programas para jovens, ou melhor, para adolescentes, sem acompanhamento, sem avaliação de qualidade, sem cuidar de uma perspectiva juvenil nesses programas e sem preparar os jovens para que eles fossem partícipes da modelação e dinâmica dos programas.

Ao final dos oito anos de governo Fernando Henrique, mesmo existindo 33 programas voltados para a juventude, podemos afirmar que a política para este segmento social foi marcada pela desarticulação entre os entes governamentais, pela relação quase exclusiva com algumas ONG's – colocando em prática a chamada terceirização do Estado – e pela inexistência de diálogo. O melhor exemplo desse autoritarismo na relação com os movimentos juvenis foi o ataque ao direito à meia-entrada e à unidade do movimento es-

tudantil através da edição de MP 2208/01 – ainda não revogada pelo governo Lula – que visava enfraquecer a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), grandes defensoras do **Fora FHC**.

Tudo isto, somado aos efeitos nocivos do projeto neoliberal sobre a população juvenil brasileira, fez com que não existisse uma verdadeira Política Pública de Juventude de 1995 a 2002. O que existiu na verdade foi uma série de programas desarticulados, impostos e de eficácia questionável.

Uma história de participação

Seja pautando o Estado através de reivindicações próprias, seja reagindo à implementação ou ausência de determinadas políticas, os jovens brasileiros sempre buscaram interferir nas políticas públicas.

A ampliação do direito à participação política através do voto aos 16 na Constituição de 88; a proposição e aprovação de leis de meia-entrada para estudantes no início dos anos 90; a defesa e promoção da educação pública; e exigências da aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como verdadeira alternativa à redução da maioridade penal, são exemplos recentes desta história.

Mesmo a experiência da criação de espaços institucionais específicos, tão em evidência nos dias de hoje, não é algo novo. Na esteira do Ano Internacional da Juventude, declarado pela ONU em 1985, surgiram iniciativas como o Conselho Estadual de Juventude de São Paulo e Paraná em governos liderados pelo PMDB e com a participação de diversos segmentos juvenis.

Governo Lula: Um novo tempo (apesar dos perigos)

Analisamos a situação das Políticas Públicas de Juventude no governo Lula levando em consideração a herança deixada pelo governo anterior e tendo em conta a existência, também na temática Juventude, da tensão entre continuidade e mudança.

Se levarmos em consideração a adoção de uma agenda econômica conservadora e os seus reflexos sociais extremamente negativos, podemos dizer que ainda não estão claras as condições para obtenção de resultados eficazes nas políticas de juventude, pois os principais problemas que a atingem são de ordem estrutural, e derivados de um modelo eco-

nômico excludente e concentrador de renda.

No entanto, também é muita clara a preocupação do governo federal com esse tema. Segundo levantamento do próprio governo, a juventude é objeto de 131 ações federais vinculadas a 45 programas e implementadas por 18 ministérios. Dentre elas, o Programa Segundo Tempo, Primeiro Emprego e Nossa Primeira Terra, só para citar iniciativas deste governo. Podemos citar ainda a proposta de reserva de vagas

nas universidades federais para estudantes oriundos da escola pública e o programa Soldado Cidadão, que amplia o contingente de recrutas nas Forças Armadas.

O mais importante, porém, foi a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial – composto por 19 ministérios –, que se dedicou exclusivamente a este tema e apresentou ao presidente uma proposta de Política Nacional de Juventude, sinalizando que o governo pretende ir além de um mero somatório de

Que juventude é essa

Para uns esse rito de passagem entre infância e maturidade vai dos 15 aos 29 anos de idade. Para outros, ele acaba aos 24. Mas a idade não é o fundamental para se entender um período determinante na vida do ser humano, já que é o momento em que se intensifica a formação intelectual e ética, se completa o desenvolvimento físico e se dá uma série de mudanças psicológicas e sociais tendo em vista o ingresso no mundo adulto.

O fato é que juventude é uma construção sócio-cultural histórica, que depende de uma série de condicionamentos, oportunidades e biografias. É impossível não levar em conta a sua diversidade social, política, religiosa, étnica, cultural e econômica. Por isso, muitos afirmam existir juventudes e não uma juventude. Nós, ao contrário, afirmamos ser esta diversidade que se constitui a riqueza e as contradições da juventude brasileira.

Enxergamos a juventude brasileira na sua presença marcante nos acontecimentos políticos do país, na paixão pelo esporte, na identificação com as manifestações culturais transformadoras que brotam das periferias urbanas, na preocupação com as questões sociais e, acima de tudo, no forte sentimento de brasilidade associado ao desejo de mudança.

Alguns dados:

Quem são

34 milhões jovens
20% da população do Brasil
50% dos jovens da América Latina
80% dos jovens do Cone-Sul

Onde moram

28,2 milhões (83%) moram em áreas urbanas
5,9 milhões (17%) moravam em áreas rurais

Renda familiar

20 milhões (58,7%) vivem em famílias com renda per capita de até 1 salário mínimo
11 milhões (32,3%) vivem em famílias com renda per capita de até 1/2 salário mínimo.
4,2 milhões (12,2%) vivem em famílias com renda per capita de até 1/4 de salário mínimo. São considerados extremamente pobres.
54,0% dos homens e 37,8% das mulheres jovens possuem renda própria

Atividades

10,3 milhões (30,3%) só estudam
10,6 milhões (31,2%) só trabalham
6,2 milhões (18,2%) trabalham e estudam
6,9 milhões (20,3%) não estudam e nem trabalham

Mortalidade

Em 2001, morreram 45 mil jovens de 15 a 24 anos
36 mil (79,8%) eram homens
32,2 mil morreram de causas violentas. Principalmente acidentes de transporte e homicídios.

Educação

1,3 milhão (3,8%) de analfabetos. Destes, 70% no Nordeste
17,5 milhões (51,4%) não frequentam a escola e, destes, apenas 5,3 milhões haviam concluído o ensino médio
6,6 milhões (19,4%) têm a escolarização defasada (idade/série)

A taxa de mortalidade de jovens no Brasil, segundo a Unesco (2002), é a terceira maior do mundo. Só perde para Colômbia e Porto Rico e é 8 vezes maior que a da Argentina.

programas. Fato inédito em nossa história.

Uma iniciativa do governo federal terá um efeito indutor nas esferas estaduais e municipais fortalecendo os instrumentos existentes e estimulando a criação de novos. Possibilitando, assim, a estruturação de um **sistema nacional de políticas públicas de juventude** através da multiplicação de conferências, conselhos, coordenadorias ou secretarias de juventude. Sem falar na instalação de Comissões de Juventude nas Assembleias Legislativas e Câmara de Vereadores.

É válido registrar também que, além do governo federal o debate está em curso no parlamento (Comissão Especial na Câmara dos Deputados), sociedade civil (Projeto Juventude/Instituto Cidadania), movimentos juvenis (Diálogo Nacional das Organizações Juvenis/articulação pró-Fórum Nacional de Movimentos e Organizações de Juventude) e em organismos internacionais que atuam no Brasil (Unesco e, até mesmo, o Banco Mundial). Ou seja, uma sinalização política do presidente da República gerou uma profusão de iniciativas e uma expectativa positiva na sociedade, desencadeando um processo que elevará a temática juventude a um patamar nunca antes imaginado.

Pressupostos para as políticas de juventude

1. *Marca da mudança*: os grandes problemas da sociedade brasileira foram aprofundados nos anos 90 com a adoção da agenda neoliberal. A preocupação com a Juventude, porém, não é um patrimônio exclusivo da esquerda e a mera adoção de políticas de juventude não significa, necessariamente, um compromisso com a mudança. Diante disto, as políticas públicas de juventude não podem ser encaradas como um capricho político ou tratadas de maneira academicista ou tecnicista. Antes de tudo, elas têm que fazer parte da construção de uma alternativa ao neoliberalismo.

2. *Articulação com o Projeto Nacional*: ao contrário do que prega o credo neoliberal, não podemos aceitar o abandono ou subestimação dos interesses nacionais. Num mundo globalizado, só é possível uma inserção soberana com um Estado nacional forte. A política de juventude tem que criar condições para o fortalecimento de uma consciência nacional transformadora e para isso conta com condições subjetivas fe-

nomenais nesta parcela da população.

3. *Estado como principal indutor*: a história recente comprovou que a teoria do Estado mínimo estava ligada à falsa idéia de que as leis do mercado teriam condição de regular todas as esferas da nossa vida. Como se a busca desenfreada pelo lucro combinasse com justiça social. A melhor maneira de garantir o interesse público é fazer do Estado a força-motriz no desenvolvimento das políticas públicas de juventude, que podem e devem contar com a participação ativa da sociedade civil.

4. *Políticas de Estado*: a existência de uma política de juventude não pode estar à mercê dos interesses deste ou daquele governo. Ela precisa ser incorporada definitivamente na agenda política nacional. E para assegurar maior consistência e perenidade, é preciso consolidá-la através de instrumentos institucionais nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e em todos os entes federados (municípios, estados e união).

5. *Objetivos de curto, médio e longo prazo*: indiscutivelmente, a grave situação social em que se encontram os jovens brasileiros exige medidas concretas e emergenciais. Porém, não se pode perder de vista que questões complexas não se resolvem com medidas pontuais, sob pena de se tornarem meros paliativos. É por isto que as políticas de juventude têm que estar integradas a saídas estruturais, atendendo a objetivos de curto, médio e longo prazo, sem reproduzir uma ideologia que transforma as políticas sociais numa disputa de migalhas entre os pobres versus os mais pobres.

6. *Participação*: palavra-chave: é consenso entre os especialistas que a juventude tem que estar no centro das políticas públicas não apenas como receptora e sim como participante ativa. Desde a elaboração até a avaliação (e possível contestação), passando pela proposição e execução das mesmas. Além do conteúdo democrático e educativo, isso empresta maior identidade entre as políticas e o próprio jovem, aumentando sua eficácia.

Mais poder aos jovens

Mais que um compromisso de governo, as políticas de juventude só terão sucesso se os jovens tiverem sobre elas uma forte capacidade de intervenção.

1. *Valorizar o movimento juvenil*: no Brasil, existe uma forte tradição de organizações juvenis, sejam elas estudantis, culturais, religiosas, ligadas a enti-

dades de classe, partidárias ou esportivas. A maioria destes movimentos conta com articulações e entidades de caráter nacional e são formas destacadas da participação juvenil. Por assumirem um papel de vanguarda das transformações, devem ser fonte de interlocução privilegiada das Políticas Públicas de Juventude.

2. *Fortalecer a autonomia e a organização da juventude:* a necessária interlocução da juventude com o poder público não deve ser confundida com a tentativa de cooptação, nem ser prejudicada pelo desrespeito a possíveis divergências. Preservando a autonomia das organizações juvenis, as políticas públicas devem estimular a participação da juventude, criar mecanismos transparentes, que assegurem a estruturação material desses movimentos, desvinculados dos interesses dos governos e sem a ingerência de organismos internacionais.

3. *Garantir canais de interlocução e capacitar o jovem para o diálogo, desenho e acompanhamento de políticas:* assegurar, na estrutura do Estado, canais democráticos de interlocução com os jovens, tais como o Conselho de Políticas de Juventude e a Conferência de Políticas de Juventude. Para que estes espaços não sejam uma mera "formalidade democrática", é preciso oferecer aos jovens condições de acesso a informações e procedimentos da máquina administrativa para que as decisões não se percam nos caminhos governamentais sem o devido controle social.

Existem hoje 34 milhões de brasileiros entre 15 e 24 anos de idade ou 47 milhões de 15 a 29. Um imenso contingente populacional que se encontra em uma fase da vida com um conjunto de características próprias e que devem ser consideradas. Dimensões como educação, trabalho, cultura, ciência e tecnologia, comportamento, esportes, lazer, participação política, saúde, violência, sexualidade, drogas e religiosidade, devem ser compreendidas a partir de uma ótica juvenil e transformadas em políticas públicas específicas tendo em vista a **garantia de direitos para juventude**.

É fato também que a grande maioria destes jovens encontra-se numa situação de grande vulnerabilidade social, condição agravada pela chamada "herança maldita" de uma gestão que se guiou por padrões do neoliberalismo, que provocou a negação de um conjunto de direitos à imensa maioria dos brasileiros, afetando especialmente a juventude. Vários indicadores sociais

constatam essa situação de calamidade social, exigindo de todos medidas urgentes. O mais importante, porém, é não perder de vista que questões complexas não se resolvem com medidas pontuais e mesmo estas não podem ter um fim em si mesmo sob pena de se tornarem meros paliativos.

De outra parte, qualquer projeto que vise ao desenvolvimento econômico e social do nosso país tem que ter na juventude um **setor estratégico para o desenvolvimento sócio-econômico** não só pelo que ela representa para o futuro, mas pela grande contribuição que pode dar no presente. Especialmente na atual dinâmica social, na qual o conhecimento e as novas tecnologias vêm crescendo em importância. Ou seja, muito mais que enxergar o jovem como um problema, é compreendê-lo como "parte da solução".

No entanto, ainda não existe uma clareza de qual o papel destinado à juventude neste novo cenário político. Por vezes, ela é tratada como um dos "clientes preferenciais" de políticas compensatórias ou, no máximo, como um segmento que deve dedicar-se ao envolvimento voluntário em pequenas causas sociais. É necessário superar concepções herdadas de um passado recente e reforçar a convicção de que a juventude pode e deve, mais uma vez, **protagonizar politicamente as mudanças**.

A juventude brasileira sempre teve uma presença marcante nos grandes acontecimentos políticos do país e pode ser decisiva na **promoção das mudanças** que o governo Lula vem fazendo. Acreditamos no potencial da juventude e na construção de um Brasil livre, soberano e com justiça social. Esta crença é reforçada por dados estatísticos extraídos da pesquisa nacional de opinião pública, Perfil da Juventude Brasileira, realizada pelo Projeto Juventude/Instituto Cidadania em dezembro de 2003. Tal levantamento chegou às seguintes conclusões: 85% dos jovens acham a política importante, 59% acham que o melhor para os problemas do Brasil é a participação popular nas decisões e 91% têm orgulho de ser brasileiros.

Danilo Moreira é historiador, ex-diretor da UNE e diretor de Políticas de Juventude do Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ).

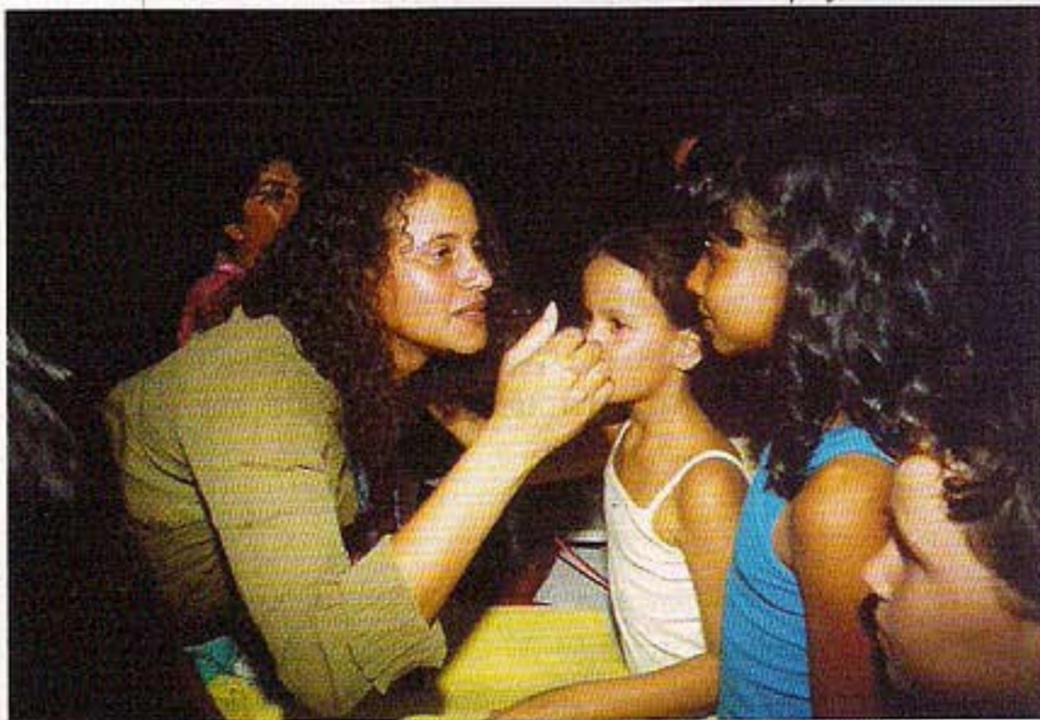
ENTREVISTA COM LUCIANA SANTOS
PREFEITA DE OLINDA E CANDIDATA À REELEIÇÃO

“Olinda: captar recursos, democratizar o governo e investir em prioridades”

Como as questões nacionais se tornam concretas no município?

Luciana – Olinda não é uma ilha. É vítima do modelo econômico e social imposto ao Brasil historicamente. A ausência de um plano nacional e regional de desenvolvimento causou desigualdades e injustiças.

Luciana Santos, prefeita de Olinda.



Existem limites no poder local. Nesses quase quatro anos de governo, o município avançou muito na melhoria da qualidade de vida, mas não há como resolver todos os problemas se não existir um novo rumo para o Brasil. Nas eleições passadas fomos muito criticados por esta opinião, mas ela se relaciona com a preocupação de não praticar demagogia com o povo.

A política nacional que vinha sendo praticada, sem levar em consideração as necessidades da população, baseada na dependência, impedia o desenvolvimento efetivo. Com o governo Lula existe a possibilidade de se enfrentar as contradições do país e, conseqüentemente, dos municípios, através de um plano desenvolvimentista voltado para a promoção da inclusão social.

Durante décadas, o crescimento desordenado das cidades não foi acompanhado pelo desenvolvimento econômico e social. Esse é o principal motivo dos nossos problemas, do desemprego, da falta de habitação popular e de infra-estrutura básica, da violência e da ocupação dos morros e dos alagados. E isso se verifica em todo o território nacional. As dificuldades de Olinda são semelhantes às das outras cidades. Em Olinda elas são agudas, pois não conheço cidade alguma no Brasil que tenha 380

mil habitantes e uma receita anual de 110 milhões.

Aqui, 40% da população vivem em encostas de morro, porque não houve um planejamento urbano adequado e nunca existiu a preocupação de cuidar de quem vive nos locais de risco, dos mais pobres.

Olinda é um retrato gritante das desigualdades brasileiras. Na década de 70, aconteceu um crescimento populacional explosivo e, hoje, são 380 mil habitantes espremidos em 39 km². É a quinta densidade demográfica do país. Isso porque nunca se pensou em otimizar as potencialidades de cada região. As pessoas estão concentradas nos núcleos urbanos, que já se encontram saturados.

Para trabalharmos as questões locais, é preciso enfrentar esse modelo que nos foi imposto por muito tempo. Temos de superar a dependência e partir para o investimento no povo. São necessários o fortalecimento da mudança que começou nas eleições de 2002 e a afirmação da justeza da política nacional que aponta uma nova perspectiva para o Brasil.

Qual a receita para resolver, com carência de recursos, problemas de centros urbanos e promover a inclusão social?

Luciana – Temos muita confiança na capacidade de luta do povo. A mobilização das forças vivas da sociedade no enfrentamento dos problemas é um grande passo para a concretização das propostas. Por isso, em nosso governo, temos dado muito apoio aos movimentos populares e incentivado a organização dos grupos sociais, além de criar ambientes próprios para as discussões com moradores.

Existem hoje, em Olinda, mecanismos concretos de participação popular nas decisões da cidade. Implantamos o Orçamento Participativo e incrementamos as coordenadorias da Juventude, do Negro e Negra e da Mulher, dos conselhos e dos fóruns. Nossos esforços são para fazer com que a comunidade eleve o nível de consciência política, identifique e aponte suas maiores necessidades.

Trabalhando com essa idéia de canalizar os recursos para atender às carências de quem mais precisa, a Prefeitura tem avançado muito. A inversão de prioridades e o ato de cuidar dos mais pobres estão explícitos nas realizações.

A receita de Olinda é muito pequena porque a

economia local é precária. Temos menos de R\$ 2 milhões por ano para investimentos na cidade. É preciso direcionar bem a verba e contar com a mobilização do povo. Para contornar essa situação, tivemos de agir em três frentes: captar recursos, democratizar o governo e investir em prioridades. A idéia é criar diretrizes para uma política de desenvolvimento, com resultados no longo prazo, e atrair investimentos para o município, numa ação mais imediata. E conseguimos trazer empresas de porte para Olinda, como é o caso do supermercado Atacadão Extra e do laboratório Cerpe.

Além disso, estamos em busca constante por recursos e parcerias. Priorizar obras estruturadoras, como a revitalização do canal da malária, e as intervenções nos morros e alagados têm sido nossa bandeira. Estamos investindo em educação, saúde, moradia e saneamento. Conseguimos R\$ 55 milhões junto ao Banco Mundial para a realização dos projetos do Prometrópole, que reúnem obras inteiramente de estruturação urbana – onde serão beneficiadas mais de 45 mil pessoas. Com esse dinheiro, faremos obras de drenagem, saneamento, pavimentação, assentamento e educação ambiental. Investimos em soluções para a Bacia do Beberibe, onde residem 60% dos mais pobres da cidade. Certamente em cinco anos, com o Prometrópole, Olinda vai ter o maior IDH de Pernambuco.

Há dez anos não se construía uma casa popular na cidade: já entregamos 350 e planejamos entregar mais 1.000. Reduzimos a incidência de doenças, ampliamos o PSF (incluindo saúde bucal), realizamos concursos públicos que não ocorriam há sete anos. Implantamos a Defesa Civil, pois Olinda tem 14% de áreas de risco da região metropolitana. Evitamos, assim, perdas de vidas nas chuvas.

Os nossos programas sociais são referências nacionais. O Criança Esperança (programa social da Rede Globo em parceria com a Unicef) terá Olinda como a primeira cidade nordestina beneficiada. Recebemos o Prêmio “Anjo da Criança” da Abrinq, revitalizamos mais de vinte espaços públicos de praças e mini-áreas de lazer.

Presido a Frente de Prefeitos de Cidades Patrimônio do Brasil. Olinda estava prestes a perder o título de patrimônio da humanidade, e superamos isso. Recuperamos o Observatório Astronômico do Alto da Sé, o último cinema (em ruína há 36 anos) e o único parque da cidade (o Parque do Carmo).

ENTREVISTA COM INÁCIO ARRUDA
DEPUTADO FEDERAL PELO PCDoB/CE E
CANDIDATO A PREFEITO DE FORTALEZA

“Em Fortaleza planejamento será coisa popular”

Como as questões nacionais se tornam concretas no município?

Inácio Arruda – O município é a instância onde repercute com maior intensidade a natureza próspera ou conservadora de uma determinada gestão no país. Nesse sentido, a participação ativa da União torna-se fundamental para a concretização das questões no âmbito municipal. Temos, desse modo, na ponta, a materialização das questões nacionais no plano local. A responsabilidade é municipal, mas se a União traça políticas nacionais, se apresenta diretrizes e investimentos voltados para o tratamento dos problemas que se generalizam nas cidades, de preferência no bojo de uma política nacional de desenvolvimento municipal, teremos políticas públicas com eficiência, eficácia e impactos coordenados.

É o que pode acontecer, por exemplo, em relação a uma justa política habitacional para o Brasil, a única forma de oferecer um trato planejado ao problema do déficit de moradias nas metrópoles; à política nacional de saneamento que lastreia a saúde pública, se antecipando às epidemias. É o caso de dispositivos em operação como o Sistema Único de Saúde, o SUS, e o atendimento que prevê, em tese, a saúde da família em cada residência; ou do programa Segundo Tempo na Escola, com a segurança alimentar a serviço da educação, da geração de empregos e da inclusão social; ou,



Inácio Arruda.

ainda, da renda mínima, em busca da cidadania. Não haveria como se resolver isoladamente essas questões com resultados satisfatórios em cada município.

De outro modo, se o município é tratado como um apêndice do Estado, e apenas quando se trata de cumprir a lei de responsabilidade fiscal – um instrumento da política de submissão aos organismos financeiros internacionais –, sofrendo, ainda, uma relação mesquinha à base de contingenciamentos que estrangulam suas possibilidades administrativas, temos uma evidente quebra do Pacto Federativo e a destruição dos fundamentos de uma nação – reunidos na instância local.

Se for examinada, a história recente do país mostrará preciosas revelações – constrangedoras para a oposição conservadora ao governo federal –: os descaminhos responsáveis pelo caos urbano brasileiro, os mesmos que levaram os municípios à insolvência atual, foram traçados sob essas premissas nos anos 1990, no berço neoliberal do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – que subordinou os investimentos no País ao apetite da banca financeira internacional.

Na última década e no início do atual século, o processo de degradação da vida urbana foi nitidamente influenciado pela reduzidíssima taxa de investimento em infra-estrutura, especialmente em saneamento e habitação, além dos sistemas de transporte coletivo de massas, sob o galopante endividamento externo e interno e pela rolagem e pagamento de juros descomunais dessas dívidas, em prejuízo do desempenho da economia brasileira. Sentimos na pele o escárnio dessa opção de política econômica, que incrementou formidáveis fortunas, a exclusão social e a deterioração das cidades.

Hoje, a construção de novos caminhos exige políticas nacionais e um período de carência – o qual desejamos breve e bem inferior ao do tempo de destruição – para que comecem a surgir os primeiros sinais de recuperação das maltratadas cidades brasileiras.

Entendemos, portanto, que, pela primeira vez em nossa História, torna-se exequível a recuperação das nossas cidades. Para isso, a União deve intervir no enfrentamento de um elenco crítico de questões, que inclui um acentuado grau de segregação social urbana em interação com a extrema concentração da renda e da riqueza. A União deve agir em conjunto

com os administradores públicos municipais no sentido de liberar os recursos para os investimentos em todas as esferas do interesse popular. Para tanto, depende da ruptura com o atual modelo e de uma nova orientação para o país. Seu sucesso estará articulado à mobilização de energias represadas nas possibilidades de uma efetiva Reforma Urbana, concretizando-se em cada cidade brasileira.

É assim que o debate político articulado ao desafio da nacionalização das campanhas municipais deve, sem medo, ser explicado e enfrentado – em suas raízes.

Qual o ponto principal (ou principais) de uma reforma urbana em Fortaleza que contemple o objetivo de apropriação popular do espaço urbano?

Inácio Arruda – Em Fortaleza, ou em qualquer outra cidade, o administrador público dispõe de riquíssimos dispositivos, postos à disposição das classes e camadas populares pelo Estatuto da Cidade, que regulamentou o capítulo da política urbana da Constituição Federal – beneficiando mais de 80% dos brasileiros que moram hoje nas cidades. Esse instrumento permite a efetivação das diretrizes gerais da política urbana, buscando a garantia do direito a cidades sustentáveis, o planejamento do desenvolvimento, a proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural e, sobretudo, a recuperação de investimentos que valorizaram imóveis urbanos, atribuindo-lhes uma finalidade social.

O Estatuto estabelece regras para o uso do solo urbano e cria dispositivos para a regularização fundiária de áreas de favelas em terrenos particulares; mantém o tratamento oneroso da terra urbana ociosa, com a instituição dos tributos sobre imóveis urbanos diferenciados em função do interesse social; e a usucapião especial coletivo. Além disso, demanda a revisão da legislação urbanística e também prevê a criação de leis municipais específicas. Nas regiões metropolitanas (RMs), a Lei de Uso e Ocupação do Solo (16.176/96) e o Plano Diretor terão que ser adequados a um novo momento do desenvolvimento urbano.

O Estatuto da Cidade inova com o conceito do direito à cidade, e enquanto instrumento legislativo de intervenção política e administrativa – à disposição dos planejadores interessados em lutar pela qualidade de vida nas cidades em oposição ao acelerado crescimento dos dramas urbanos, percebendo-as a favor

de suas populações, submetendo o lucro imobiliário ao interesse coletivo, o privado ao público.

A ação do Estado, ao distribuir serviços e equipamentos públicos, favorece a sociedade sob duas ferramentas essenciais: a Gestão Democrática, mediante a ação de conselhos de política urbana, das leis de iniciativa popular e da realização de debates, audiências e consultas públicas para a aprovação e a implementação dos planos diretores – agora obrigatórios para cidades com mais 20 mil habitantes – e das leis orçamentárias.

Ampliando as condições para o cumprimento da função social da propriedade (art. 182, 1º e 2º, da Constituição Federal), admite o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios para evitar a ociosidade de vastas extensões de terras urbanas já dotadas de infra-estrutura; o IPTU progressivo no tempo para combater a ociosidade dessas terras; a desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, semelhante à que ocorre para fins de reforma agrária; a usucapião especial de propriedade particular, dispositivo auto-aplicável da Constituição que amplia a possibilidade de usucapião coletiva, facilitando a regularização fundiária de favelas.

Além dessas, temos agora a concessão de uso especial para fins de moradia, na qual imóveis públicos ocupados até 30 de junho de 2001 e há mais de cinco sem oposição, podem ter a posse regularizada; o direito de superfície, que faculta transferência (gratuita ou onerosa) por escritura pública, do direito de construir, sem prejuízo do direito de propriedade; o direito de preempção, que assegura preferência ao poder público na compra de imóveis; operações urbanas consorciadas entre poder público e setor privado para transformações urbanísticas; o estudo de impacto de vizinhança, com base em lei municipal, que limita empreendimentos ou atividades que afetem a qualidade de vida da população de uma dada área.

Entretanto, a aplicação da Lei exige decisão política e qualificação dos gestores municipais na socialização dos benefícios, e uma nova pressão social. O acesso a uma melhor qualidade de vida está associado a um novo projeto de Brasil, avesso à violência e ao desemprego, com amplo acesso à terra e à moradia, aos sistemas adequados de transporte público, saneamento e saúde universalizados, crianças na escola, espaços públicos dotados de equipamentos e atividades de lazer e recreação – tudo sob a ótica de uma cada vez

mais justa partilha da renda nacional.

É a isto que denominamos apropriação popular do espaço urbano.

O caso de Fortaleza é emblemático do trabalho que terá a sociedade e o administrador público, munidos desses dispositivos. Em 1800, essa cidade contava 1200 habitantes. Cem anos depois, em 1900, crescia para 100 mil. Mais cem anos e chegamos a mais de dois milhões, com um déficit habitacional de 160 mil unidades – principalmente entre as famílias com renda inferior a três salários mínimos – e aproximadamente 440 mil famílias dotadas de moradia. De acordo com a Federação das Associações de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFE, que presidi no início dos anos 1980) temos 620 favelas, onde mais de 700 mil habitantes convivem num ambiente degradante – poluído e com acesso e infra-estrutura muito precários. (Em 2000, o IBGE revelou a presença de assentamentos irregulares em quase 100% das cidades com mais de 500 mil habitantes.)

Fortaleza é uma das capitais brasileiras que mais cresce desde 1996, com inquietante queda da qualidade de vida, exigindo a mobilização da sociedade como elemento propulsor das mudanças necessárias. Aos 278 anos, é uma cidade que se verticaliza desordenadamente, palmilhada pelos contrastes, desordem e apartação produzidos no século passado. Mas conta com um povo bom, simples, trabalhador e orgulhoso de sua metrópole. Disposto a compartilhar de uma experiência de reconstrução a cidade, movido até pela auto-estima elevada que o empurra para frente nas mais difíceis situações; a se apropriar do espaço urbano nas condições de uma administração democrática e popular, sabendo o que quer, sobre todos os obstáculos.

Foram essas as principais conclusões da jornada empreendida nos quatro primeiros meses deste ano de 2004 – em 14 seminários voltados para o 5º Encontro da Cidade, realizados em 114 bairros da região metropolitana, reunindo mais de duas mil pessoas. Envolvendo intelectuais, técnicos das ONGs e o elemento popular para pensar a cidade em conjunto, iniciamos a apropriação do espaço urbano pelo percurso de cidadania, onde o fundamento foi o plano de trabalho participativo no cotidiano dos bairros e o resultado foi uma matriz estratégica na qual o planejamento será coisa popular.



Marta com populares.

ENTREVISTA COM MARTA SUPLICY
PREFEITA DE SÃO PAULO/SP
E CANDIDATA À REELEIÇÃO

“O governo FHC ignorou as necessidades de São Paulo”

Como as questões nacionais se tornam concretas no município de São Paulo?

Marta Suplicy – O bom relacionamento político entre a cidade de São Paulo e o governo federal é de vital importância para que consigamos implementar na cidade alguns programas sociais e projetos diversos.

Alguns críticos dizem que, com o atual governo federal, as cidades petistas estão sendo as mais beneficiadas com a liberação de verbas. Em primeiro lugar, isso não é verdade. Mas vale lembrar que so-

mente agora a maior cidade do Brasil – e a que paga mais impostos – tem recebido o tratamento que merece.

O governo federal anterior ignorava as necessidades de São Paulo e negava ajuda. Um exemplo ilustra esse descaso: segundo o IBGE, São Paulo tem metade das favelas do Brasil. O governo FHC liberou R\$ 1 bilhão para a urbanização de favelas. Nem um centavo veio para a cidade.

Além disso, as políticas econômicas e sociais impostas pelos governos anteriores prejudicaram diretamente a maior cidade brasileira.

As medidas de privatização, desregulamentação e abertura indiscriminada da economia tornaram o país refém dos fluxos internacionais de capital, dependente de altas taxas de juros para preservar o equilíbrio de suas contas e do espaço geopolítico de um sistema apoiado sobre a especulação financeira.

O governo Lula, infelizmente, herdou esse passado social e econômico sombrio. Agora, tem se empenhado para mudar o quadro. A cidade de São Paulo também foi abalada e, graças à cooperação hoje possível entre governo federal e municipal, estamos conseguindo reverter as conseqüências negativas da ausência anterior do Estado.

Quais são – resumidamente – as principais políticas em andamento na cidade e os principais elementos do programa de reeleição?

Marta Suplicy – Desde que assumi a Prefeitura, houve várias alterações estruturais. Em primeiro lugar, começamos a descentralização do governo. A mudança de administração regional para subprefeitura não é só política, mas administrativa. A população perceberá uma Prefeitura mais ágil para responder às demandas.

A segunda foi o projeto do novo sistema de transportes, que traz idéias ousadas e inteligentes. Ter ônibus trabalhando em linhas-tronco, terminais, englobar microônibus, usar estações de transferência e faixas exclusivas à esquerda, além do Bilhete Único.

Os programas sociais são outro ponto. A fase inicial foi realizada habilmente: em vez de serem estendidos por toda a cidade, programas como o Renda Mínima e o Começar de Novo foram concentrados em algumas comunidades da periferia (as mais pobres e com maior índice de violência). Isso criou um ganho de renda para as famílias beneficiadas e teve efeitos instantâneos na evasão escolar e no comércio local, entre outros indicadores.

O quarto ponto é o programa educacional, com uniforme, material, transporte e refeições dobradas. Isso faz uma diferença enorme para os moradores da periferia. Inauguramos 21 CEUs (Centros de Educação Unificados) com creche, escola de ensino infantil e ensino fundamental, piscina, quadras, teatro e cinema. Ao todo, foram abertas 200 mil vagas em

toda a rede municipal, sendo 50 mil só nos CEUs.

O restabelecimento da autoridade talvez seja o maior dos patrimônios que conseguimos resgatar. São Paulo era uma cidade desmoralizada. Em todo o país lia-se sobre o governo municipal nas páginas policiais. Isso mudou completamente. Há um governo sério, democrático e respeitado, instituído na cidade. Não há mais corrupção nos altos escalões, todos os casos denunciados são investigados pela Ouvidoria e os responsáveis punidos, e a cidade reconquistou o respeito frente aos demais municípios, aos governos estaduais e federais. E mais: inseriu-se de maneira determinante e irreversível no cenário político mundial.

A principal meta para um próximo governo é dar continuidade e ampliar todos esses programas importantes implantados nesses quatro anos de governo, que foram planejados no sentido de atender aos interesses da cidade e de todos os cidadãos das mais diferentes regiões da capital e de todas as classes sociais. Vale citar: ampliação dos programas sociais; implantação de mais 24 CEUs (hoje são 21 em funcionamento); extensão do conceito de educação inclusiva e integrada para toda a rede escolar de modo que cada grupo de EMEIs e EMEFs seja contemplado com espaços de cultura e esporte, formando a rede CEU de educação do município; amplo programa de construção de creches; construção de 35 novas unidades básicas de saúde; implantação de 40 policlínicas (centros de diagnóstico e de atendimento); manutenção do programa de Passa-Rápido e construção de novos corredores para reduzir o tempo que a população gasta no transporte; manutenção do Bilhete Único e integração com o Metrô; prosseguimento do programa de recuperação do Centro e dos programas habitacionais.

A continuidade dos programas já implantados é essencial para construirmos uma cidade de São Paulo que atenda aos interesses de todos os cidadãos paulistanos: uma cidade mais justa socialmente, com um sistema de saúde e de educação moderno e amplo, um transporte público mais rápido e eficaz, uma São Paulo bem planejada e participativa. O alcance dessas metas começou a ser trilhado em janeiro de 2001 e, em quatro anos, avançamos muito. No entanto, os próximos quatro anos serão essenciais para chegarmos ao nosso objetivo.

“Desenvolvimento econômico e segurança para Teresina”



Robert Rios em visita ao mercado, em Teresina.

**ENTREVISTA COM ROBERT RIOS
ADVOGADO E DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL
CANDIDATO A PREFEITO DE TERESINA/PI
PELA COLIGAÇÃO PCDoB/PSB/PRTB**

Quais os pontos fundamentais para um programa de mudança para a capital piauiense?

Robert Rios – Um programa de governo atual necessita englobar pontos centrais em torno de uma política de atração de investimentos para a cidade, capaz de criar novos postos de trabalho e outras oportunidades geradoras de renda para a população desempregada, e, ainda, a luta pela municipalização da Segurança Pública.

O município precisa assumir responsabilidades com relação à segurança da cidade. Como medidas preventivas dos atos de delinqüência e marginalidade, que cresceram assustadoramente em Teresina – principalmente durante os últimos 8 anos de governo neoliberal de FHC, que contribuiu em demasia para a falência dos municípios – há a necessidade de se investir em programas sociais e educativos voltados para crianças e adolescentes, em parceria com o governo federal, iniciativa privada e organismos internacionais.

Uma administração popular também precisa dar atenção especial à educação, saúde, transportes e meio ambiente.

Na área de educação, a população de 0 a 6 anos, que não tem recebido tratamento adequado pelo poder municipal, será alvo, por meio de investimentos na educação pré-escolar e ampliação da rede de creches, que é um direito da criança e de pais trabalhadores. De forma específica, trataremos de dotar Teresina de programas de complementação de renda já conhecidos e aprovados pelo país afora.

A priorização do social não impede que a esfera do Executivo municipal faça uma política ampla, de articulação e mobilização das diversas instituições com sede em nossa cidade – a exemplo da Universidade Federal –, bem como o planejamento de longo prazo, aproveitando as inovações institucionais do *Estatuto da Cidade*.

Na essência, o programa que está sendo apresentado por nós tem como centro o desenvolvimento econômico e a segurança da cidade, problemas graves que não foram assumidos pelas administrações anteriores.

“Unir as ações do governo federal às do município”

ENTREVISTA COM RAUL PONT
DEPUTADO ESTADUAL PELO PT/RS E
CANDIDATO A PREFEITO DE PORTO ALEGRE



Raul Pont.

Como as questões nacionais se tornam concretas no município?

Raul Pont – Esta questão é muito ampla. Assumem, no município, três dimensões importantes. A primeira reúne políticas gerais, como a definição do salário mínimo, da jornada de trabalho, da previdência geral, da política de financiamento do setor público até a partilha do bolo tributário entre as esferas administrativas. A questão do salário mínimo, desde o governo anterior, vem tendo a possibilidade de um tratamento estadual. É o caso do Rio Grande do Sul, onde o governo Olívio Dutra estabeleceu um piso regional próprio, que foi mantido pelo governo atual e vem sendo cumprido pelo setor público e por grande parte do setor privado. Mas este, e os demais temas indicados – além de muitos outros – dependem das definições e iniciativas do governo federal e repercutem nos municípios.

Outra dimensão trata das políticas estabelecidas pela União e que se materializam em ações concorrentes, conjuntas ou complementares com o governo federal. Aí estão as políticas sociais como o Bolsa Família, o Fome Zero, programas habitacionais de subsídio, de apoio e/ou de arrendamento residencial, como o PAR, da Caixa Econômica Federal. Aí se integram, também, convênios específicos, setoriais ou circunstanciais nas áreas de cultura, de educação e de assistência social.

O terceiro aspecto, igualmente importante, é aquele que depende de decisões de política econômica ou de grandes definições de obras e contratos do setor público ou das empresas públicas que adquirem importância para regiões ou setores da atividade econômica. Investimentos e contratos da Petrobras e do setor energético são exemplos com grande repercussão nos municípios.

Há, portanto, uma gama variada de incidências e aplicações de políticas públicas que o debate municipal, num período eleitoral, pode adquirir. Tudo isso dá concretude à relação entre os entes federados, permite iniciativas e politiza o processo eleitoral, sem torná-lo distante e artificial.

Nesse sentido, o governo federal poderia e

deveria incidir neste processo com iniciativas que apontem outra relação federada, numa nova distribuição do bolo fiscal, uma descentralização e maior participação popular nas definições das políticas públicas, com grandes repercussões na disputa eleitoral em curso.

Após 16 anos de administração em Porto Alegre, quais são os desafios a serem enfrentados em um momento em que o governo federal também é ocupado por forças políticas simétricas?

Raul Pont – As cobranças e as expectativas da população, certamente, são maiores. Nossa administração defende, e busca, o maior número possível de ações com o governo federal.

A primeira relação é aquela dada pelos critérios objetivos, constitucionais, de transferências e repartição do bolo tributário nacional.

Sabemos que, a par das transferências constitucionais, os ministérios possuem vários programas que permitem parcerias, mas exigem agilidade, projetos e contrapartidas.

Há anos atuamos assim. Buscamos todos esses programas que, entendemos, trazem mais recursos para os municípios, ainda que sempre portadores de novos encargos. Isso vale desde a municipalização plena da saúde até o programa Monumenta, do Ministério da Cultura, de defesa do patrimônio histórico e arquitetônico das nossas capitais.

No meu entender, o maior desafio é sermos capazes de estabelecer uma socialização, uma troca de experiências entre as ações do governo federal e dos municípios, para um aprendizado comum.

Muitas das nossas práticas nos municípios devem ser sistematizadas – como as experiências de orçamento participativo – teórica e programaticamente para serem assumidos, também, no plano federal. O inverso também vale para os programas sociais do governo federal, que vêm sendo praticados cada vez mais pelos municípios.

Há muito a se fazer nesse sentido. Desencadear uma profunda troca de experiências administrativas, apesar das competências diferentes, interessa muito a ambas esferas de governo...



Vanessa
em
campanha.

“O governo Lula favorece os municípios”

ENTREVISTA COM VANESSA GRAZZIOTIN
DEPUTADA FEDERAL PELO PCDoB/AM E
CANDIDATA À PREFEITA EM MANAUS

Como as questões nacionais se tornam concretas no município?

Vanessa – Diversas políticas da União têm repercussão direta nos municípios. No caso de Manaus, a cidade é particularmente sensível à política industrial, tributária, e àquelas ligadas à provisão de infra-estrutura. Como cidade amazônica também tem forte repercussão a política relacionada com a defesa do meio ambiente e sobre os usos dos recursos naturais. O governo Lula procurou na política tributária garantir os direitos constitucionais da Zona Franca de Manaus; por causa disso, a produção industrial na cidade de Manaus registrou nos últimos meses um dos maiores crescimentos (13,8%), e conse-

qüentemente do emprego, que alcançou os maiores níveis dos últimos vinte anos, segundo apontou pesquisa do IBGE.

Na área de infra-estrutura o governo federal lançou um novo modelo energético, que no caso de Manaus se traduziu na perspectiva de solução perene para o abastecimento de energia elétrica para cidade de Manaus. Refiro-me à construção do gasoduto Coari-Manaus que vai transportar 10 milhões de metros cúbicos de gás natural da província de Urucu até a nossa capital. O combustível, menos poluente, substituirá o óleo diesel usado nas termelétricas da cidade. Além de baratear o custo da energia, o gás vai possibilitar a instalação de um pólo petroquímico na cidade. Ainda poderá ser usado como combustível para automóveis – gás veicular –, e possibilitará, por meio de canalização, a oferta de gás natural para as residências. Isso vai gerar aumento da oferta de emprego e diminuição do preço do gás de cozinha. Além dessas políticas macro, diversos programas sociais como o médico da família, o Bolsa família, a nova política nacional de saneamento podem auxiliar o poder municipal na solução dos problemas.

Particularmente, com relação a saneamento o governo federal disponibilizou R\$ 4,9 bilhões para o financiamento de obras de saneamento ambiental, o que, no caso de Manaus, poderá nos ajudar na construção de redes de esgoto e saneamento de igarapés que é um dos problemas mais urgentes para cidade.

Por último, gostaria de destacar o tratamento democrático e aberto do governo Lula em relação às demandas e interesses dos estados e municípios, o que nos ajudou como parlamentar em sugerir uma legislação que atendesse demandas de interesse da cidade de Manaus e do Amazonas.

Como relacionar o dinamismo econômico de Manaus com políticas públicas e racionalização do espaço urbano na cidade?

Vanessa – Manaus nos últimos 30 anos enfrentou elevado crescimento urbano. Em 1970 tínhamos uma população de pouco mais de 300 mil habitantes. Hoje estimativas do IBGE projetam uma população de mais de um milhão e 700 mil de

habitantes. Tal crescimento deu-se de forma horizontal encarecendo o custo de oferta de infra-estrutura, para bairros que surgem de forma repentina, oriundos de ocupações espontâneas da população mais carente e de invasões patrocinadas por grileiros que utilizam a falta de programas de habitação para população mais pobre.

De certa forma a política industrial de concentração da economia em Manaus, combinada com a falta de políticas para os municípios do Estado, provocou uma brutal concentração de população do Amazonas, hoje mais de 50% da população do Estado estão na cidade de Manaus.

Para desaquecer a pressão faz-se necessário redirecionar a política industrial. O Pólo Industrial de Manaus não trabalha com insumos e matérias-primas locais. É necessário utilizar racionalmente a matéria-prima oferecida pela floresta, que poderá ser trabalhada nos próprios municípios pelas populações locais. Dessa forma é preciso incentivar a constituição de um pólo industrial ligado ao segmento de biotecnologia e da indústria de cosméticos e farmacêutica, verticalizando a produção, fixando etapas do trabalho industrial nesses municípios. Mas, é preciso também reforçar a presença do Estado nos municípios do interior com oferta de ensino superior, assistência à saúde e geração de emprego e renda.

Para o desenvolvimento dos municípios é necessário de imediato a solução do problema de oferta de energia elétrica, cuja construção imediata pela Petrobras do Gasoduto Coari-Manaus, com a constituição de ramais que abasteçam os municípios do entorno em muito contribuiria para dotar os municípios com energia limpa e barata e propiciar novo ciclo de crescimento, desaquecendo a pressão da migração para Manaus.

Por outro lado, políticas de adensamento do espaço urbano de Manaus em locais que já dispõem de infra-estrutura, preenchimento dos vazios urbanos, por meio da adoção de instrumentos que estão no Estatuto da Cidade como o IPTU Progressivo, constituição de Zonas Especiais de Interesse Social, onde se incentivará a construção de residências para as populações de baixa renda, que moram em zonas de risco e em áreas de inundação poderão destravar o baixo adensamento de áreas da cidade.

ENTREVISTA COM JANDIRA FEGHALI
DEPUTADA FEDERAL PELO PCDOB/RJ E CANDIDATA
À PREFEITA DO RIO DE JANEIRO

“Segurança pública como política social”

Como as questões nacionais se tornam concretas no município?

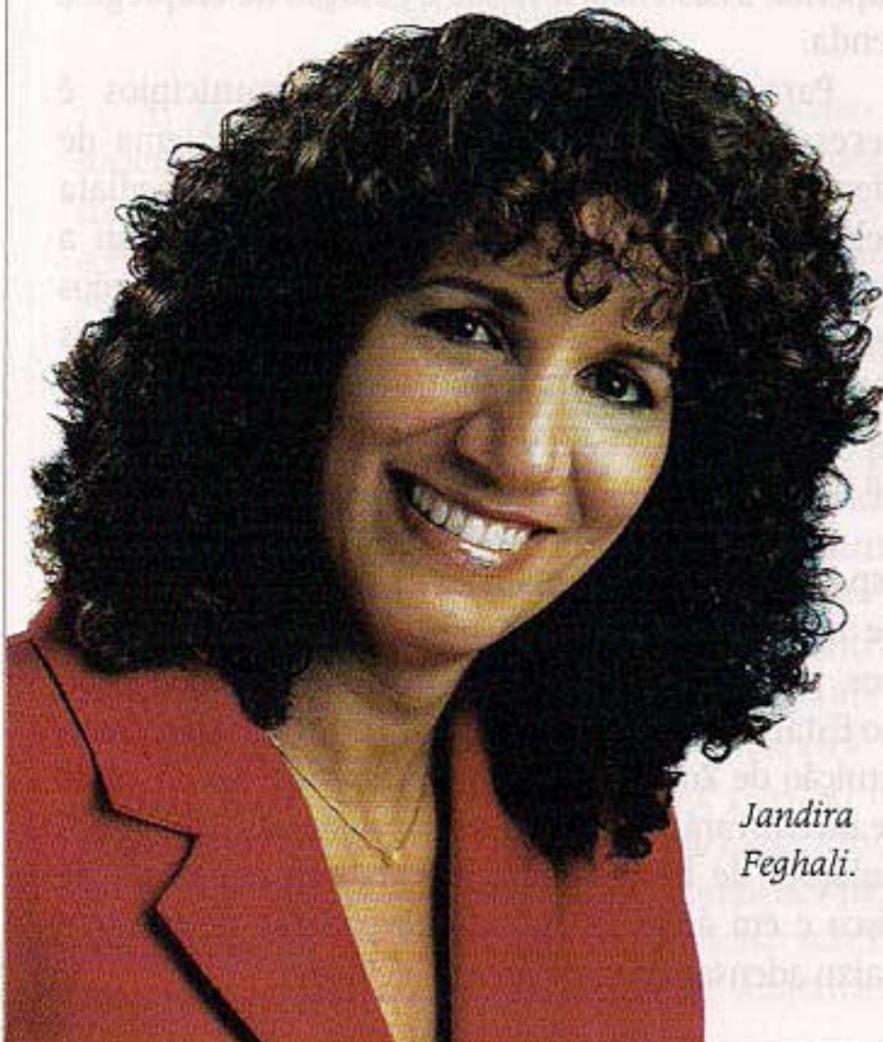
Jandira Feghali – O município é por definição o local em que todos os cidadãos recebem os impactos das políticas públicas. Ele é afetado diretamente por problemas de trânsito, segurança, saúde e educação. Todas essas funções públicas da prefeitura têm forte ligação com as políticas nacionais. Assim, cabe a pergunta: Qual a função das políticas públicas em uma sociedade capitalista civilizada ou democrática?

Esta política deve se voltar fundamentalmente para a defesa e a ampliação dos direitos democráticos dos cidadãos. O gasto público, a variável decisiva para a distribuição de renda tem como função a distribuição igualitária do acesso aos serviços públicos.

Se essa é a questão primordial, é impensável uma política pública de universalização dos direitos de cidadania, quando se privilegia o pagamento dos encargos financeiros em detrimento do avanço da redistribuição dos impostos e taxas arrecadados pelo Estado para as políticas sociais.

Se for possível se pensar que o poder central pode até, no limite, se auto-impor determinadas restrições de gasto social, para o município que lida diretamente com as demandas sociais mais prementes esta restrição se torna sufocante.

Como conseguir induzir uma política de investimento público para a geração de empregos, se os limites de endividamento são determinados pelo



Jandira
Feghali.

conjunto das instituições municipais e não pela capacidade gerencial de cada uma delas? Isso só serve ao poder central para usar sua força de pressão política para enquadrar as prefeituras em seus objetivos de superávit primário e metas de inflação.

Como conseguir uma autonomia financeira e gerencial com uma política monetária restritiva, de altas taxas de juros, que retira recursos fiscais da cidadania para as instituições financeiras, em detrimento da sua aplicação social e de distribuição de renda?

Como gerar empregos se a atividade econômica está reprimida e sufocada, e não há perspectiva de crescimento econômico?

Uma política econômica que não privilegia a produção, nem a renda e o emprego é incapaz de fazer com que os municípios tenham uma arrecadação suficiente para implementar propostas autônomas de geração de emprego e renda.

Pode-se e deve-se formular propostas para a melhoria da articulação entre os municípios. No caso da cidade do Rio de Janeiro a prefeitura tem por obrigação romper com o isolacionismo e o elitismo daqueles que pregam a desfusão como se esta fosse a solução para os problemas da cidade do Rio de Janeiro.

Essa concepção fragmentada e pontual de atacar os problemas é que leva ao desencanto de se achar que as políticas universais de atendimento social são responsáveis pela má-prestação dos serviços públicos. Se isso é verdade, então, só resta a municipalização exacerbada como proposta pelos autonomistas do Rio de Janeiro:

“São diversos e complexos os obstáculos para a recuperação do estado carioca. Mas há esse irremediável divórcio entre nossa cidade e os órgãos estaduais que interferem em seu cotidiano. Chegamos no ponto em que urge criar novas instituições para a segurança, as águas e esgotos, o meio ambiente e a educação secundária pública e laica”. (Alfredo Sirkis, *O Globo*, 08/07/2004)

Essa concepção sempre surge na véspera de eleições, normalmente patrocinada por aqueles setores da sociedade mais interessados em sua despolitização e na desvinculação das questões locais das questões nacionais. Será que separar a cidade do Rio de Janeiro do estado do Rio de Janeiro vai resolver os problemas da violência, do saneamento, da educação e da saúde da cidade? Ou, como é o

mais provável, vai apenas encobrir a má gestão financeira e gerencial, uma concepção autoritária, centralizadora e tecnoburocrática, que não confia em uma administração participativa, democrática e popular da prefeitura.

A despolitização significa termos de pensar na resolução dos problemas da prefeitura no próprio âmbito do município. Esquece que as regiões metropolitanas estão interligadas e integradas tanto espacialmente, quanto social e economicamente. Para que a administração municipal tenha sucesso em sua política de transporte tem que atuar metropolitanamente.

Pode-se enumerar uma longa lista de efeitos nacionais com influência local. Porém, o mais importante parece ser recuperar a velha, porém sempre atual, idéia da esquerda: não se pode ser internacionalista sem ser nacionalista; ou, adaptando-a para a questão municipal: não se pode ser um bom municipalista sem entender a questão nacional.

Qual o papel da prefeitura e a política de segurança pública na cidade do Rio de Janeiro?

Jandira Feghali – A exacerbação do fenômeno da violência urbana e a falta de Política de Segurança Pública eficaz levaram a cidade do Rio de Janeiro a uma situação limite, de crise, de perda de controle pelas autoridades e de ameaça à vida dos cidadãos. Todas as esferas de vida na cidade são afetadas pelo clima de insegurança. Nos últimos 20 anos, a taxa de homicídios cresceu de 11,7 por 100 mil habitantes em 1980, para 27,8 em 2001. Os países da Europa ocidental têm taxas inferiores a 3 mortes por 100 mil hab, enquanto nos Estados Unidos situa-se na faixa de 5 a 6 mortes por 100 mil hab. No estado do Rio de Janeiro a taxa é de 50,5 homicídios por 100 mil hab.

Os dados indicam os índices mais elevados de homicídios na faixa etária dos 15 aos 24 anos e para os pobres e negros. Portanto, esse é o retrato das vítimas preferenciais da violência letal.

Nesse quadro dramático, a impunidade campeia. A polícia só consegue esclarecer 4% dos homicídios, segundo informação do coronel Jorge da Silva, secretário de Direitos Humanos do Governo do Estado.

A Violência doméstica e sexual contra a mulher, acima de dez anos, entre 1985-1995 cresceu 88%, segundo o Ministério da Saúde. No Rio de Janeiro, em 1992, em quatro das cinco Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAM), das 92% das ocorrências registradas, 78% reportavam agressões efetuadas por cônjuges ou ex-cônjugues, 9% parentes e 5% vizinhos das denunciadas.

A omissão do prefeito, o descrédito nas forças policiais e a desconfiança de que os poderes públicos combatam a violência ensejam o aparecimento de valores antidemocráticos e o enfraquecimento dos laços de solidariedade humana, fazendo crescer o medo. Como corolário surgem os "enclaves fortificados", o crescimento da segurança privada para as classes média e alta, a proliferação de guaritas particulares de vigilâncias nas ruas, o abandono dos espaços públicos, ruas, parques e praças, por temor a um assalto ou uma bala perdida e, no extremo, a "reclusão em casa". A defesa da vida ganhou centralidade no cotidiano da cidade.

A pauta das próximas eleições exige uma definição clara acerca do papel do prefeito na busca de soluções para enfrentar a crise da violência urbana.

A gestão de uma Prefeita comunista irá resgatar o conceito de segurança pública, como sendo "a garantia do Estado aos cidadãos contra condições de perigos, incertezas, danos ou riscos individuais" através da criação da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania para implementar a política de segurança pública que olhe com corte sócio-espacial, de raça, gênero e classe.

Além de:

- Instituir o conceito de segurança pública como Política Social, integrada às políticas de educação, saúde, saneamento, cultura e outras destinadas a combater as desigualdades e ampliar o acesso à cidadania, pelo direito à cidade;

- Educação tem primazia nas políticas públicas, como exercício maior de libertação do futuro cidadão e de prevenção da violência. A escola como espaço integrador;

- o papel fundamental do município é a prevenção: primária, com ações dirigidas à população em geral; secundária, voltadas para grupos de risco de cometer/sofrer violência; e terciária: dirigidas aos que já sofreram/cometeram violência. Para maxi-

mizar o poder preventivo desses programas o instrumento fundamental é a focalização da criminalidade, quanto ao público alvo, área geográfica em faixas de horários de maior risco de violência;

- foco na Política de Prevenção da criminalidade, prioritariamente na faixa etária jovem, população de risco, realizando atenção primária, com políticas universais e afirmativas. Programa de atuação nas comunidades voltadas para o mundo do trabalho, aprendizado de ofícios técnicos e de artes e desportistas;

- novo conceito de ordem urbana integradora, urbanística, social, econômica e de segurança. Por trás da desordem urbana que aí está, esconde-se uma ordem de cidade excludente e fragmentada. "O crime cresce onde há desordem e o caminho para reduzir a criminalidade, além de melhorar a qualidade das polícias, a velocidade da Justiça e os instrumentos de investigação que reduzem a impunidade, será criar um ambiente menos favorável ao crescimento do crime e isso se faz no traçado de políticas públicas que resolvam a ordem urbana, eleve o nível da educação e dos serviços públicos" Denise Frossard;

- plano Municipal Integrado das AISP's (Áreas Integradas de Segurança Pública), das CREs (Coordenadoria Regional de Educação) e as demais jurisdições das áreas de ação da saúde, cultura, CRAS (Coordenadorias Regionais de Assistência Social), ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) no Planejamento Urbano de Integração Social. A metodologia será o geoprocessamento, com informação geo-referenciada, de modo a fazer mapeamento de toda a realidade com todos os indicadores econômico-sociais;

- gestão Integrada da Prefeitura com os governos Estadual e Federal;

- equipar, iluminar, renovar e embelezar todos os espaços públicos de prática da cidadania, transformando-os em espaços de convivência, de solidariedade e de paz; e

- redefinição do papel da Guarda Municipal – guarda desarmada voltada para a defesa do patrimônio público, escolas, hospitais, praças e parques e locais de entretenimentos. Equipá-la para além do papel de defesa do cidadão, realizando um trabalho de inteligência, nos moldes em que é feita em metrópoles da Europa e América do Norte.

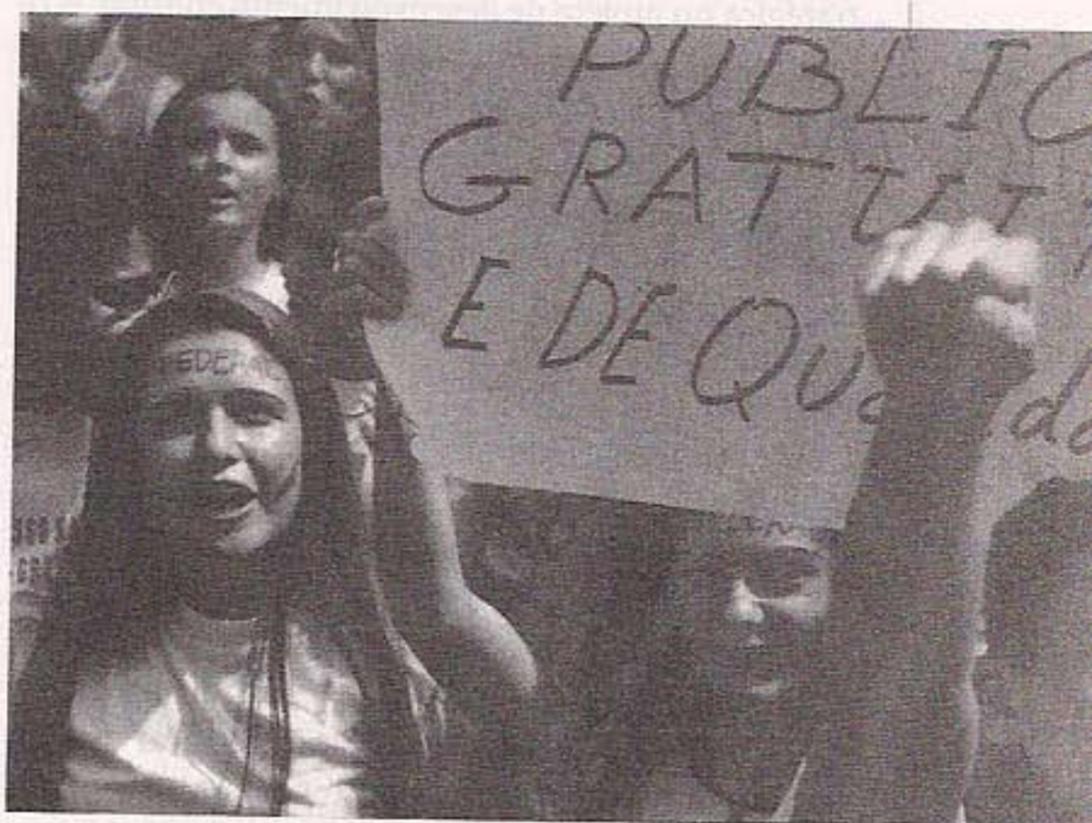
Diretrizes do MEC à reforma da educação superior

A reforma da Educação Superior deve estar vinculada a uma visão de desenvolvimento em novas bases passando pela mudança da política econômica

NEREIDE SAVIANI

*Manifestação em
defesa da
universidade*

Prossegue o debate sobre as mudanças necessárias à educação superior. Inicialmente sob o apelo de Reforma Universitária, a discussão desencadeada pelo Ministério da Educação foi logo indicando tratar-se de algo mais amplo, que justificaria o título de Reforma da Educação Superior. Hoje o MEC já fala em "Lei Orgânica da Educação Superior a ser enviada ao Congresso Nacional em novembro deste ano", conforme pronunciamento do ministro Tarso Genro (MEC, 2004a), ao anunciar



as diretrizes para a reforma em pauta.

A metodologia adotada pelo MEC para envolver “a comunidade acadêmica e a sociedade civil” na proposição da reforma compreende consulta a entidades e realização de colóquios e audiências públicas, em andamento. Para possibilitar a sistematização, foram indicados sete tópicos, em torno dos quais se organizaram matrizes de referência para que as entidades elaborassem suas propostas: 1) papel da universidade; 2) autonomia universitária; 3) acesso e permanência; 4) avaliação; 5) conteúdos e programas; 6) financiamento; e 7) gestão e estrutura. Vários eventos vêm sendo realizados por iniciativa de entidades as mais diversas. O Instituto Maurício Grabois (IMG) promoveu o “Seminário Nacional sobre Educação Superior”, em conjunto com a Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, nos dias 1º e 2 de junho de 2004, quando foi lançada a edição 73 da revista *Princípios*, que dedicou capa e várias matérias a este importantíssimo tema.

As diretrizes do MEC

Para “nortear a futura lei orgânica” (MEC, 2004b), o ministro Tarso Genro anunciou princípios e diretrizes gerais, relacionados aos sete tópicos acima referidos. Quanto ao papel da universidade, destaca-se a visão da Educação como bem público, prioridade da sociedade brasileira e questão do Estado, tendo a Universidade, particularmente, missão central e estratégica no projeto de desenvolvimento cultural, econômico e social do país. Cabe-lhe, pois, formar profissionais de qualidade, produzir ciência e tecnologia, difundir conhecimentos culturais, científicos e técnicos, promovendo sua extensão à sociedade. E para fazê-lo de modo a contemplar a pluralidade e a diversidade regional, as universidades devem gozar de autonomia, “em coerência com os princípios gerais de eficiência e responsabilidade”. Segundo o ministro, trata-se de estabelecer um “novo marco regulatório de autonomia”, que implica a participação da comunidade na supervisão dos rumos das instituições. Uma definição diferenciada para a figura jurídica da universidade relaciona-a diretamente ao conceito de autonomia universitária, daí a necessidade de remeter à Lei Orgânica a competência de especificar as condições em que esta pode ser estendida a outras Ins-

tuições de Ensino Superior “que comprovem alta qualificação para o ensino ou a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo poder público”.

No anúncio das diretrizes, a autonomia é tratada como intimamente relacionada ao financiamento: “O exercício pleno da autonomia nas Instituições Federais Públicas de Ensino Superior (IFES) demanda financiamento público em novas bases” (MEC, 2004b). O ministro propõe que a Lei Orgânica estabeleça uma política de financiamento, com “garantia de gratuidade em estabelecimentos oficiais de ensino superior”. Para as instituições públicas, prevê a vinculação ou subvinculação de recursos e a criação de um fundo federal, não contingenciável, comportando dois itens: a) para manutenção (despesas correntes com pessoal e outros gastos essenciais) – definição de percentual da arrecadação tributária, vinculado constitucionalmente à Educação; b) para desenvolvimento (expansão, inovação e gestão) – percentual da arrecadação destinado especificamente a esse fim, de acordo com o Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) de cada IFES. Para o que denomina “Sistema Privado”, o ministro considera legítimos os dispositivos de subvenção ao setor (desoneração tributária às instituições e financiamentos diretos aos estudantes – FIES), “desde que eles não onerem os percentuais previstos legalmente (18% dos tributos da União e 25% dos Estados e Municípios) como aplicações mínimas à Educação”. Propõe, ainda, que a futura Lei Orgânica incorpore a isenção de tributos mediante contrapartida das Instituições e que admita a “utilização de recursos públicos para o financiamento estudantil ou concessão de bolsas de estudos em Instituições Públicas ou Privadas de Educação Superior”, sempre com a condição de não comprometer os percentuais definidos na Constituição Federal e submetendo-se “à avaliação permanente da qualidade de ensino”.

Também associadas à autonomia, são anunciadas as diretrizes para a avaliação, a qual supõe atribuição de valores e cujos resultados “devem implicar um conjunto de ações compatíveis com os mesmos” (MEC, 2004b). Voltadas para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como para o enfrentamento de desigualdades regionais e sociais, as ações de avaliação, assumidas pelo Estado (nos níveis federal e estaduais), devem envolver “a sociedade, através de seus atores”, na tomada de

ALGUNS PROJETOS DE INICIATIVA DO LEGISLATIVO

PL nº 2.874, de 2000

Autora: deputada Jandira Feghali – PCdoB/RJ.

Dispõe sobre o financiamento das universidades federais e institui o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior (FADES)

¹ Visa assegurar a manutenção dos recursos normalmente repassados às universidades federais, em valores reais, prevendo, basicamente, três medidas:

- Obriga a inclusão na lei orçamentária anual de recursos para manutenção das Universidades Federais.
- Define critérios para a distribuição dos recursos.
- Cria o Fundo para o Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior e uma Comissão para a gerência deste fundo.

PL nº 5.320, de 2001

Autora: deputada Vanessa Graziottin – PCdoB/AM.

Dispõe sobre a escolha dos dirigentes universitários.

¹ Eleição direta para Reitor, Vice-reitor e Diretores de unidades universitárias de Universidades Federais.

- Escolha através de voto universal entre professores, servidores técnicos administrativos e estudantes regularmente matriculados.
- Colégio eleitoral composto pela comunidade acadêmica a partir de critérios estabelecidos no estatuto da instituição.
- Reitor e Vice-reitor – nomeados pelo Presidente da República; diretores – nomeados pelo Reitor da instituição.

PL nº 1.149, de 2003

Autora: deputada Alice Portugal – PCdoB/BA

Dispõe sobre a reserva de vagas em processos seletivos para ingresso em instituições públicas de ensino superior

¹ Reserva de, no mínimo, 20% das vagas de cada curso de graduação a candidatos que tenham cursado todo o ensino médio em estabelecimentos públicos.

- Critérios de admissão e de acompanhamento dos ingressantes – para garantir bom nível de rendimento acadêmico e evitar a evasão.
- Divulgação integrada dos resultados do processo seletivo – não identificação da forma de ingresso de cada estudante.

PL nº 3.674, de 2004

Autora: deputada Alice Portugal – PCdoB/BA

Modifica o art. 56 da Lei Nº 9.394/96, dispondendo sobre as eleições diretas para reitor e vice-reitor das instituições federais de ensino superior.

Lei nº 9.394/96 PL 3.674/04

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio de gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único – Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Art. 56.

§1º As instituições públicas de educação superior gozarão de autonomia plena para decidir os critérios e os processos de escolha de seus dirigentes e de composição de seus órgãos colegiados.

§ 2º O Reitor, o Vice Reitor e os Diretores das instituições públicas de educação superior deverão ser escolhidos mediante eleições diretas e secretas, com a participação de todos os docentes, discentes e técnicos-administrativos, encerrando-se o processo de eleição no âmbito da instituição com a posse do candidato que obtiver o maior número de votos.

“decisões que foram, ao longo do tempo, açambarcadas pelo Estado”. Para o ministro, a avaliação vincula-se necessariamente à regulação; daí considerar que o Estado deve “recuperar a capacidade de regular o Sistema Federal de Educação Superior”. O SINAES e o Comitê Técnico de Coordenação/SESU são referidos como “dispositivos e instâncias” que, em consonância com INEP e CNE⁽¹⁾, concorrem para uma avaliação que persiga o objetivo de “conectar-se profundamente com o futuro”.

Ao expor as diretrizes para estrutura e gestão, o ministro refere-se, novamente, à autonomia das IES no sentido de repensar a estrutura departamental, em conformidade com os seguintes princípios gerais: adequada conexão entre ensino, pesquisa e extensão; melhor aproveitamento dos docentes e técnico-administrativos; simplificação burocrático-administrativa; melhor aproveitamento de recursos financeiros disponíveis. E propõe medidas como: eleição direta para reitor nas universidades públicas; introdu-

ção da figura de pró-reitor acadêmico ou equivalente nas universidades privadas; constituição de um Conselho Consultivo de Planejamento e Gestão; definição de dispositivos regulatórios para as Fundações conveniadas com as IFES; simplificação dos processos de contratações de profissionais altamente qualificados (doutores ou de notório saber) para atuação na graduação e na pós-graduação, bem como de mecanismos para a participação de docentes aposentados nas atividades didáticas; estabelecimento de plano de carreira com substância dos proventos no salário-base e gratificações no básico de cada nível, além de alargamento de níveis em direção ao nível de Professor Titular. Propõe, ainda, a possibilidade de organização das universidades por ramo de conhecimento, especialização e destinação do ensino.

No tópico conteúdos e programas, as diretrizes prevêem a instituição de um ciclo inicial de formação, a título de "Estudos Universitários Gerais", de formação básica, sem valor de habilitação, cabendo a cada IES a decisão sobre a introdução, nessa etapa, de disciplinas específicas de cada curso. Conjugado a medidas de melhoria do ensino médio, o currículo acadêmico desse ciclo inicial deve comportar amplo programa de "orientação tutorial" voltada para o aprimoramento de capacidades, trabalho com conceitos científicos e práticas culturais diversificadas. Os anos subsequentes reservam-se à formação específica a cada curso, segundo a flexibilidade curricular prevista pela LDB, possibilitando-se a oferta de atividades extracurriculares e a mobilidade entre diferentes programas de formação, a integração entre graduação e pós-graduação e das instituições brasileiras com as melhores instituições do mundo.

Intimamente relacionadas à questão curricular e necessariamente conjugadas a medidas para a melhoria gradativa do Ensino Médio, são definidas as diretrizes para acesso e permanência: consideração dos resultados do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) nos processos seletivos das IES (com critérios definidos no PDI); política de cotas (para alunos provenientes de escolas públicas, nelas priorizadas as cotas étnicas), que deve ser aprofundada com a implantação gradual de cotas por curso; implementação de formas de apoio material aos educandos carentes que comprovem bom rendimento escolar; ampliação dos cursos noturnos, com a

duração necessária a uma adequada formação.

Com o anúncio dessas diretrizes, o MEC propõe-se a orientar a continuidade dos debates sobre a Reforma da educação Superior e, ao mesmo tempo, indicar os elementos que servirão de base para a sistematização das propostas dos diferentes setores da sociedade, diretamente ligados ou não à atuação em instituições de educação superior. O próprio ministro Tarso Genro, aliás, enfatizou, em visita à sede da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) "que as propostas ora apresentadas pelo MEC para a Reforma constituem apenas diretrizes para orientar a discussão que deverá ocorrer nos próximos meses em diferentes centros do país" (SBPC, 2004) – numa referência às audiências públicas e a outros eventos.

Propostas em curso

Além das propostas que vêm surgindo no âmbito do debate deflagrado por iniciativa do MEC, podem-se registrar alguns projetos em andamento, na Câmara Federal, dispendo sobre aspectos da Educação Superior. Na edição anterior desta revista, apresentamos, à guisa de ilustração, duas propostas de emenda à Constituição e uma para sua complementação, em quadros comparativos com os dispositivos constitucionais (cf. Saviani, N., 2004): as duas primeiras, sobre questões de financiamento; a terceira, sobre a autonomia universitária.

Outros projetos, não propriamente sob a forma de emenda ou complementação à Constituição, tramitam no parlamento, dentre os quais destacamos (cf. quadro): o PL nº 2.874, de 2000, que dispõe sobre o financiamento das universidades federais e institui o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior (FADES), de autoria da deputada federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ); o PL nº 5.320, de 2001, que dispõe sobre a escolha dos dirigentes universitários, de autoria da deputada federal Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM); o PL nº 1.149, de 2003, que dispõe sobre a reserva de vagas em processos seletivos para ingresso em instituições públicas de ensino superior; e o PL nº 3.674, de 2004, que modifica a Lei nº 9.394/96⁽²⁾, dispendo sobre as eleições diretas para reitor e vice-reitor das instituições federais de ensino superior – ambos de autoria da deputada federal Alice Portugal (PCdoB/BA).

PROJETO DE INICIATIVA DO EXECUTIVO

PL nº 3.582, de 2004 – Autoria: MEC

Dispõe sobre a instituição do Programa Universidade para Todos – PROUNI e dá outras providências.

¹ Destina-se a concessão de bolsas de estudo integral para cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos.

Beneficiário:

- aluno que tenha cursado o Ensino Médio completo em escola pública;
- professor de rede pública de educação básica.

Condições para o aluno:

- brasileiro, não portador de diploma de curso superior;
- renda familiar igual ou inferior a 1 salário mínimo per capita.

Condição para a instituição:

- desempenho suficiente no SINAES.

Processo seletivo – conforme resultados e perfis sócio-econômicos do ENEM.

Manutenção da bolsa – segundo requisitos de desempenho acadêmico, definidos no regulamento da instituição.

Adesão ao PROUNI:

- assinatura de termo de adesão – duração de 10 anos, renováveis por igual período;
- oferta de bolsas na proporção de, no mínimo, 1 para cada 9 alunos matriculados em cada curso, turno e unidade administrativa da instituição, isoladamente (com possibilidade de permuta entre cursos e turnos – restrita a 1/5);
- percentual de bolsas para políticas afirmativas (autodeclarados negros e indígenas)

Isenção (à instituição que aderir ao PROUNI) – no período de vigência do termo de adesão:

- Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 7.689/88);
- Contribuição Social para financiamento da Seguridade Social (Lei Complementar nº 70/91);
- Contribuição para o Programa de Integração Social (Lei Complementar nº 7/70).

Penalidades (à instituição que descumprir o termo de adesão):

- multa de no máximo 1% do faturamento anual do exercício anterior à data da infração;
- acréscimo do número de bolsas a serem oferecidas gratuitamente;
- desvinculação do PROUNI, no caso de reincidência.

Mais recentemente foi dada entrada na Câmara Federal a dois projetos originários do Executivo: o PL nº 3.582, de 2004, que dispõe sobre a instituição do Programa Universidade para Todos – PROUNI, e dá outras providências; o PL nº 3.627, de 2004, que institui o Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências. É de se supor que essas e outras propostas que tramitam no parlamento sejam levadas em consideração, pelo MEC, na sistematização do debate sobre a Reforma da Educação Superior, do mesmo modo que as provenientes das entidades e da sociedade civil, apresentadas em colóquios, audiências públicas e outros eventos. Supõe-se, também, que a votação dos diversos projetos se efetive de modo integrado à votação do Projeto de Lei Orgânica da Educação Superior que, segundo o ministro, será encaminhado em novembro

deste ano. No entanto, o PL relativo ao PROUNI tem caráter de urgência constitucional⁽³⁾ e deverá ser votado em agosto, antes do encaminhamento do projeto de Lei Orgânica. Consta que já foram apresentadas mais de 290 emendas à proposta do PROUNI, sugerindo que grandes debates serão travados naquela Casa.

Considerarmos um avanço a metodologia adotada pelo MEC para o debate e o encaminhamento de propostas para a reforma. No entanto, ao nosso ver, tal metodologia fica comprometida com a exigência de votação desse projeto, isoladamente, antes da culminância do processo de discussão das diretrizes e de sistematização das propostas.

Por mudanças efetivas na Universidade Brasileira

As diretrizes do MEC, no geral, sinalizam sérias preocupações com a perspectiva de democratização da

Educação Superior, no que diz respeito à ampliação das oportunidades de acesso e permanência dos trabalhadores na universidade pública, à garantia de sua boa qualidade, expressa na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e à participação dos segmentos da comunidade universitária na gestão das IES e nos órgãos de decisão sobre os rumos da educação superior no Brasil e sua contribuição na construção de um novo projeto de nação. Apresentam, porém, alguns pontos polêmicos, como a destinação de verbas públicas para instituições privadas, a autonomia universitária para instituições de ensino superior não imbuídas de caráter de Universidade, a possibilidade de organização de universidade por ramo de conhecimento. Há, ainda, alguma confusão no uso do termo sistema (ora referido ao conjunto da educação superior, ora à rede de instituições públicas federais, ora às instituições privadas). Além disso, oscilam, nos vários tópicos, entre formulações gerais, de princípios, e proposições mais específicas, chegando a detalhar medidas a serem tomadas, algumas das quais já em andamento ou em fase de definição.

Todavia, têm o mérito de indicar elementos para direcionar o debate e o encaminhamento de pontos sobre os quais serão tomadas as decisões e definidas as normatizações. Torna-se, pois, cada vez mais cru-

cial a necessidade de ampla mobilização para que vençam as posições mais avançadas.

Convém ressaltar que a reforma da Educação Superior, como todas as reformas que o país está a exigir, liga-se a uma visão de desenvolvimento em novas bases, passando pela mudança da política econômica. E o ministro Tarso Genro demonstrou estar atento a isto, por ocasião da apresentação das diretrizes a cientistas da SBPC, enfatizando que “a reforma ora em discussão deve ser pensada como parte de uma ação mais ampla de construção de um projeto nacional”, e estar “empenhado em convencer os responsáveis pelas contas públicas de que a educação não deve ser tratada como despesa, mas sim como investimento, e assim que a área não seja incluída no cálculo do superávit”, ou que seus recursos “não devem ser contingenciados”. E não poderia ser mais explícito: “Não existirá reforma se não ocorrer uma mudança do modelo econômico em vigor no país”. (SBPC, 2004)

Nereide Saviani é doutora em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professora do mestrado em Educação da Universidade Católica de Santos (Unisantos).

Notas

- (1) SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior; SESU – Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação; INEP – Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; CNE – Conselho Nacional da Educação.
- (2) A lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que ficou conhecida como a Lei Darcy Ribeiro, numa referência ao substitutivo do então senador da República.
- (3) “O presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa”. (Constituição Federal, art. 64, § 1º)

Referências

- MEC, 2004 a. *Genro anuncia diretrizes para a reforma da educação superior*. Notícias. www.mec.gov.br, 07/06/04.
- MEC, 2004 b. *Resumo do pronunciamento do Ministro de Estado da Educação, Tarso Genro, no dia 7 de junho de 2004, acerca dos enunciados gerais sobre os princípios e as diretrizes da Reforma da Educação Superior*. www.mec.gov.br, 07/06/04.
- SBPC, 2004. *Reforma da Universidade: contra ou a favor?* www.sbpc.org.br, 06/07/04.
- SAVIANI, Nereide. *Reforma universitária: propostas em curso*. *Princípios* nº 73. São Paulo, maio, junho e julho/2004 – p. 36-40.

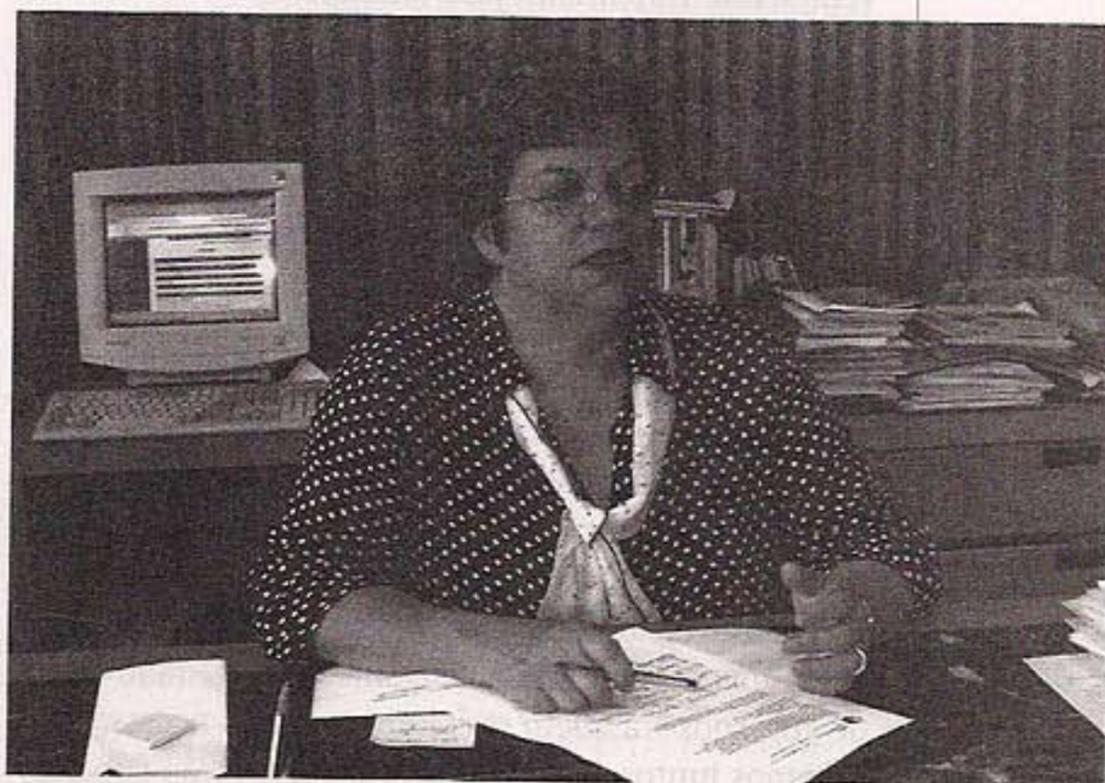
Educação superior é questão de Estado nacional

Ana Lúcia Gazzola é Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Este texto reproduz sua intervenção ao Seminário Nacional de Educação Superior promovido pelo Instituto Maurício Grabois (IMG) e pela Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados (Brasília/DF, em junho de 2004)

ANA LÚCIA GAZZOLA

*Ana Lúcia:
a universidade
é estratégica.*

Como pessoa da Universidade e cidadã brasileira, eu e a minha universidade estaríamos radicalmente contra e em oposição clara ao governo se o objetivo da chamada Reforma Universitária for de natureza fiscal. Se a proposta que vier do governo – e



aparentemente não é assim, estou até bastante entusiasmada – for uma proposta de desobrigação do Estado com relação à educação pública federal brasileira, e uma reforma que vise a restrições fiscais, estaremos contra.

Quero crer que não seja esta a reforma e há bons indícios pelos eixos apresentados pelo secretário do Ministério da Educação, Fernando Haddad, em reunião com a Andifes recentemente, que podem nos levar a ter esperança sempre renovada, mas prudente.

Poderemos estar de fato em um momento singular na história da educação brasileira para impulsionar transformações importantes que aliem a universidade pública federal e as demais instituições públicas federais de educação superior à agenda transformadora que a sociedade brasileira exige. E o governo foi eleito para executar o programa com especificações muito claras e no qual confiamos – pois não votamos em pessoas e sim em programas.

Posto isso, que é uma premissa política e uma premissa de compromisso institucional com esta grande instituição, talvez a mais republicana delas, que é a universidade pública brasileira, começarei a apresentar a proposta da Andifes. Ela está sendo entregue ao ministro da Educação que, convidado, aceitou vir à Andifes, simbolicamente, recebê-la.

Esta é uma proposta que já vem de muitos anos. Inclui um projeto de lei orgânica para as instituições federais de educação superior e há mais de 10 anos vem sendo trabalhado pela Andifes.

Educação superior: questão estratégica

O documento tem em seus pressupostos, ou pré-condições, alguns pontos que parecem ter eco nas medidas enunciadas pelo governo em sete eixos, que incluem autonomia; vinculação orçamentária que garanta o pleno funcionamento estável; políticas de recursos humanos; e missão da universidade. Esta universidade deve estar sempre cada vez mais contemporânea de seu tempo e antecipadora de seu futuro e do futuro da nação.

A universidade tem de ser vista pela sociedade e pelos governantes como instrumento de Estado e não de governos – a quem resistimos quando necessário e atuamos juntos quando podemos. Educação superior

é política e é instrumento de Estado. Compete aos governos executar as ações que possam redundar em transformações de médio e longo prazo, que direcionem de maneira produtiva a atuação do sistema de educação superior no Brasil – que ainda não existe – na direção de sua missão principal: o desenvolvimento pleno da sociedade brasileira. Missão esta que se configura na formação de recursos humanos com uma visão cidadã de seu país e pela produção do conhecimento mais avançado para sua inserção soberana no cenário mundializado – onde nações hegemônicas dominam através da informação e do saber, as duas moedas mais preciosas da contemporaneidade. É neste cenário que se desenvolvem as relações comerciais, como bem indica a questão dos agonegócios: o Brasil é deficitário em todos os aspectos da importação e exportação, menos no dos agonegócios, que subsidiam nossa balança comercial. No Brasil, este setor avançou nos últimos dez anos devido às pesquisas feitas apenas nas instituições de pesquisa e ensino públicas como Embrapa, USP, Unicamp, UFMG, Federal de Viçosa, Federal de Lavras, UFPE, e tantas outras.

A educação superior gera riqueza e permite, junto a outros fatores, sustentar o desenvolvimento de uma sociedade, que espera a distribuição de riqueza de forma justa e adequada. Esse sistema é estratégico, por isso educação superior tem de ser política de Estado.

Reforma?

A proposta da Andifes não fala de reforma universitária, porque isto é um nome fantasia. Primeiro porque falar de reforma hoje tem um viés um pouco anacrônico. A universidade pública brasileira não precisa de reforma. Sua história respeitável é que nos trouxe até aqui, e muito pior estaria o país se não tivéssemos tido este instrumento. Precisamos estar atentos e sempre nos reestruturando, além do mais, a universidade não é a totalidade da educação superior.

Logo, ao invés de falar de reforma universitária, embora não aceitemos o “nome fantasia”, a Andifes apresenta ao governo uma proposta de reestruturação do ensino superior no Brasil. E esta proposta reitera os princípios propostos que têm marcado a atuação da entidade.

Autonomia

Reiteramos a defesa da autonomia porque é aplicável, mas hoje menor do que antes da Constituição de 1988. Um exemplo muito simples pode ser dado: as nossas instituições hoje não contêm mais procuradorias. A Advocacia-Geral da União assimilou as nossas procuradorias. Nossos procuradores são os da Advocacia-Geral da União que, junto às instituições respondem ao ministro da pasta e não ao reitor. As universidades perderam a representação judicial e extrajudicial, e quem não tem representação no âmbito da Justiça não terá autonomia. Há falta de autonomia também na contratação de professores. Se esta reforma não reverter esta questão estaremos então chamando de reforma e de autonomia ao que jamais será e aceitando todos os resíduos autoritários que herdamos dos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso.

A crise das universidades não existe. O que está em crise é o Estado brasileiro. Agora, a crise do Estado brasileiro tem impactos nas universidades, gerando crises decorrentes nas instituições – que fazem 84% das pesquisas do país, formam os melhores quadros em todos os setores, representam os grandes avanços em patentes nacionais e internacionais. Temos também muitos problemas e muito que avançar, a exem-

plo dos currículos anacrônicos. Conseguimos flexibilizar nossos projetos acadêmicos, mas não estamos conseguindo crescer como deveríamos nos cursos noturnos.

Privatização X investimento

A universidade está sendo privatizada de dentro, mas não pelas fundações de apoio – que se bem controladas podem ter um bom papel – mas porque os professores estão sendo levados a privatizar seu tempo de trabalho, pois precisam complementar salário. É uma privatização muito mais perversa, mais difusa e difícil de controlar do que qualquer cobrança de taxa.

Sou favorável à educação pública e gratuita, e por muitas razões. Não existe na história do mundo contemporâneo nenhuma universidade de ensino de referência e pesquisa de verdade que não seja fortemente subsidiada pelo poder público. Estão aí Harvard e o MIT, nos EUA, que não me deixam mentir: os alunos que pagam não chegam a 15% dos orçamentos dessas universidades.

Pesquisa é matéria de soberania nacional, e pesquisa é fator muito caro – e o Brasil tem duas opções: soberania ou dependência no cenário de uma sociedade em que o conhecimento é a principal moeda.

Esta é a opção que o Congresso Nacional tem de

Financiamento (trecho do documento da Andifes)

Ao longo da década de 1990, a destinação de recursos públicos às IFES sofreu uma drástica redução, cujas conseqüências perversas no cotidiano das instituições são cada vez mais visíveis. A definição das formas de financiamento e a reafirmação do compromisso inequívoco do Estado com a educação superior pública propiciaram a inversão dessa tendência histórica e o estabelecimento de um investimento, planejado e contínuo, na modernização e no crescimento da educação pública. A captação adicional de recursos de outras fontes, sempre subordinada ao exercício das missões precípua do ensino superior, sob nenhuma circunstância deve desonerar a obrigatoriedade do financiamento integral por parte do Poder Público, condição necessária para o pleno e efetivo exercício da autonomia. O papel das fundações de apoio deverá ser revisto, uma vez

definido o cenário de funcionamento das IFES sob o regime de autonomia.

A definição das fontes de financiamento possibilitará, inclusive, a adoção de estratégias capazes de contribuir para o fortalecimento do sistema como um todo. Além de atuar nos planos do ensino, da pesquisa e da extensão, as IFES constituem um vetor de desenvolvimento local e regional. Desse ponto de vista, o financiamento precisa considerar, sempre, tanto a expansão e o fortalecimento das maiores, e mais antigas, Universidades, quanto a criação de novas unidades e, ainda, o crescimento e a qualificação das instituições menos amadurecidas do sistema. Tais medidas deverão favorecer uma melhor distribuição da base científica nacional, a superação de desequilíbrios regionais e a elaboração de estratégias favorecedoras de arranjos produtivos locais.

fazer. Esta é a opção que o governo tem de fazer: a educação superior pública é onde se faz pesquisa e deve ser política de Estado. Não pode ser de outra forma.

A reforma atual

Por que estamos falando de reforma? É claro que as universidades, as instituições de ensino superior, têm de viver em estado permanente de análise, ter sensibilidade com as mudanças e atenção voltada para o novo. Esperamos que deva ser esta a atitude permanente das instituições.

Entretanto, em alguns momentos a história ganha uma densidade inédita e determinadas questões são vistas de maneira mais aguda, fazendo com que escolhas e decisões efetivadas impliquem em conseqüências de duração mais longa. Hoje, no Brasil, acreditamos que felizmente estamos vivendo um desses momentos.

A concepção de educação superior como política de Estado é indispensável para que nosso país alcance os desejados patamares de desenvolvimento e a criação de um sistema nacional de educação superior capaz de construir e implementar novos marcos reguladores no campo da educação. Hoje se constitui uma oportunidade inédita para serem delineadas estratégias de longo prazo para o constante desenvolvimento das instituições de ensino superior brasileiras como instrumento de um projeto de nação que ainda não temos.

A universidade tem de ser parte de um projeto de nação; e se os governos e os parlamentares não trabalharem com as forças populares e a sociedade civil na direção de construir um projeto de nação, falar de missão de universidade é um discurso vazio. Porque a missão da universidade é dupla: ela tem de ser voltada a uma história quase milenar desta instituição no mundo ocidental, e também oriental, que tem de decorrer de uma dupla fidelidade: por um lado, ao conhecimento e ao saber por seu valor libertário, humanista, ao cultivo livre do conhecimento da razão; mas, por outro, à capacidade de que esta excelência, de que este saber, torne-se relevante e estendido às maiores camadas possíveis da sociedade, com acesso a todos os segmentos da sociedade e com equalização de oportunidades.

Estamos sendo chamados a confirmar esta vocação universitária: essa lealdade à tradição do saber e dos valores da ética e do conhecimento, e a necessidade de a universidade se tornar consciente da necessidade de uma inserção esclarecida no tempo e no espaço – neste nosso país de tantas desigualdades, neste tempo de tantas dificuldades, mas também de tantas possibilidades.

Políticas inclusivas de ideário republicano, caracterizador das sociedades modernas, constituem nos dias de hoje uma meta inadiável no campo da educação brasileira. Trata-se, então, de estabelecer procedimentos capazes de assegurar a manutenção e a ampliação dos patamares de qualidade tão heroicamente alcançados pelo sistema público de ensino superior brasileiro. Mas, ao mesmo tempo, de garantir um espalhamento mais uniforme deste sistema no território nacional, superando as nossas imensas desigualdades regionais. Finalmente, torná-lo mais acessível a todos os segmentos da população brasileira; portanto, superando e tentando superar as imensas desigualdades sociais, étnicas, de gênero, das pessoas com necessidades especiais.

Mas não se pode abrir-mão do mérito, porque o mérito também é um bem público, tanto quanto a educação superior. É possível fazer e buscar a democratização do acesso com uma variedade de instrumentos sem perder o mérito, que é a escolha dos melhores talentos de cada segmento, para que venham, através da educação superior, profissionalizar-se e ter realmente uma visão do país mais cidadã e mais completa.

Problemas

É fundamental que o encaminhamento do debate coloque em questão os problemas levantados pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Estamos falando em autonomia aqui quando a OMC votará em janeiro de 2005 – faltam 8 meses – a inclusão da educação no Acordo Geral de Serviços, a educação superior vai ser “tratada como banana”. Por exemplo, não poderia haver subsídio. Quando a OMC chegar a discutir que os investimentos do governo brasileiro no sistema público de ensino são subsídios, vamos ter de discutir se podemos aplicar dinheiro público para as universidades federais lá em Genebra (!).

Isso é muito grave. E não tomemos esta questão de forma leve: a OMC quer também regular como serviço o patrimônio difuso: folclore, culinária, artesanato... Isso se chama globalizar e transformar em mercadoria controlada pela OMC os valores identitários de nossa sociedade.

Princípios

Os dois princípios que a Andifes advoga são: afirmação da educação superior como política de Estado e criação do conceito de educação superior como sistema nacional.

Quais seriam, então, os fundamentos da educação como política de Estado? Ela é um bem público, condição de desenvolvimento humano, econômico e social e de afirmação de valores e identidades culturais.

A educação superior tem de fazer formação ao mesmo tempo profissional e cidadã. Ela é condição de inclusão social duradoura. Ela tem de contribuir para a diminuição das desigualdades sociais e regionais. Ela deve abrigar a pluralidade e a diversidade e ser pautada por valores democráticos. Ela tem de atingir patamares cada vez mais avançados de qualidade. O conhecimento como bem público tem de ser qualidade e pertinência. Outra coisa importantíssima é a cooperação internacional.

Quanto à educação superior como sistema nacional, acreditamos que a valorização da qualidade é o valor fundamental e deve orientar a construção deste sistema. A educação superior tem de ser referência para todo o sistema educacional. Depende dela a qualidade da educação básica. Formamos os professores, fazemos a produção teórica e metodológica, inclusive de livros didáticos. Temos de prover a educação básica continuada e o MEC está lançando um programa muito interessante neste sentido.

Sem dúvida o ensino público superior tem de ser a referência. Tem de ser não, ele já é em qualidade, mas ainda insignificante em quantidade. Há várias décadas quando fiz meu curso superior, éramos 75% dos alunos em ensino público e 25% do setor privado. Hoje são 80% do setor privado e 20% do setor público. O sistema federal tem mais ou menos 15%. Quantidade não é qualidade. Mas se sua quantidade for insignificante, você não tem legitimidade para pleitear

referência de qualidade. Então, a expansão do ensino é uma coisa que temos de fazer.

Hoje o Brasil atende apenas a 9% de seus jovens entre 18 e 24 anos em educação superior. Para não comparar com os EUA e Canadá, vamos comparar com a Argentina que atende a 40%. O Brasil perde na América do Sul também para a Bolívia e o Paraguai.

Um novo marco legal

Um novo marco legal deve formalizar o sistema nacional de educação superior. Só a universidade pode ter autonomia num sistema heterogêneo em modelos de instituições. Há lugar para todas, desde que tenha qualidade e a necessidade de modelos diferenciados de formação. Mas autonomia é para instituição que associa – de fato – ensino, pesquisa e extensão. E por pesquisa não se entende estudo, mas produção de conhecimento novo para o avanço do próprio conhecimento.

Agora, autonomia não é soberania. A universidade pública, não só ela, a educação é um bem público, uma concessão do poder público.

O governo tem de exercer um poder regulador rigoroso de todo o sistema e, no caso das universidades também. Mas não apenas pelo TCU, pela Secretaria Regional de Controle, pelo Ministério Público... Tudo isso é necessário, mas precisamos ser regulados pelo Congresso Nacional e ser cobrados pela sociedade civil – pois temos uma função pública, que nos foi delegada pela sociedade.

Temos de ter no sistema de educação superior formas de avaliação muito mais complexas e sofisticadas do que as pontuais que temos até agora, e que dêem resposta às metas de desenvolvimento da sociedade brasileira definidas no Congresso Nacional. A instituição também pode ter metas. Mas onde deverão ser estabelecidas as metas? No Congresso Nacional, que é o foro mais legítimo. É um fórum onde todas as forças estão representadas.

No sistema privado, fundamental para o atendimento de toda a demanda, há instituições muito sérias, que merecem nosso respeito e que de fato trabalham pelo interesse público. Mas há outras que deveriam ser fechadas. E nesse sentido algumas das propostas do governo devem ser examinadas cuidadosamente para separar “filantropia” de “pilantrópia”.

50 anos da morte de Getúlio Vargas

Pela passagem do 50º aniversário da morte de Getúlio Vargas, *Princípios* apresenta na íntegra a histórica “Carta Testamento”. Além da Carta publicamos na seqüência dois outros textos para fomentar este debate suscitado por ocasião desta data

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1954

“Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.

Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o

trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos

grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobras foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre.

Não querem que o povo seja independente. Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruía os valores do

Escrita momentos antes de seu suicídio – ocorrido na madrugada de 23 para 24 de agosto de 1954 – esta epístola nos remete ao antigo e atual debate acerca dos dois caminhos postos à nação brasileira: projeto nacional versus submissão imperialista. Não é por acaso que o “fim da Era Vargas” era, e ainda é, uma das principais bandeiras proclamadas pelos chefes do projeto neoliberal dos anos 90, com destaque para Fernando Henrique Cardoso e seus dois governos.

FOLHA DA MANHÃ

PROPRIEDADE DA EMPRESA "FOLHA DA MANHÃ" S.A.

ANO XII

São Paulo - Quarta-feira, 25 de agosto de 1934

N.º 3.311

O PRESIDENTE CAFÉ FILHO ORGANIZA O NOVO GOVERNO

O novo chefe do Executivo pretende formar um ministério de coalizão — Eduardo Gomes na Aeronáutica, Ivo de Souza e Goulbet na Marinha

EM PLENO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA O SUCESSOR DO SR. GETULIO VARGAS

RIO, 24 (Paraná) — O sr. Café Filho já está no pleno exercício da presidência da República, de acordo com o que estipula o preceito constitucional, não havendo necessidade de juramento.

Prêmio de honra do novo presidente

Em seu discurso inaugural, o novo presidente da República, Sr. Café Filho, fez um longo e eloquente discurso, no qual se pronunciou a favor da unidade nacional e da paz social.

PUTADOS SUSPENDER OS SEUS TRABALHOS

Centenas de funcionários públicos e militares já foram suspensos por não prestarem o juramento de fidelidade ao novo presidente.

Retorno de alguns ministros

Alguns ministros do governo anterior já foram chamados de volta para o novo governo.

Formação do novo ministério

O novo presidente já começou a organizar o seu ministério, com a nomeação de Eduardo Gomes para a pasta da Aeronáutica.

Declaração de Café Filho

O sr. Café Filho declarou que seu primeiro dever é manter a unidade nacional e a paz social.

Reação da imprensa

A imprensa brasileira reagiu favoravelmente à nomeação de Café Filho para a presidência.

Reação da população

A população brasileira recebeu com entusiasmo a notícia da posse de Café Filho.

Reação dos estrangeiros

Os estrangeiros reagiram favoravelmente à nomeação de Café Filho.

Reação dos militares

Os militares brasileiros reagiram favoravelmente à nomeação de Café Filho.

Reação dos políticos

Os políticos brasileiros reagiram favoravelmente à nomeação de Café Filho.

Reação dos jornalistas

Os jornalistas brasileiros reagiram favoravelmente à nomeação de Café Filho.

Reação dos estudantes

Os estudantes brasileiros reagiram favoravelmente à nomeação de Café Filho.

Reação dos trabalhadores

Os trabalhadores brasileiros reagiram favoravelmente à nomeação de Café Filho.

Reação dos empresários

Os empresários brasileiros reagiram favoravelmente à nomeação de Café Filho.



Presidente Getúlio Vargas

A TRAGÉDIA QUE EMOCIONA O BRASIL

SUICIDA-SE NO PALACIO DO CATETE O PRESIDENTE GETULIO VARGAS

Escravos em breve libertos e mortos em paz após a libertação — Os últimos momentos de café do governo — Transferência do corpo, hoje, para São Berja — A família desfruta honras oficiais

Pesar dos laurais, pela morte do presidente Vargas

O sr. Getúlio Vargas morreu de repente, em sua residência, no Palácio do Catete, em São Paulo, às 10 horas da noite.

Os médicos que foram chamados para atender o presidente não conseguiram salvar a vida do chefe do Executivo.

O sr. Vargas morreu de um ataque cardíaco, após sofrer de uma doença prolongada.

Seus últimos momentos foram passados em paz, cercado por sua família.

O corpo do presidente será transferido para São Berja, onde será sepultado.

A família do sr. Vargas desfrutará de honras oficiais por causa de sua morte.

Os brasileiros lamentam profundamente a morte do sr. Vargas.

Os estrangeiros também lamentam a morte do sr. Vargas.

Os militares lamentam a morte do sr. Vargas.

Os jornalistas lamentam a morte do sr. Vargas.

Os estudantes lamentam a morte do sr. Vargas.

Os trabalhadores lamentam a morte do sr. Vargas.

Os empresários lamentam a morte do sr. Vargas.

Os políticos lamentam a morte do sr. Vargas.

Os jornalistas lamentam a morte do sr. Vargas.

Os estudantes lamentam a morte do sr. Vargas.

Os trabalhadores lamentam a morte do sr. Vargas.

Os empresários lamentam a morte do sr. Vargas.

Os políticos lamentam a morte do sr. Vargas.

Os jornalistas lamentam a morte do sr. Vargas.

Os estudantes lamentam a morte do sr. Vargas.

Os trabalhadores lamentam a morte do sr. Vargas.

Os empresários lamentam a morte do sr. Vargas.

Os políticos lamentam a morte do sr. Vargas.

Os jornalistas lamentam a morte do sr. Vargas.

Os estudantes lamentam a morte do sr. Vargas.

Os trabalhadores lamentam a morte do sr. Vargas.

Os empresários lamentam a morte do sr. Vargas.

Os políticos lamentam a morte do sr. Vargas.

Os jornalistas lamentam a morte do sr. Vargas.

Os estudantes lamentam a morte do sr. Vargas.

Os trabalhadores lamentam a morte do sr. Vargas.

Os empresários lamentam a morte do sr. Vargas.

Os políticos lamentam a morte do sr. Vargas.

Os jornalistas lamentam a morte do sr. Vargas.

trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater a vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos.

Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão.

E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História".

GETÚLIO VARGAS

A luta pela autonomia

Sob Vargas, o modelo de desenvolvimento era animado por um projeto nacional autônomo e soberano, que os neoliberais – com FHC à frente – prometeram destruir

JOSÉ CARLOS RUY

Ao despedir-se do Senado, em dezembro de 1994, já presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso assim definiu o centro de sua tarefa à frente do executivo federal: colocar um fim à chamada “era Vargas”. É, disse, “um pedaço do nosso passado político que ainda trava o presente e retarda o avanço da sociedade”. E, para não deixar dúvidas a respeito do que falava, completou: refiro-me “ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista.”

Abria-se mais uma etapa, talvez a mais grave, da luta entre o liberalismo de setores das classes dominantes brasileiras, do imperialismo e do grande capital (hoje designado como neoliberalismo), e a necessidade de reformas profundas na estrutura da sociedade brasileira para atender aos anseios de nosso povo e às necessidades do país. Trata-se de uma disputa que acompanha todo o período independente de nossa história, que se aprofundou depois da proclamação da República. Disputa que, depois de 1930, com a emergência de novas forças políticas dominantes que passaram a controlar o governo federal, colocou-se em outro patamar.

Até 1930, o conflito entre as duas correntes manifestou-se principalmente no choque entre os que defendiam a necessidade de industrialização, contra

*Vargas
assina a
criação da
Petrobras.*



os que defendiam a vocação agrícola do país e a integração da economia brasileira no mercado mundial como produtor de produtos coloniais. A partir de 1930, a correlação de forças muda e o sonho industrialista começa a tomar forma num modelo de desenvolvimento que ficou conhecido, mais tarde, como nacional-desenvolvimentismo, cuja expressão mais clara deu-se no segundo governo Vargas, a partir de 1951, e que preconizava o uso dos instrumentos do Estado para a promoção da infraestrutura necessária ao desenvolvimento de uma indústria brasileira de bens de capital vista como a base para a industrialização autônoma do país.

Era um quadro difícil em que os novos dominantes não tiveram forças, ou disposição política, para derrotar de vez a velha oligarquia – derrotada em 1930, mas não eliminada. O poder político passou a ter novos sócios e a orientação econômica adotada contemplou também os interesses dos industriais, ao lado dos interesses do latifúndio e do grande capital comercial. Mesmo assim a industrialização se aprofundou – apesar da resistência dos velhos livre cambistas ligados ao latifúndio e ao imperialismo. Sob seu governo, foi marcante a intervenção estatal em favor da industrialização. Vargas também criou condições para a incorporação dos trabalhadores à vida política ao adotar uma

legislação trabalhista (que incorporou antigas reivindicações operárias) e ao transformar os sindicatos em verdadeiros órgãos do Ministério do Trabalho no movimento operário (subordinando a atividade dos trabalhadores e orientando-as dentro dos estritos limites permitidos pelo modelo de desenvolvimento adotado).

Este modelo voltou ao centro da política econômica brasileira depois de 1945, quando Getúlio foi deposto por militares ligados aos norte-americanos, e pela elite que via no nacionalismo do presidente uma ameaça a seus interesses. Assim, quando Getúlio voltou à presidência, trazido pelo voto popular, em 1950, nova crise se abriu. Embora moderado, o nacionalismo de Vargas assustava as elites e o capital estrangeiro, que se movimentaram para impedir sua posse.

O choque entre os dois modelos continuou sob Juscelino Kubitschek, que governou de 1955 a 1961. Juscelino fez uma mudança fundamental no modelo nacional-desenvolvimentista de Vargas e inaugurou um período de crescimento econômico baseado no capital estrangeiro cujo foco era o setor de bens de consumo duráveis (como eletrodomésticos, automóveis etc), abrindo as portas para as multinacionais, aprofundando um modelo, mais tarde chamado de dependente associado, aceitável para as classes dominantes, principalmente as elites agrárias e o capital financeiro, e para o imperialismo. Não alterava a estrutura social do país e tinha a vantagem, para elas, de manter o movimento operário sob controle. O latifúndio continuava intocado, o capital financeiro aprofundava a ligação com o imperialismo, a burguesia fazia bons negócios com as multinacionais e a classe trabalhadora parecia satisfeita com os empregos abertos pelas novas indústrias. Todos pareciam felizes e a concórdia parecia finalmente instalada na sociedade brasileira.

As contradições do período JK foram maquiadas pelo crescimento econômico. O ímpeto da produção industrial transformava profundamente a sociedade brasileira e, no campo, o impacto do capitalismo mudava a vida dos trabalhadores rurais com a crise do colonato (sistema em que o lavrador morava na fazenda e era remunerado pelo salário e pelo direito de ficar com parte da produção ou produzir para seu próprio consumo); começou, então, a crescer o número

dos diaristas (depois conhecidos como bóias-frias).

A luta se agravou depois de 1961, quando Jânio Quadros, cuja eleição para a presidência foi encarada pelas forças conservadoras como uma “revolução pelo voto”, renunciou, abrindo caminho para que um herdeiro direto de Getúlio Vargas, o vice João Goulart, assumisse a presidência. Os ministros militares de Jânio tentaram impedir a posse de Goulart, iniciando uma crise que quase chegou à guerra civil. Mas, foram derrotados e Goulart assumiu a presidência. Apesar de vacilante e ambíguo, seu governo foi marcado pelo esforço de implantação das chamadas reformas de base que poderia dar as bases para um desenvolvimento nacional autônomo. Pensava-se em ampliar a democracia, em realizar uma reforma agrária capaz de fixar o trabalhador rural no campo e formar um mercado interno para a indústria, adotou-se algumas medidas para disciplinar o capital estrangeiro (a principal delas foi a lei de remessas de lucros).

Quando Goulart foi deposto em 1964, os conservadores tentaram, inicialmente, voltar ao modelo de desenvolvimento liberal pré-1930, com Octávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos à frente da economia, durante o governo do marechal Castelo Branco. Mas, embora ditatorial, o período militar foi marcado pelo mesmo conflito entre os dois modelos de desenvolvimento, e a combinação contraditória entre as duas correntes – os militares ligados ao imperialismo, de um lado, e os nacionalistas de direita, de outro, marcou as disputas do período.

Ao contrário da opinião dominante – expressa por Fernando Henrique Cardoso em seu discurso de despedida do Senado – o modelo de desenvolvimento dos militares não foi o chamado nacional-desenvolvimentismo. O que se implementou nesse período foi o modelo associado dependente inaugurado sob Juscelino e, sob estas condições, o resultado foi uma internacionalização inaudita da economia brasileira. Uma presença maciça do imperialismo na economia, e o agravamento de problemas estruturais crônicos, que atravessam a história do país, mantêm e reforçam o caráter dependente de seu desenvolvimento, e impedem o pleno florescimento de todas as capacidades (técnico, artísticas, culturais, científicas, produtivas) de nosso povo.

O fim da ditadura militar, com a eleição de

Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, em 1985, abriu um período de transição democrática tumultuado. O Brasil estava, como corretamente registrou o Partido Comunista do Brasil naquela época, em uma encruzilhada histórica que impunha, justamente, a opção entre os dois modelos de desenvolvimento: a busca da autonomia e da soberania, ou o reforço da dependência e da integração subordinada do país à economia mundial. Foi esta segunda opção que prevaleceu com as eleições de Fernando Collor de Mello, em 1989, e Fernando Henrique Cardoso, em 1994 e 1998. Seus governos impuseram o modelo neoliberal, que desmantelou importantes instrumentos da soberania do Estado brasileiro. E subordinou ainda mais o país aos ditames do FMI, levando à mais grave ameaça contra a soberania brasileira desde a Independência, em 1822.

A investida de Fernando Henrique Cardoso contra a chamada “era Vargas”, em 1994, já indicava sua clara opção pelo retorno ao mesmo modelo de desenvolvimento vigente antes da revolução de 1930. O modelo que preconizava estava baseado na estabilidade macroeconômica, e numa agenda de modernização que “nada tem em comum com um desenvolvimentismo à moda antiga, baseado na pesada intervenção estatal”. E ele era claro: alegava ser “preciso resgatar o Estado da pilhagem dos ‘interesses estratégicos’, das ‘conquistas sociais’ exclusivistas, do corporativismo – numa palavra, dos privilégios que distorcem a distribuição de renda”. Isto é, investir fundamentalmente contra as conquistas sociais dos trabalhadores. Outro pilar desse modelo, que só é considerado “moderno” quando se esquecem seus antecedentes anteriores a 1930, é a abertura da economia,

que FHC declarava ser preciso levar adiante incluindo nela “os setores financeiro e de serviços – e sua integração ao mercado mundial”, numa “nova relação Estado-mercado” em que o “Estado produtor direto passa para segundo plano. Entra o Estado regulador, não no sentido de espalhar regras e favores especiais a torto e a direito, mas de criar o marco institucional que assegure plena eficácia ao sistema de preços relativos, incentivando assim os investimentos privados na atividade produtiva.” Finalmente, dizia, era preciso eliminar as “restrições anacrônicas ao investimento estrangeiro”, adotando “regras claras sobre a movimentação de capitais do exterior e para o exterior”.

FHC bem que se esforçou para varrer a “era Vargas” e seu modelo de desenvolvimento. Mas, sem um projeto nacional – ao contrário, subordinado por uma visão neocolonialista – seus oito anos de mandato permitem uma visão clara do contraste entre os dois modelos e a necessidade – que se impõe – da retomada do rumo do desenvolvimento autônomo e soberano, com valorização do trabalho; desafio recocado para as forças progressistas e avançadas de nossa sociedade. E que tem, no projeto nacional legado por Vargas, corrigido a partir das necessidades e das condições concretas atuais do desenvolvimento brasileiro, uma base avançada para a retomada desse caminho.

A vitória da Frente Lula Presidente em 2002 e a posse do novo governo concretamente instaurou essa possibilidade.

José Carlos Ruy é jornalista e editor de Princípios.

Bibliografia

- BANDEIRA, Moniz, *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*, Civilização Brasileira, RJ, 1977.
- BENEVIDES, Maria Victória M., *A UDN e o udenismo*, Paz e Terra, 1981.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso de despedida do Senado*, 14/12/1994.
- CARONE, Edgard, *A República liberal - II (Evolução Política - 1945/1964)*, Difel, SP, 1985.
- DINIZ, Eli, *Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930/1945*, Paz e Terra, RJ, 1978.
- DULLES, John W. Foster, *Getúlio Vargas - biografia política*, Renes, RJ, s/d.
- LUZ, Nícia Vilela, *A luta pela Industrialização do Brasil*, Alfa-Ômega, SP, 1975.
- MARANHÃO, Ricardo, *O governo Juscelino Kubitschek*, Brasiliense, SP, 1984.
- SKIDMORE, Thomas, *Brasil: de Getúlio a Castelo*, Paz e Terra, RJ, 1992.

Radicalização e crise do segundo governo Vargas

O segundo governo Vargas não era um governo subserviente ao imperialismo norte-americano.

Por outro lado, não era também um governo de caráter essencialmente antiimperialista

AUGUSTO C. BUONICORE

A posição assumida pelos comunistas brasileiros em relação ao segundo governo Vargas causa perplexidade em grande parte dos estudiosos brasileiros. A sua definição como "títere do imperialismo norte-americano" soa estranha aos nossos ouvidos, que já se acostumaram com a caracterização deste como antiimperialista e até mesmo como democrático e popular.

Um estudo mais profundo do conjunto das medidas implementadas durante este governo nos conduz a afirmar terem existido graves limitações na análise dos comunistas. O segundo governo Vargas não era um governo subserviente ao imperialismo norte-americano. Mas, não era também um governo de caráter essencialmente antiimperialista. Era, na verdade, um governo burguês permeado por inúmeras contradições e em permanente disputa entre as correntes entreguistas e nacionalistas. No entanto, no decorrer do tempo, a correlação de forças entre as duas tendências se deslocou num sentido favorável ao nacionalismo.

O importante é constatar que este resultado não estava dado desde o início do processo. Em alguns momentos a luta pareceu perdida para as correntes

que defendiam um projeto de desenvolvimento nacional autônomo. A correlação de forças pró-nacionalismo foi sendo construída através de acirrada luta política – que se traduziu também numa luta de idéias entre os defensores de programas econômicos distintos e contrapostos. Foi sendo redefinida também nos choques permanentes entre os interesses do país e os interesses do imperialismo norte-americano, que se colocava contra qualquer tipo de alternativa industrialista.

Tendo em vista as etapas desta luta podemos, grosso modo, dividir o governo Vargas em duas fases distintas. Uma primeira – entre 1951 e 1953 –, marcada pela política de conciliação com as correntes entreguistas e com os interesses geopolíticos norte-americanos; e uma segunda – entre 1953 e 1954 – na qual predominou uma atitude mais decidida no sentido de dar curso à construção de um modelo de desenvolvimento nacional autônomo. Justamente neste momento entrou em conflito aberto com o projeto do imperialismo, e de seus aliados no país, e acabou sendo derrubado por um golpe de Estado. Trataremos neste artigo apenas sobre esta segunda fase.

A luta operária e a radicalização do governo

No dia 26 de março de 1953 eclodiu uma das maiores greves operárias da história brasileira que durou cerca de um mês, envolvendo 300 mil trabalhadores paulistas. O Partido Comunista teve um papel destacado neste movimento. A greve teve um forte impacto na vida política nacional. Conflitos violentos ocorreram durante todo o movimento. Milhares de trabalhadores foram presos e espancados pela polícia. Poucas semanas depois entraram em greve nacional mais de 100 mil marítimos. Estas greves criaram as condições para que se constituísse um embrião de central sindical, o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), sob hegemonia comunista.

Em meio ao movimento grevista realizou-se uma reunião do Comitê Nacional do PCB. O informe de Prestes manteve a visão negativa em relação à presidência Vargas que continuou sendo definida como “um governo de traição nacional, um governo de guerra, de fome e de reação (...) que procura levar o país ao fascismo” e concluía conclamando a necessidade de “desencadear contra o atual governo a luta firme e sistemática que o desmascare e o isole das massas”.

Em 15 de junho de 1953, visando recobrar o terreno perdido para os comunistas no movimento operário e sindical, Vargas indicou João Goulart para o Ministério do Trabalho. A reforma ministerial, no entanto, foi mais abrangente e alterou seis dos sete ministros civis. Vargas trouxe para o ministério os seus velhos companheiros do movimento de 1930, como Osvaldo Aranha, José Américo de Almeida e Vicente Rao, e Tancredo Neves. A reforma derrubou o americanófilo João Neves da Fontoura do Ministério das Relações Exteriores e o neoliberal Horácio Lafer do Ministério da Fazenda. Neste mesmo processo houve o fortalecimento da Assessoria Econômica da Presidência da República, comandada pelo nacionalista Rômulo de Almeida. Estava aberto o caminho para a radicalização da política nacionalista.

Em outubro de 1953 Vargas sancionou a lei que estabelecia o monopólio estatal do petróleo. Em 20 de dezembro, Vargas denunciou os excessos na remessa de lucro das empresas estrangeiras instaladas no Brasil e em janeiro de 1954 assinou decreto em que

estabeleceu um limite de 10% para remessas de lucros e dividendos para o exterior. Neste período foi criada a Eletrobras e aprovado um ousado plano de eletrificação.

A resposta conservadora não esperou. Em pleno processo de reestruturação ministerial a oposição udenista denunciou o financiamento feito pelo Banco do Brasil ao jornal Última Hora, único órgão de imprensa favorável ao governo.

Diante do crescimento do movimento grevista, no início de fevereiro de 1954, Goulart apresentou a proposta de reajuste de 100% no salário mínimo. Um valor 54% acima da inflação acumulada desde o último reajuste. Levantou-se uma onda de protesto da burguesia e dos setores conservadores da sociedade. A UDN lançou um manifesto denunciando Goulart como subversivo. No dia 8 de fevereiro, oficiais das forças armadas lançaram o documento conhecido como “Memorial dos Coronéis”. Surgiram acusações de que Vargas e Jango queriam instaurar uma República Sindicalista no Brasil.

Diante da pressão conservadora o governo ensaiou um recuo e, no dia 22, destituiu Goulart. No entanto, a destituição não aplacou a oposição de direita, apoiada pelo imperialismo norte-americano. Em abril de 1954 João Neves da Fontoura, ex-ministro de Vargas, denunciou uma suposta articulação de um pacto entre os governos brasileiro, chileno e argentino para se oporem aos interesses dos Estados Unidos na região – que seria o Pacto ABC. Em 16 de junho de 1954 a UDN solicitou impedimento de Vargas, que foi derrotado por uma ampla margem de votos.

Vargas decidiu manter a radicalização do regime, visando aproximá-lo das classes populares. No primeiro de maio de 1954, num ato inesperado, fez um discurso no qual afirmou: “Hoje vocês estão com o governo. Amanhã vocês serão o governo” e apresentou o decreto de reajuste de 100% do salário mínimo, índice que havia sido o motivo para a destituição de Goulart poucos meses antes.

O governo fazia uma inflexão significativa na sua estratégia e apontava para uma aliança preferencial com as classes populares. Era o fim da política de conciliação. O PCB não compreendeu este movimento ocorrido em meados de 1953, após a reforma ministerial, mas a burguesia brasileira sim e iniciou uma oposição sistemática ao governo, que

acabou acarretando a sua destituição.

No seu projeto de programa publicado em dezembro de 1953, quando Vargas já havia avançado em sua guinada à esquerda, o PCB erroneamente ainda afirmava: "O governo Vargas tudo faz para facilitar a penetração do capital americano em nossa terra, a crescente dominação dos imperialistas norte-americanos e a completa colonização do Brasil pelos Estados Unidos (...) A política externa do governo Vargas é ostensivamente ditada pelo Departamento de Estado norte-americano, sendo a delegação brasileira na ONU mundialmente conhecida por sua atuação subserviente ao governo dos Estados Unidos".

Segundo os comunistas brasileiros, o governo de Vargas continuaria sendo "um governo de preparação de guerra e de traição nacional, um governo inimigo do povo. O governo Vargas é um instrumento útil e necessário aos imperialistas americanos e que facilita a completa colonização do Brasil pelos Estados Unidos". E concluiu: "O povo brasileiro levantar-se-á contra o atual estado de coisas, não admitirá que o governo de Vargas reduza o Brasil a colônia dos Estados Unidos. O atual regime de exploração e opressão a serviço dos imperialistas americanos deve ser destruído e substituído por um novo regime, o regime democrático e popular". Isto era escrito quando o imperialismo já estava em franca ofensiva visando derrubar o governo e substituí-lo por um governo títere.

O golpe contra Vargas

A tentativa de assassinato do jornalista oposicionista Carlos Lacerda e a morte de um major da aeronáutica, ocorridas em 5 de agosto de 1954, seriam os pretextos encontrados para que um golpe fosse dado contra Getúlio. Apesar do envolvimento do chefe da guarda pessoal do presidente, as investigações feitas pelos próprios inimigos do governo não comprovaram qualquer envolvimento direto de Vargas no atentado.

No dia 9 de agosto o jornal *Correio da Manhã* pediu que Vargas renunciasse. "A renúncia do Presidente da República, afirmou o jornal, não significa uma derrota, nem uma humilhação. Deixará o governo sem ser deposto ou vencido (...) Um regime não é um homem, e está nas mãos do Senhor

Getúlio Vargas o gesto patriótico de um sacrifício pessoal para que se mantenha de pé o regime e íntegra a Constituição, juntamente com a ordem pública e a tranqüilidade dos espíritos". A mesma conclamação era feita pelo conjunto da grande imprensa brasileira – a exceção do jornal *Última Hora*. A oficialidade das Forças Armadas, dirigida pelos setores entreguistas, já se movimentava para derrubar o governo constitucional.

Em 24 de agosto, diante do golpe militar em curso, o presidente se suicidou. As condições de sua morte, e especialmente o forte teor nacionalista de sua carta-testamento, levaram a uma verdadeira rebelião popular nas grandes cidades brasileiras. As redações dos jornais e sedes dos partidos oposicionistas foram atacadas pela multidão enfurecida. A massa tentou atacar a embaixada norte-americana, encarada como principal articuladora do golpe de Estado. O líder civil da campanha contra Getúlio, e pivô da crise que levou ao golpe e ao suicídio, Carlos Lacerda, foi obrigado a se esconder e depois deixou o país.

Até o dia do golpe os comunistas se aferraram na sua postura de oposição sistemática ao governo. Em 6 de março, pelas páginas do jornal *Voz Operária*, Diógenes Arruda reafirmou a opinião de que Vargas era "um instrumento servil dos imperialistas norte-americanos". No dia 12 de agosto o jornal comunista paulista *Notícias de Hoje* afirmou que o conflito político de Vargas com a oposição entreguista, encabeçada pela UDN, era "uma luta entre dois bandos perfeitamente idênticos", pois os dois grupos defenderiam "uma política de submissão completa aos monopólios norte-americanos e ao governo de Washington".

Ainda no dia 24 de agosto, dia do golpe e suicídio de Vargas, o jornal comunista *Imprensa Popular* publicou uma longa entrevista de primeira página com Luís Carlos Prestes, na qual ele afirmava: "O sr. Vargas já confessou repetidamente que não se sente bem nas suas roupagens de presidente constitucional, mas falta-lhe ainda a força indispensável para realizar o golpe de Estado, liquidar os últimos vestígios constitucionais implantar a ditadura terrorista que almeja. Neste sentido, a ameaça maior vem da UDN, que cinicamente ainda pretende passar por oposicionista e que tem a frente um grupelho de generais fascistas (...) procuram apresentar-se como salvadores da

pátria e pensam ainda poder enganar o povo, criar um 'novo governo' (...) que lhe permita, melhor que Vargas, realizar a política de traição nacional, de fome e reação impostas pelos trustes norte-americanos e pelo governo dos Estados Unidos". Prestes concluiu que era necessário "defender a Constituição e impedir qualquer golpe de Estado e militar, venha de onde vier". Em meio ao golpe das forças entreguistas, ligadas à UDN, Prestes ainda tinha dúvida de onde ele viria.

No mesmo jornal um outro artigo afirmava: "Os patrões norte-americanos que não estão contentes com Vargas, cuja desmoralização cresce dia a dia, tramam, através de seus agentes substituí-lo por outro títere ainda mais dócil e menos desmoralizado". Os comunistas brasileiros, mesmo diante da ofensiva reacionária pró-americana contra Vargas, não conseguiram ver diferenças entre os programas político e econômico dos dois grupos conflitantes. Vargas continuava a ser, no plano interno, o principal inimigo. A oposição ude-nista era criticada por ser uma falsa oposição que em nada diferia de Vargas. Por esta posição anti-Vargas os comunistas também acabaram sendo alvos da fúria popular. No Rio Grande do Sul o jornal comunista *Tribuna Gaúcha* teve sua sede depredada, juntamente com outros jornais liberal-conservadores.

Dando uma guinada abrupta na sua tática os comunistas tentaram se aproximar das massas e dos políticos getulistas. Um documento publicado logo após a morte de Vargas afirmava: "O momento exige que trabalhistas e comunistas se dêem fraternalmente as mãos e que juntos lutem em defesa das leis sociais conquistadas" e apelava para que os "operários e operárias, camaradas trabalhistas" reforçassem "as fileiras do Partido Comunista". O Partido, à época, não fazia nenhuma autocrítica das posições equivocadas assumidas diante do governo Vargas, especialmente nos seus últimos meses, quando ele era alvo de uma sórdida campanha de desestabilização.⁽¹⁾

No entanto, sob o impacto da morte de Vargas e redução das tensões internacionais a tática comunista se tornou mais flexível e menos sectária. O Partido passou a propor uma política de alianças que envolvessem outros partidos como o PTB e o PSB e mesmo de setores de partidos conservadores como o PSD e o PSP. Infelizmente as lições daquele trágico 24 de agosto não foram suficientes para impedir que os mesmos erros fossem comedidos às vésperas do fatídico 31 de março de 1964.

Augusto C. Buonicore é historiador e doutorando em Ciências Sociais pela Unicamp.

Nota

(1) Posteriormente, no documento *50 anos de luta*, escrito por Maurício Grabois e João Amazonas, em 1972, é feita uma reflexão autocrítica acerca dessa tática errônea.

Bibliografia

- BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1973.
- BENEVIDES, Maria Vitória M. *O PTB e o Trabalhismo (Partidos e Sindicatos em São Paulo: 1945-1964)*. Brasiliense: São Paulo, 1989.
- BOITO JR, Armando. *O Golpe de 1954: A burguesia contra o populismo*. Brasiliense: São Paulo, 1982.
- CARONE, Edgard. *O PCB (1943 a 1964)*, Difel: São Paulo, 1982.
- D'ARAÚJO, Maria Celina S. *O Segundo Governo Vargas (1951-1954)*, Ática: São Paulo, 1992.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB - Do Getulismo ao Reformismo*. Marco Zero, São Paulo, 1989.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). *Vargas e a Crise dos Anos 50*, Relume Dumará: Rio de Janeiro, 1994.
- SEGATTO, José Antonio. *Breve História do PCB*, Oficina de Livros: Minas Gerais, 1989.
- SILVA, Hélio. *1954: Um Tiro no Coração*, Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1978.
- SODRÉ, Nelson W. *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*, Graphia: Rio de Janeiro, 1997.

Cultura e desenvolvimento social: partilhando responsabilidades

O crescimento econômico e as trocas internacionais devem ser cultural e ambientalmente sustentáveis

GILBERTO GIL

Gostaria de parabenizar os organizadores e os participantes desta primeira (e histórica) edição do Fórum Cultural Mundial.

Vejo este evento como um território livre e sincrético, em dimensão planetária, de encontros e trocas afetivas, políticas, econômicas, informativas... Culturais, portanto.

Vejo também como uma cátedra plural e urgente, devotada à reflexão sobre tudo o que diz respeito diretamente ao homem e suas possibilidades neste planeta.

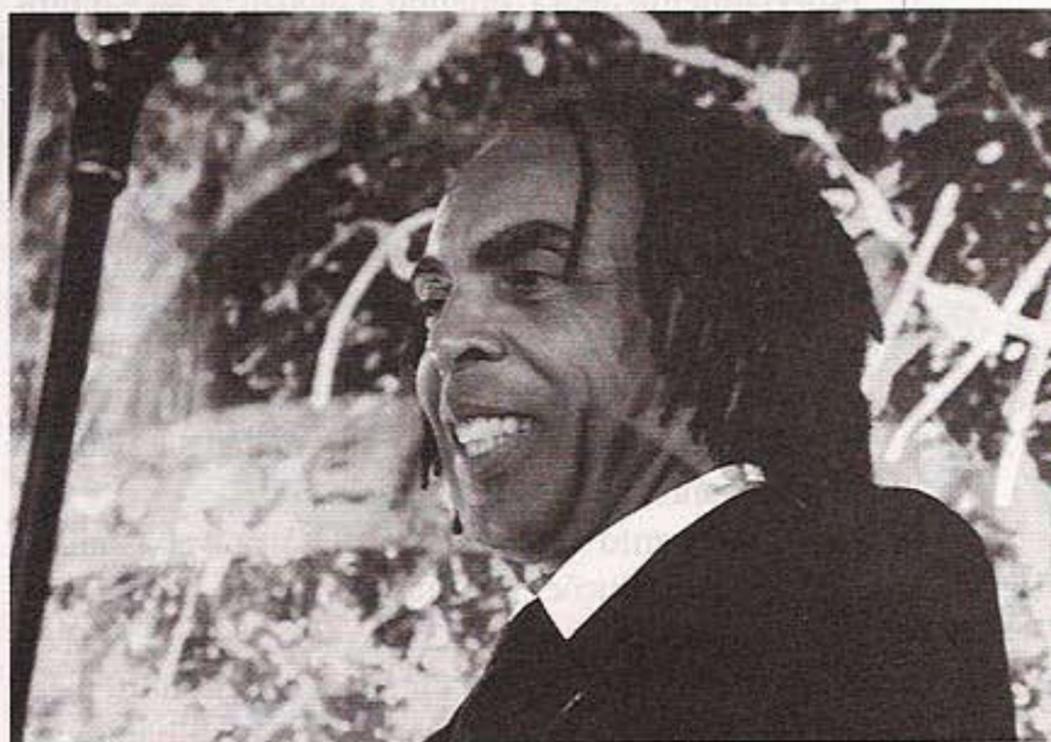
Tudo o que não é natureza. Tudo o que está ligado ao fazer, ao pensar e ao sentir de homens e mulheres. Tudo, enfim, o que é cultura.

Parabenizo os organizadores também pela escolha e pelo enunciado do tema desta conferência inicial.

Está escrito no programa, "Cultura e desenvolvimento social: partilhando responsabilidades".

Percebo aqui duas idéias fundamentais.

Em primeiro lugar, que cultura e desenvolvimento são conceitos e processos necessariamente interligados. Em segundo, que cultura e desenvolvimento são conceitos e processos necessariamente



compartilhados. Sendo assim, não podemos conceber desenvolvimento que não seja cultural. E não devemos conceber desenvolvimento que não seja compartilhado.

Compartilhado por Norte e Sul, por incluídos e excluídos, por centros e periferias... Até para que essas palavras percam um dia o sentido sociológico.

Compartilhado também, enquanto responsabilidade, por governos e sociedades, instituições e indivíduos.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem define claramente os direitos culturais como parte dos direitos humanos fundamentais, dos quais somos zeladores. Também inclui o direito ao desenvolvimento.

Significa o reconhecimento de que as identidades culturais existem no diálogo com as demais, e dependem desse diálogo para sobreviver.

Significa o reconhecimento de que a promoção da identidade e da diversidade cultural e do convívio tolerante entre sociedades, grupos sociais e indivíduos é vital para a democracia e está entre os deveres básicos dos governos.

Significa, finalmente, o reconhecimento de que a cultura é uma das dimensões do desenvolvimento humano, e que o crescimento econômico e as trocas internacionais devem ser cultural e ambientalmente sustentáveis.

Este reconhecimento, explícito em mais de um documento da ONU, em mais de uma convenção ou acordo multilateral, deve ser reiterado e revitalizado, especialmente agora, quando a globalização e o progresso tecnológico se aceleram e se intensificam, para que, de palavra, de vontade, se torne exercício.

A cultura e as indústrias criativas desempenham papel importante na geração de renda e emprego, na qualificação das relações entre os indivíduos e na construção da paz entre os países. Por isso mesmo, o comércio mundial e os mercados devem respeitar os direitos culturais das sociedades, grupos sociais e indivíduos, contribuindo para a diversidade, e não para a hegemonia e a padronização.

O momento é extremamente favorável às alianças, às co-produções, aos programas de cooperação, entre a América Latina, a África, o Caribe, a Ásia, a Oceania, o Oriente Médio e outras regiões e sub-regiões em desenvolvimento. Podemos compartilhar expe-

riências, mercados, energia, criatividade e equilíbrio entre os homens, e entre os homens e o planeta.

O principal motor das alianças – e também o limite na negociação de contrapartidas –, é a proteção e a promoção da diversidade cultural, através da qual o diferencial dos povos se manifesta, diferencial vital para o desenvolvimento.

Exatamente porque estamos tratando de humanidade, e de um movimento que tem o homem, ao mesmo tempo uno e plural, como centro, é que uma abordagem crítica do desenvolvimento implica a obsolescência dos adjetivos que serviam para compartimentar o tema.

Assim como o homem não é apenas o homem econômico, o homem social, o homem cultural, mas o homem-homem, ele soma e multiplicação das várias dimensões de sua existência, também o desenvolvimento é, necessariamente, econômico, social e cultural, “tudo-ao-mesmo-tempo-agora”, conforme a definição de Arnaldo Antunes.

Parece inegável que o sistema econômico que regula as relações entre os homens, as instituições e as nações nesta etapa da História, tem gerado ciclos de desenvolvimento que, a despeito de desiguais (em velocidade, intensidade e resultados) e combinados (no tempo e no espaço), impulsionam a humanidade à frente.

Embora várias vezes a percepção que tenhamos disso seja diferente, obra e graça da nostalgia de um passado-refúgio construído por nossa memória afetiva e pastoril, o fato é que, em boa parte das dimensões articuladas da vida, as coisas só fazem melhorar com o passar do tempo. Vive-se mais, diverte-se mais e guerreia-se menos atualmente.

Talvez as coisas pudessem melhorar mais... Para mais pessoas. E talvez pudessem melhorar sem exaurir os recursos que permitem essas melhorias. É isso que pretendo destacar aqui. Se for verdade que o sistema econômico tem sido eficiente na produção de crescimento econômico, também é verdade que foi ineficiente na abrangência deste crescimento e no aproveitamento de recursos vitais – principalmente, o recurso humano.

O economista Ignacy Sachs tem dito que este é o desperdício mais grave, pois irreversível: a vida humana não se estoca, ela flui. Falo, por exemplo, do desperdício da subjetividade humana.

As idéias de Sachs, aliás, me parecem fundamentais para podermos enfrentar o paradoxo a que me referi há pouco. Para podermos reorientar o sentido de nossas ações e políticas, na sociedade civil e no Estado, neste jogo dialético e permanente de vetores sociais, na direção de potencializar, de maximizar, de incentivar o processo de desenvolvimento, tanto do que a literatura marxista chamou de "forças produtivas", como do próprio indivíduo, de sua inteligência, de sua criatividade, de sua sensibilidade, de suas capacidades, e de suas possibilidades de vida em sociedade.

Ao mesmo tempo em que se privilegiava uma e outra dimensão do desenvolvimento, conforme apontei anteriormente, difundia-se a noção equivocada de que o meio ambiente seria um custo, um estorvo para o avanço econômico, criando-se, assim, uma falsa oposição, que ganharia o status de antipodia fundamental, entre meio ambiente (e gestão inteligente de recursos ambientais e humanos) e crescimento econômico. Essa dicotomia foi superada, na esfera da reflexão e de experiências alentadoras, pelos adeptos do "desenvolvimento sustentado", que formularam, entre as conferências de Estocolmo e Rio sobre Biodiversidade e Desenvolvimento, a "Agenda 21".

Creio que um Ministério da Cultura preocupado com o tema do desenvolvimento pode contribuir decididamente, ao se ocupar da dimensão econômica da cultura e da dimensão cultural da economia. As indústrias criativas (e, portanto, "culturais") são, entre as atividades econômicas de hoje, as que mais se aproximam do triplo "win".

As tecnologias digitais potencializam esta vocação, ao reduzir o papel dos meios físicos de armazenamento, transporte e difusão de conteúdos. Uma política pública de cultura contemporânea pode ser não apenas compensatória ou inclusiva no sentido tradicional, mas geradora de empregos, renda e felicidade (e, portanto, de um desenvolvimento que, este sim, mereceria dois adjetivos sincronizados: sustentado e positivo).

A idéia de desenvolvimento tem pouco mais de meio século de existência. Ela começou no fim da Segunda Guerra Mundial, com os trabalhos de reconstrução da Europa. Ao longo do tempo, o conceito foi se tornando mais e mais complexo, como a própria realidade. No início, vingou a noção ingênua de que

bastaria investir nas forças produtivas, pois o crescimento econômico resolveria tudo. De certo modo, aliás, estamos assistindo ao renascer desta visão, com o tempero das políticas compensatórias. Ao adjetivo "econômico", acrescentou-se depois o "social", o "político" e o "ambiental", que teve um impacto importante, obrigando os economistas a reconhecerem os limites do pensamento puramente econômico.

Das visões unidimensionais veio finalmente a visão multidimensional de desenvolvimento, que nos permite pensar o desenvolvimento (e seus indicadores) em termos de acesso efetivo ao conjunto dos direitos humanos, de três tipos: os direitos políticos, ou seja, a cidadania e a democracia; os direitos econômicos, sociais e culturais; e os direitos difusos, coletivos, como o direito à cidade, ao ambiente saudável, e também o direito ao desenvolvimento. O desenvolvimento é, assim, o processo, negociado entre os agentes sociais, de apropriação crescente e efetiva, por todos nós, dos direitos humanos.

Como este processo pode e deve ser induzido, estimulado, intensificado? Penso que através de quatro políticas complementares, a serem ministradas em equilíbrio.

A política de universalização da educação e da saúde, sem as quais não se vai a lugar algum.

As políticas compensatórias, que resolvem ou mitigam o imediato.

A política de distribuição primária da renda através do salário (e do emprego), com a inclusão crescente ao processo produtivo dos que estão em condições de trabalhar.

E a política de planejamento, estruturação e incentivo do mercado, para que ele realize o seu potencial de inclusão e democracia, e torne-se menos oneroso ao ambiente e à vida.

Para mim, essas políticas devem tratar de maneira desigual os desiguais, conferindo às ações um sentido afirmativo, que não necessariamente tem a ver com a simplificação das cotas, mas com o sentido geral de trocar "discriminações negativas" pelas "positivas".

Esta inversão de perspectiva torna-se crucial quando se analisa um aspecto vital para o desenvolvimento dos países, que é o comércio internacional. Os neoliberais dizem que a base do desenvolvimento geral seria o livre comércio. Como falar de livre comér-

cio, porém, quando, segundo recente estudo da Oxfam, para cada dólar que os países industrializados transferem aos pobres e emergentes, como assistência, dois dólares fazem o caminho inverso, em virtude de condições adversas de comércio? Está claro que o princípio da "discriminação positiva" também se aplica aqui.

Daí a importância de outra vertente desta política, que visa ao fortalecimento dos organismos multilaterais, além da OMC, e a revisão de suas políticas, tendo a Argentina como exemplo do que um receituário obtuso pode produzir. Daí a importância de substituir o conceito tradicional de crescimento econômico pelo novo conceito de desenvolvimento "culturalizado" que aqui defendemos.

Muito se tem falado no Brasil, nos últimos meses, em crescimento econômico. Faço um alerta: se este crescimento não está orientado para as economias limpas e a distribuição de renda; e se aceitamos o império do econômico sobre outras dimensões da existência humana então teremos o que Sachs chama de "mal-desenvolvimento": o crescimento com elevado custo ambiental, social e cultural.

Veremos apenas a apropriação desigual e combinada das vantagens do crescimento, em benefício de poucos. Em oposição, afirmo um conceito ético de desenvolvimento, que deve se materializar nas políticas públicas governamentais e nas ações da sociedade civil.

O desenvolvimento não é um conceito da economia. A economia é uma dimensão, e também um instrumento, do desenvolvimento, um processo que tem finalidade ética e condicionalidade ambiental.

A idéia de um desenvolvimento em coresponsabilidade, que incorpore a cultura como base e multiplicador, faz com que o Ministério da Cultura do Brasil, neste Fórum, proponha os seguintes compromissos às demais autoridades aqui presentes:

1) Superar os desequilíbrios sociais, econômicos e culturais entre Norte e Sul do planeta, através da pactuação de medidas que apontem para a redução da exclusão e a promoção da igualdade.

2) Realizar políticas públicas para ampliar o acesso dos cidadãos aos direitos culturais, incluindo o fomento à produção cultural, o estímulo à difusão de bens e serviços culturais e a proteção do

patrimônio cultural, material e simbólico, de nossas sociedades.

3) Promover espaços culturais diversos, de inclusão cultural e social, em que circulem idéias inovadoras e se compartilhem as inquietudes artísticas e intelectuais, e contribuir para a regulação, estruturação e dinamização das indústrias criativas em nossos países.

4) Priorizar o desenvolvimento de acordos bilaterais e multilaterais, políticas e fundos que estimulem a produção e as trocas culturais, de modo equilibrado, entre nossos países e os demais países do planeta, com vistas a um intercâmbio saudável de bens e serviços culturais.

5) Defender a exclusão dos bens e serviços culturais dos acordos de liberalização comercial em curso na Organização Mundial de Comércio (OMC), para que as trocas culturais aconteçam segundo o princípio da proteção à identidade e à diversidade cultural dos países.

6) Apoiar a Unesco em sua iniciativa fundamental de estabelecer, de comum acordo entre os países que fazem parte da ONU, uma Convenção Internacional para a Proteção da Diversidade Cultural, prevista para a Conferência-Geral de 2005.

7) Contribuir para a criação de um sistema internacional de trocas econômicas e culturais baseado na democracia, na igualdade de oportunidades, na correção dos desequilíbrios, no respeito às diferenças, nos direitos humanos e no diálogo pleno entre as culturas.

8) Divulgar esses princípios nos órgãos multilaterais e eventos internacionais de cultura dos quais venhamos a participar, com o objetivo de estimular um debate global sobre o papel da cultura no desenvolvimento sustentável das sociedades contemporâneas.

Eis o que move o Ministério da Cultura. Eis o que faço e digo nos eventos, nas reuniões, nos encontros nacionais e internacionais de que participo. Eis o que fundamenta este Fórum Cultural Mundial.

Gilberto Gil é ministro de Estado da Cultura. Este texto reproduz trechos de sua palestra ao Fórum Cultural Mundial (São Paulo, 30 de junho de 2004).

Pablo Neruda: cem anos

Por ocasião da passagem do centenário de nascimento do grande poeta Pablo Neruda, Volodia Teitelboim – escritor chileno e dirigente histórico do PC do Chile – conta, neste texto, um pouco da vida e obra do companheiro ausente

VOLODIA TEITELBOIM



Neruda foi importante no século XX e, pelos indícios, parece que continuará sendo também no século XXI não apenas como poeta do Chile porque, sendo um poeta chileno, possui – acredito eu – máxima autoridade literário-poética em nível mundial. Para mim, ler sua obra significa ler um conto escrito pela vida porque Neruda é único por aqui, no sentido de que nasce num país dos mais longínquos do mundo.

Digo isso porque Neruda foi um homem que fez sua história, foi atravessado pela história, mesmo ao nascer. Se acreditarmos que alguém possa ler o destino de uma pessoa, pode-se ver que nasceu, viveu e morreu rodeado pela história do Chile que, na realidade, é também uma história violenta. Ele cresceu numa espécie de acampamento militar, onde se derubam bosques e matas para se construir cidades de madeira. Sua vida ao que parece é condenada, como foi também a de Gabriela Mistral, em sigilo, no anonimato; por isso, ninguém nunca soube quem era Neftali Reyes. No entanto, quando garoto faz uma descoberta definitiva para sua vida: a leitura, numa região, digamos, silenciosa. Anos depois, ele próprio diz: "não sei como a poesia chegou até mim". "Escrevi prosa, versos, com palavras titubeantes, renhidas, mas não com rima, pois eram dirigidos a minha mãe, que não conheci".

Ele sabe que a única forma de ser é no terreno da escrita – filha da leitura. E escreverá observando, contemplando a seu redor.

Fala-se muito pouco sobre o fato de esse rapaziño aos 13 anos de idade ter publicado seu primeiro artigo no diário de seu tio, Orlando Marsson, *O amanhã de Temuco* sobre entusiasmo, perseverança e, também, "ressurreição". Talvez imaginasse que muita gente havia morrido e merecia voltar a viver.

Não sei se tem algo a ver com a "Ressurreição" de Tolstoi. É uma questão interessante. De qualquer modo, ele a conhecia e pode ser... Porque nessa época ele fez uma visita à diretora de um colégio feminino, Gabriela Mistral, e ela não apenas o nomeia o Cavalheiro da Poesia e o reconhece como poeta autêntico, como também o aconselha: "você tem que ler, continuar a ler. Mas não a literatura francesa – cortesã de olhos exageradamente pintados. Leia a literatura russa. Nela, está o homem, os problemas

do povo, a luta entre deus e o diabo". Seja como for, ele conheceu esse livro. Não sei se nesse momento ou algum tempo depois.

Ele descobre o poder da palavra, da palavra impressa, numa região, segundo ele, de péssimo desenvolvimento verbal. Gente que falava pouco e muito mal. Ele próprio não se considerava alheio a isso nesse momento. Mas com a leitura descobre o mundo – e literatura de países longínquos aos quais ele gostaria de viajar, de estar, é que lhe mostrou isso; como o sonho de adolescente, de rapazola.

E, ali, Neruda – essa pessoa, entre tantas outras, que vegeta nessa vida cinzenta, que não vai além disso – percebe desde cedo que é poeta e que deve dedicar-se a isso, nada podendo fazer para mudar esse destino. Mas, um poeta observador... Toda sua obra poética é autobiográfica, bem como de observação constante das coisas. E suas contribuições ao diário de seu tio – que as acolhe com assentimento – são, digamos, de tinta aristocrática. Críticas relativas à sociedade em que está vivendo, que vê formar-se. Porque no início parecia uma cidade democrática; mas perdeu esse espírito porque os ricos iniciavam... Também viu o pobre, o velho cego, a mulher ambulante com suas tralhas pedindo esmolas. Para ele, o mundo estava mal feito. E disse isso desde o começo. Transformou-se, quando presidente do Ateneu de Temuco, em agente e correspondente de uma revista que fazia história na sua época, *Claridade*, da Federação dos Estudantes. Pouco se fala sobre o fato de ele ter produzido para essa revista mais de 150 artigos, ainda rapaziño. Inclusive, vários deles acabaram publicados como editorial. Figuravam na primeira página sob a denominação "Máxima de hoje". Geralmente, assinava com pseudônimos que retirava das novelas que conhecia. Lia todos os autores russos, mesmo os naturalistas, muito em voga no Chile. Eu consegui alcançar alguma coisa, um rastro dessa duração. Apesar disso, ele criou – bem como participou – muitos concursos literários, provincianos, na literatura.

Por essa época, morre em circunstâncias trágicas, o poeta Domingo Gómez Rojas. Preso, torturado, enlouquecido – essa juventude que parecia estar sonhando e atribuindo à poesia certos poderes modificadores, restava órfã. Neruda, no entanto, com 16-17 anos de idade, ganha um concurso literário com *Canção da Festa*, que canta a juventude:

"Porque a terra se inclina
Em um tremor poeirento e violento,
Vão nossas jovens almas preenchidas
Como as velas de um barco ao vento".

Ele sabia dessa mudança e, de alguma forma, sempre soube. Quer dizer, ele foi político desde rapazinho. Não se tornou comunista logo no início – foi um processo que também foi sendo modificado com os ventos da história.

E essa pessoinha, de repente, se vê transformada em personagem. Por quê? Pela força da poesia. Porque escreve poemas que todos recitam. Nesse momento em que recitar e declamar eram muito comuns. Ele recitava de escola em escola com outros jovens poetas (Romeo Murga, Victor Barberis). O poema mais famoso entre os jovens é *Farewell*, que diz: "amo o amor dos marinheiros". Isso, acredito, lhe dá a sensação de que a poesia pode fazê-lo transcender, sair de seu recanto escuro de Araucania, de Temuco e começar a ficar conhecido em Santiago – obter a glória local. Para isso, a poesia é o seu caminho.

Ele é um rapaz particularmente dotado intelectualmente. Transforma-se em personagem, adota o pseudônimo Neruda por medo das surras do pai por "escrever versinhos". Ali, está também submerso na boêmia que os jovens aprendizes de poeta dessa época consideravam literária. Porque essa idéia vinha com a marca de Paris. Verlaine, Rimbaud e o pobre Lelian haviam postulado a idéia de que o poeta não podia viver a vida burguesa, tinha de ser um rebelde em todos os sentidos. Podia ser também através do álcool, do absinto.

Entretanto, Neruda experimenta uma segunda sensação: descobre o sexo e a mulher. Tinha ele uma particularidade: era um poeta que, a partir de sua própria experiência, expressava essa sensação por escrito assim que a percebia. Quando jovem produzia de 4 a 5 poemas por dia. A poesia era sua forma de falar.

Assim se tornou um personagem. Mas um personagem pobre, em perigo, porque se encontrava, digamos, sob ameaça da tuberculose que já havia alcançado alguns de seus amigos por causa da boêmia. Ele sabia que precisava sobreviver, inventar uma fuga para o futuro. Mas se enganou, escolheu, graças a um amigo no ministério das Relações Exteriores, outro lugar: o Oriente.

Aos 19 anos de idade ele escreve *Crepusculario*, aos 20 *Vinte poemas de amor* e termina um outro livro que não publica por considerá-lo influenciado por outras vozes – especialmente a de Rabat Ercasty – e bastante, digamos, escandaloso, o *Sentinela ardente*.

Está no auge da glória local. Os dois livros que publica têm aceitação geral, atravessando o mundo estudantil; muitos o consideram "o poeta chileno".

Ele entende, então, que, por cantar sentimentos universais, como o amor, pode ir mais longe. No entanto, mesmo no Chile encontra-se em crise pessoal em muitos aspectos: a crise econômica, de costumes, do modo de vida; mas também em sua poesia triunfante. E isso é algo admirável. Outros poetas, com o fulminante sucesso de *Vinte poemas de amor*, insistem no tema do amor, que reduz a tanta gente... Ele o considera um perigo, porque também vive o momento que proclama o triunfo da vanguarda em nível mundial. E modifica sua poesia. Porque chega ao Oriente desconhecido, ninguém entende espanhol nem fala com ele. É obrigado a falar em inglês – com aqueles que conhecem inglês – e tem que esquecer sua língua materna. Um desafio e uma ameaça contra ele próprio – ou se anulará a esse ambiente alheio.

Ocorrem também tantas coisas maravilhosas e trágicas, como as que registra em *Tango de viúvo*, uma poesia soberba. Porque, evidentemente, tudo isso responde a experiências vividas, algumas delas ameaçadoras, perigosas. Ele tem sua própria vanguarda, não a de Vicente Huidobro, típico vanguardista do Chile, da América Latina, que vai a Paris e fecha com Apollinaire, disputando com outros poetas a paternidade do criacionismo. Não. Neruda fecha consigo mesmo, só com sua alma. Ele precisa sobreviver. Em algum momento diz: "quero guardar para mim um lugar, eternamente". Ou seja, está no dilema de ser ou não ser. De sobreviver ou morrer. E o fará através da poesia, que será muito diferente daquela dos *Vinte poemas de amor*. Evidentemente, ele fazia sua própria vanguarda. Aonde ia essa vanguarda? À absoluta proclamação da liberdade e da independência da poesia em relação aos moldes estabelecidos. Porque no geral a poesia deveria tratar de temas sublimes, temas poéticos por excelência: o entardecer, os olhos da amada. No entanto, ali ele se insurge contra o que chama de "a negra monarquia" da

antiga literatura. Ali se produz a insurreição – de uma maneira mais profunda. Na verdade, a poesia de *Residência*, iniciado no Chile, é escrita em três continentes: América, Ásia e Europa – finalmente, na Espanha. Ele sempre quis ir à Espanha – era seu sonho a casa-matriz de seu idioma.

Chega um momento – acredito eu – em que pode, e quer, ir em direção às capitais de sua língua materna. Mas também faz parte de sua obra o reconhecimento; é dessa forma que retorna ao Chile. Passa pela cidade mais populosa de língua espanhola, Buenos Aires, e se encontra com Garcia Lorca, aumentando seu desejo de ir à Espanha.

Chega à Espanha, finalmente – a história é conhecida: os poetas jovens da geração do 27 o saúdam, recebem-no como o grande renovador da poesia. Escreve na revista que edita – periódico de poetas espanhóis dirigido por um chileno, "Cavalo verde da poesia", despertando a ira de Juan Ramon Jimenez, procurador, profeta e apóstolo da poesia pura. Neruda escreve o ensaio *Por uma poesia impura*, que tem muita relação com o que fez e descobre no Oriente também: dar a qualquer tema considerado até então prosaico o direito de se converter em poesia se o tocam essas mãos de Midas capazes de fazer o milagre de transformar areia em ouro. E isso sustenta firmemente.

Nessa época filia-se ao Partido Comunista, uma decisão política, porque aquele rapaz anarquista vê como os comunistas trabalham na guerra da Espanha. Na verdade, lá se sente comunista, um comunista sem militância – esta será consumada em seu retorno do México, onde redescobre a América pré-colombiana. Isso se confirma e o leva a escrever o grande manifesto poético *Alturas de Macchu Picchu*.

Na Espanha Neruda se transforma. Entre os temas prosaicos que introduz encontra-se qualquer coisa que o impressiona: a alcachofra, a enguia frita... Mas também os sentimentos, as dificuldades do mundo. Mergulha na vida. O detalhe do que é considerado cotidiano, à margem da poesia, ele poetiza. Produz muito. Ele morre aos 69 anos de idade, dos quais pelo menos 50 dedicados à poesia.

A Espanha abre-lhe as portas. Ele se projeta como um grande poeta. Inclusive, quando a Academia fundamenta o veredito que lhe dá o prêmio Nobel, ela diz: "Premiamos a um poeta controverso, discutido e discutível".

De fato, durante muitos anos – de 20 a 40 – sempre esteve presente como postulante. E isso significa ser um valor permanente. Desse modo, esse menino órfão, de Temuco (natural de Parral), zona chuvosa, obscura, um fim de mundo, esse poeta da América violenta, é aceito no centro do mundo e em todas as partes.

Agora, o povo o transforma de pessoa em personagem; mas, em função do que ele fez. É um poeta que, corretamente traduzido, pode conscientizar corações em todas as partes, pode ser um poeta corrente em todos os continentes, todas as línguas. Ele está agora às voltas com uma nova batalha: também ser poeta do século XXI. O tempo o dirá. O Chile, um pequeno país, o está celebrando. Mesmo em países que se consideravam dominados pelo inimigo (Estados Unidos, Alemanha) organizaram grandes

festejos: Espanha, França, Itália.

São vários triunfos não exclusivamente pessoais, mas o êxito desse conceito de poesia. Curiosa ou naturalmente, Neruda é o que mais influenciou para protestar a poesia e para aceitar também a do século XX – diferente da do século XIX e possivelmente da do século XXI. É uma mudança e sua continuidade. Essa poesia diz que não pode ser alheia à sociedade, à história, ao interesse dos homens, de suas dores, suas guerras. Neruda lutou durante muitos anos. Em Estocolmo, diante do rei e da Academia, fala de sua fidelidade ao povo e diz: "por isso cheguei até aqui com minha poesia e minha bandeira".

Muitos dizem que isso é pura retórica, isso pode ser encontrado em sua poesia; mas, concretamente, ele se dedicava a viver bem, colecionar, viajar etc. Sua real inserção foi estreita. Em sua adolescência e juventude foi entusiasta, mas pobre. Inclusive passou fome. Só mais tarde – quando ficou conhecido e aceito no mundo – ocorreu a fabulosa venda de um milhão de exemplares de *Vinte poemas de amor num*

Em Estocolmo, diante do rei e da Academia, fala e diz: "por isso cheguei até aqui com minha poesia e minha bandeira"

momento relativamente prematuro, cifra insólita para a época... Foi um gozador da vida, mas um responsável da vida. Absolutamente. Foi condenado, perseguido, teve que escapar como um fugitivo. Conheceu todas as armadilhas da vida, mas reconhecia que uma vida como a sua, oxalá todos a tiveram em algum momento. Defendeu em sua poesia a "democracia do almoço" para todos. Inclusive, quis ser seu porta-voz.

Também conheceu a fúria do inimigo e a contestou com muita acidez. Muitos dizem que há muitas coisas contingentes em sua poesia, porque ele queria que toda a vida tivesse direito à poesia. Isso significou uma poesia grandiosa. Inclusive, alguém tão longe dele, como Jorge Luis Borges, definia poemas de Neruda, por exemplo *Cantos de amor a Stalingrado*, como cantos de amor ao povo mais do que a Stalin...

Portanto, ele sensivelmente fez da poesia sua vida e de sua vida poesia. Mas, não apenas em função de sua individualidade, que era muito forte, como também de sua responsabilidade cidadã e de sua consciência de que a sociedade injusta deveria ser transformada. Por isso, defendeu-se com sacrifício, porque era muito assediado, estava cheio de tentações do sistema que pretendia ganhá-lo, oferecendo-lhe tudo – muitos intelectuais caíram nessa. A CIA, inclusive, tinha um departamento especial para evitar que ele ganhasse o prêmio Nobel, como se sabe agora. Ele jamais cedeu, mesmo reconhecendo seus erros – que são os de todos nós. Erros esses, contudo, de boa-fé porque depositava sua confiança no humanismo do projeto socialista que, no meu entender, foi perturbado por Stalin. Isso se encontra em vários de seus livros. De maneira que todos os que continuam dizendo que ele não criticou Stalin significa que não conhecem suas obras.

Neruda foi um humanista e morreu como tal. Morreu, sintomática e simbolicamente, com a democracia chilena, com a liberdade no Chile, com o respeito pelo ser humano. Morreu dias depois da morte de Allende. Estava bastante doente. E o golpe de Estado o fez piorar. Na verdade, Neruda morreu "de morte nacional". Sua morte e seu enterro têm algo de tragédia grega. Não havia tanta gente como no de Victor Hugo, mas uns tantos que se atreveram a acompanhá-lo nos dias mais trágicos em que a morte reinava no Chile. Ele teve três sepulcros – agora, finalmente,

encontra-se em Ilha Negra, como ele queria.

Acredito que *Vinte poemas de amor*, sua poesia lírica, Alturas de Macchu Picchu permanecerão vigentes daqui a 50, 100 anos. Isso, em relação ao que o povo em geral pensa. *Residências* eu incluiria, mas não inteiras. Considero maior a *Primeira Residência* porque é a expressão literária mais profunda de uma situação de vida crítica, de desespero, de solidão. Cada um tem direito a dizer "gosto de tal livro, ou de tal poesia", mas ele permanece com toda sua obra e muitos poemas continuarão a ser repetidos. Nela, se encontra o homem que quis modificar o mundo e que pronunciou aquele memorável discurso de Estocolmo, no qual disse ser necessário buscar a beleza, mas também ser preciso ocupar-se do destino dos homens, da humanidade. Para mim, é por isso que Neruda está em todas as partes.

Ele era um patriota em absoluto. Queria o melhor para o Chile, um país democrático, libertário. E também uma América Latina... Ou melhor, que não se pode separar o homem de seus sentimentos íntimos e pessoais, do que teve também grandes sonhos coletivos que foram parte da cultura progressista da humanidade.

Nesse sentido, acredito que Neruda pode ser não apenas poeta do século XXI, mas também do terceiro milênio. Além disso, a vida dele é uma grande parábola: um garoto órfão, relativamente pobre, no último rincão do mundo, que se transforma em pregoeiro da humanidade.

Para mim, essa é a tarefa atual: quando os Estados Unidos invadem o Iraque e fazem da guerra, ou seja da morte massiva, uma divisa e uma forma de governo e de uma chamada civilização, é fundamental a voz dos poetas que, no fundo, é a voz do amor. No caso, Neruda cantou o amor por uma mulher e o amor pela humanidade. E por isso sofreu e encarou perigos.

Quando alguns perguntam a favor de quem seria Neruda hoje em dia, a única resposta seria "das mesmas pessoas em que foi em vida". Não pensem que se transformaria em admirador de Pinochet ou de George Bush. Está claro com quem estaria.

Texto traduzido e adaptado de entrevista ao jornal El Siglo (Chile) por Maria Lucília Ruy, mestranda em letras clássicas pela USP.

Racismo em sala de aula

“Os professores ganharam mais uma ferramenta para trabalhar a questão do racismo em sala de aula. O projeto ‘Educadores pela Diversidade: profissionais da educação no combate ao racismo, ao sexismo, ao preconceito e à discriminação de raça e gênero no ambiente escolar’ chega às escolas a partir de junho.

O projeto é uma parceria da Comunidade Bahá’í do Brasil e do Gledés – Instituto da Mulher Negra. O objetivo principal do projeto é reduzir a exclusão secundária nas escolas de ensino fundamental (1ª a 8ª séries), aumentando a auto-estima dos alunos afrodescendentes e das meninas, vítimas freqüentes desse tipo de exclusão. O Unicef aprovou o projeto e concedeu o patrocínio de R\$ 100 mil para a iniciativa, que preenche uma lacuna que há no país, pois não existe capacitação para os professores trabalharem a questão racial na escola.

O projeto foi dividido em duas fases: A primeira consiste na elaboração e implementação de um portal na Internet, que visa à capacitação de 85 mil professores do Ensino Fundamental (dentre os cerca de 1.384 mil existentes hoje no Brasil), por meio de orientações de como lidar com o racismo e o sexismo em sala de aula; em uma segunda fase será produzida uma cartilha contendo material do portal e uma compilação de experiências bem-sucedidas coletadas em uma campanha”.

Elizangela Dezincourt
Brasília/DF

A União Européia

“A construção da Europa capitalista entrou numa fase crítica. As grandes contradições com o antigo parceiro norte-americano refrearam e seus membros aceleraram o passo.

Em 2000, na capital portuguesa, na busca de maior rentabilidade às empresas européias e para torná-las as mais competitivas do mundo, deflagrou-se o processo de Lisboa. Os meios para tal fim envolvem a flexibilização do mercado de trabalho, o desenvolvimento do trabalho informal, a individualização salarial, diminuição das aposentadorias públicas e mais lucros aos fundos privados, desmantelamento da seguridade social etc.

O projeto de Constituição européia é também um sério passo atrás em relação às várias Constituições dos países-membro e em relação à Declaração da ONU. A criação das Forças Armadas européias também está na ordem-do-dia não para fazer frente à política guerreira norte-americana, mas como uma força imperialista a serviço dos interesses econômicos dos monopólios europeus”.

Herwig Lerouge
Bruxelas (Bélgica)

Os palestinos não se rendem

“Aumentou a ofensiva das forças armadas israelenses nos últimos meses: centenas de mortos, mais de três mil casas destruídas, invasão de campos de refugiados por tanques, bombardeamentos por helicópteros, assassinatos de dirigentes e, ainda, prossegue a construção do muro...”

Entretanto, nada consegue impedir a determinação do povo palestino e a sua heróica resistência prossegue – ao que se deve juntar o apoio e a solidariedade das forças antiimperialistas do mundo inteiro”.

Intervenção Comunista
Paris (França)

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

Fundador e Diretor: João Amazonas (1912-2002)
Editores: Adalberto Monteiro, José Carlos Ruy e Pedro de Oliveira
Comissão Editorial: Adalberto Monteiro, Augusto César Buonicore, Edvar Luiz Bonotto, José Carlos Ruy, Pedro de Oliveira e Aloisio Sérgio Barroso

Conselho Editorial: Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aldo Rebelo, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Bernardo Joffly, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Haroldo Lima, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo Carvalho, Loreta Valadares, Luciano Martorano, Luis Fernandes, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Nereide Saviani, Olival Freire Jr., Olívia Rangel, Pedro de Oliveira, Raul Carrion, Rogério Lustosa (1943-1992), Sílvio Costa, Umberto Martins e Walter Sorrentino

Secretário de Redação: Edvar Luiz Bonotto – correio eletrônico: revista.principios@terra.com.br

Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira

Projeto Gráfico: Laércio D’ Angelo Ribeiro

Diretor de Produção e Comercial: Divo Guisoni

Administração: Zandra de Fátima Baptista

Departamento de Circulação: Cláudia de Medeiros

Editoração Eletrônica: Marília Rodella Oliveira

PRINCIPIOS é uma publicação da Editora Anita Garibaldi

R. dos Ingleses, 02 - CEP 01329-000 - São Paulo - SP

Tel.: (011) 3266-4312 – anita.garibaldi@uol.com.br

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

PONTOS DE VENDA: SÃO PAULO: R. Condessa de Joaquim, 272 - fone 3107-3093; **FNAC:** Praça dos Omegas, 34 - fone 3815-1099;

Banca GV: Av. Nove de Julho, 2029 - fone 284-3726; **Banca do**

Estado: Viaduto Nove de Julho, 185 - fone 231-3458; **EDUSP:** fone

3818-4008; **Emporium Cultural Vergueiro:** Rua Vergueiro, 1877 -

fone 5571-8671; **Banca Ana Rosa:** Av. Cons. Rodrigues Alves, 20 -

fone 5571-4304; **Banca Paulista:** Av. Paulista, 1948 - fone 288-8241;

Banca Paraíso: Rua Rafael de Barros, 86 - fone 3889-8416; **Banca**

Central: Pça. Pres. Castelo Branco, 44 - fone 4057-2043; **Banca**

Silvio Romero: Pça. Silvio Romero, 18 - fone 6941-6908; **Banca**

Liberdade: Pça. da Liberdade, 84 - fone 3104-9408; **CPV:** Rua São

Domingos, 224 - fone 3104-7995; **Banca Pedro Soares:** R. Pedro

Soares de Andrade, 669-S. Miguel Paulista. **ACRE:** Rua Rio Grande

do Sul, 65 - fone 244-1406. **MACEIO:** Rua Saldanha da Gama, 148A -

fone 326-4441. **MANAUS:** Rua Luís Antony, 762 - fone 622-1682.

MACAPÁ: Rua Jovino Dinoar, 2510 - fone: 241-4450. **BAHIA:** Rua do

Saléte, 330 - fone 328-6828. **FORTALEZA:** Av. Universidade, 3199 -

fone 281-9217. **BRASÍLIA:** SDS Conj. Baracá, bl F, salas 501/503 -

fone: 224-0491. **VITÓRIA:** Rua Prof. Baltazar, 152 - fone 3222-8162.

GOIÂNIA: Rua 232, 50 - fone 224-6372; **Banca do SESC:** Av.

Universitária, esq c/rua 260; **Banca Universitária I:** Av. Universitária,

1140; **Banca Universitária II:** Pça. Universitária, Qd 62 - fone 261-

4335; **Banca do Dy:** Rua 09, 574 - fone 225-7920; **L e R Revistaria**

Hoje: Goiânia Shopping, Av. T-10-Sector Bueno. **SÃO LUIS/MA:** Rua

da Viração, 118 - fone 221-4556. **MINAS GERAIS:** Rua Bias Fortes,

1097 - fone 3291-6766. **CAMPO GRANDE:** Rua Artur Jorge, 1256, bl

D/Ap. 02 - fone 721-1390. **CUIABÁ:** Rua Luís Carlos Pinheiros, 323 -

fone 321-2833. **BELÉM:** Av. Gentil Bittencourt, 2484 fone 269-3430.

JOÃO PESSOA: Rua Desembargador José Peregrino, 322 - fone

221-8325. **RECIFE:** Rua Bispo Cardoso Ayres, 101 - fone 3231-2038;

Livromagazine: Av. Conde da Boa Vista, 688 - fone 231-0036;

Livraria Modelo (Shopping Center Recife): fonefax 465-5919;

Shopping Tacaruna: fonefax 421-6460 e Shopping Guararapes:

fonefax 468-4426; **Livraria Imperatriz:** Shopping Tacaruna - fone

421-6667 e Shopping Guararapes - fone 464-2424; **Livraria Síntese:**

R. do Riachuelo, 202 - fone 221-4044; **Livraria Potylivros:** Av. Conde

da Boa Vista, 1413 - fone 423-1100; **Livraria Sodiler:** Aeroporto dos

Guararapes - fone 326-0883; **Bazar 494:** R. da Hora, 456 - fone 241-

9842; **Livraria 1001 Livros:** R. do Príncipe, 410 - fone 221-2270;

Banca Globo I: Av. Guararapes - fonefax 224-0317; **Banca**

Destaque: Av. Conde da Boa Vista, 814 - fone 222-0799; **Box Viva**

Ler: Shopping Boa Vista, quiosque 132; **Senhor Martins:** Pátio de

São Pedro, 25 - fone 424-1366. **TERESINA:** Rua Eliseu Martins, 1673

- fone 221-2635. **CURITIBA:** Av. Vicente Machado, 18/Conj. 503 - fone

232-5785. **RIO DE JANEIRO:** Rua Rodrigo Silva, 06 - fone 2533-

7303. **NATAL:** Rua Vaz Godin, 86 - fone 211-8412; **Cigarreira Tio**

Patinhas: Av. Rio Branco, 682A - fone 222-0760; **Cigarreira o**

Revistão: Rodoviária - fone 231-2765; **Cigarreira Calçada:** Centro;

Cooperativa Cultural da UFRN: Centro de Convivência - Campus

Universitário. **PORTO VELHO:** Rua 15/220 Conj. Parque Bunitis - fone

981-6545. **BOA VISTA:** Av. Mario Homem de Melo, 1081 - fone 224-

2107. **PORTO ALEGRE:** Rua Cristóvão Colombo, 950 - fone 3228-

2154. **FLORIANÓPOLIS:** Pça Oliveira, 18 Sobreloja 3 - fone: 3025-

4227. **ARACAJU:** Rua Simão Dias, 642 - fone 211-2218; **Banca São**

Francisco: Pça. Olímpio Campos; **Banca Ponte do Imperador:** Pça.

Fausto Cardoso, Centro, fone 224-9516; **Livraria Escaniz:** Shopping

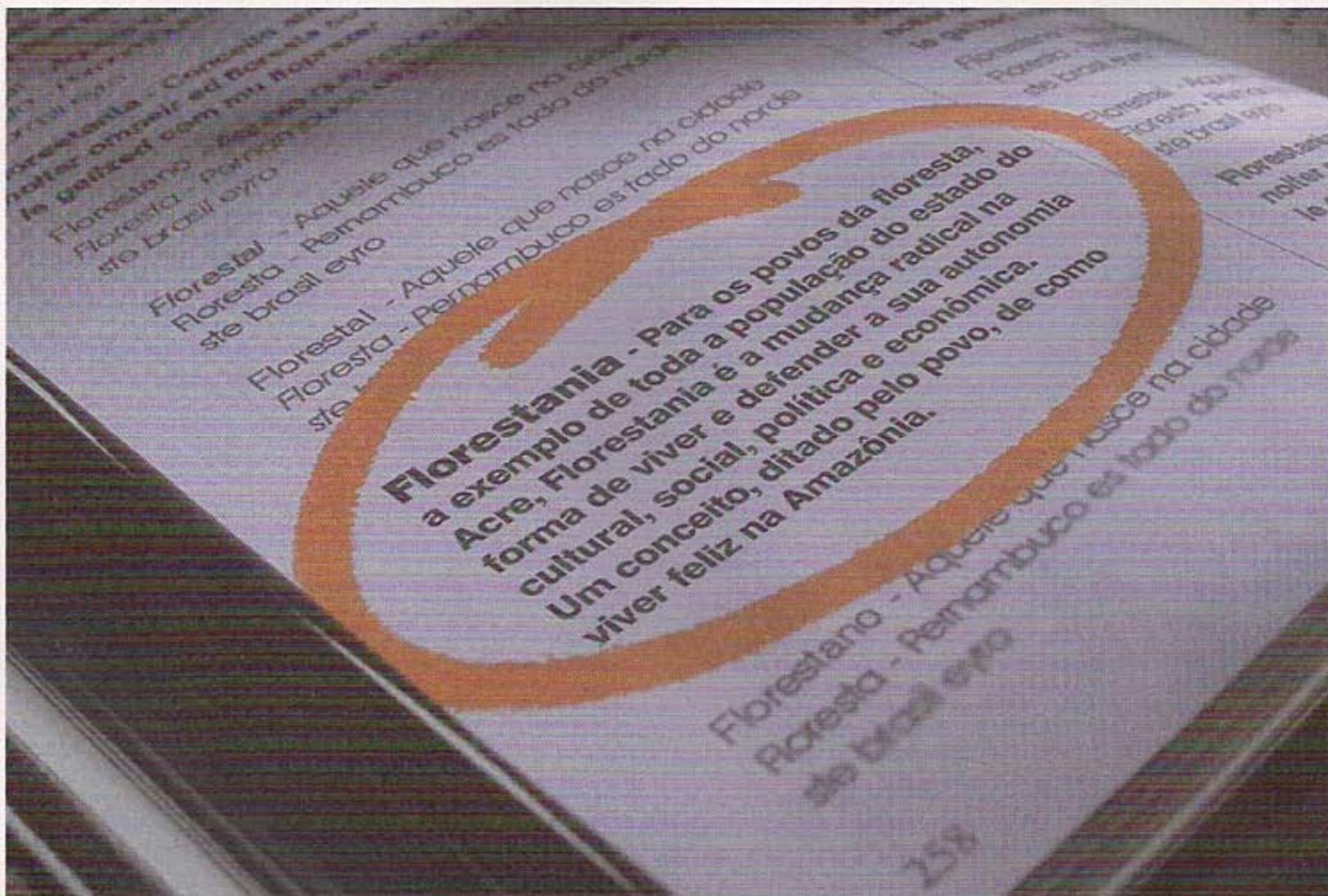
Jardins Ij. 81/83; **Livraria Universitária:** Didática I (UFS); **Livraria**

Minuano: Didática II (UFS). **GURUPI/TO:** Rua Alicante, 376 - fone

712-2479.

Florestania

Os povos da floresta estão escrevendo um novo verbete.



Florestania: Para os Povos da Floresta, a exemplo de toda a população do estado do Acre, Florestania é a mudança radical na forma de viver e defender a sua autonomia cultural, social, Política e econômica. Um conceito, ditado pelo povo, de como viver feliz na Amazônia.

O povo e o Governo do Acre praticam esse conceito. Cuidando das pessoas, da terra e dos seus recursos, buscam o desenvolvimento pautado na cultura amazônica, na consciência ecológica e na economia sustentada.

O manejo florestal e o extrativismo se associam à inovação nos negócios, na indústria, agricultura familiar e pecuária em áreas já desmatadas. O zoneamento ecológico tem a adesão dos setores produtivos porque não é lei, mas um pacto com a sociedade. O respeito aos povos indígenas dita avançadas propostas de convivência e integração.

História, cultura, território, biodiversidade, tudo é cuidado para agregar qualidade à vida nas cidades, campos e aldeias, nas florestas e rios do Acre.



CHICO BRASILEIRO

Uma sensação comum emana das audições, audiências, leituras e interpretações que a obra de Francisco Buarque de Hollanda propicia: a fusão do comprometimento com a construção de um mundo digno e a qualidade elevada de sua produção artística.

Pela passagem dos seus 60 anos de vida, ocorrida no dia 19 de junho último, *Princípios* presta uma homenagem ao grande nome da arte e cultura brasileira.

ISSN 1415-7888
74
9 771415 788005

Paratodos

O meu pai era paulista
Meu avô, pernambucano
O meu bisavô, mineiro
Meu tataravô, baiano
Meu maestro soberano
Foi Antonio Brasileiro

Foi Antonio Brasileiro
Quem soprou esta toada
Que cobri de redondilhas
Pra seguir minha jornada
E com a vista enevoadas
Ver o inferno e maravilhas

Nessas tortuosas trilhas
A viola me redime

Creia, ilustre cavalheiro
Contra fel, moléstia, crime
Use Dorival Caymmi
Vá de Jackson do Pandeiro

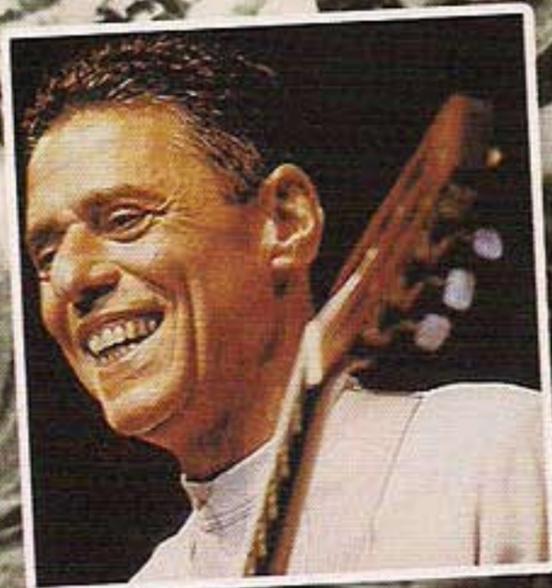
Vi cidades, vi dinheiro
Bandoleiros, vi hospícios
Moças feito passarinho
Avoando de edifícios
Fume Ari, cheire Vinícius
Beba Nelson Cavaquinho

Para um coração mesquinho
Contra a solidão agreste
Luiz Gonzaga é tiro certo
Pixinguinha é incontestes

Tome Noel, Cartola, Orestes
Caetano e João Gilberto

Viva Erasmo, Ben, Roberto
Gil e Hermeto, palmas para
Todos os instrumentistas
Salve Edu, Bituca, Nara
Gal, Bethania, Rita, Clara
Evoé, jovens à vista

O meu pai era paulista
Meu avô, pernambucano
O meu bisavô, mineiro
Meu tataravô, baiano
Vou na estrada há muitos anos
Sou um artista brasileiro



Chico Buarque na Passeata dos 100 mil, Rio de Janeiro, junho de 68, e em "As Cidades" seu show mais recente.